

**SIMÃO PAULO RODRIGUES VARELA**

*Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde:  
Constrangimentos e Propostas de Solução*

**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**

**(PORTO/2015)**



**SIMÃO PAULO RODRIGUES VARELA**

*Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde:  
Constrangimentos e Propostas de Solução*

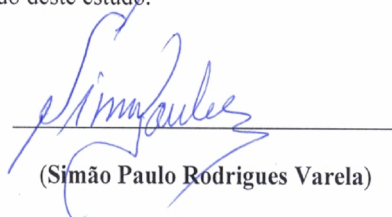
**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**

**(PORTO/2015)**

SIMÃO PAULO RODRIGUES VARELA

*Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde:  
Constrangimentos e Propostas de Solução*

Eu, abaixo assinado, atesto por compromisso de honra que o texto apresentado constitui uma obra original, sem cópia de natureza não ética ou ilegal, de âmbito parcial ou integral, em qualquer que seja o conteúdo deste estudo.



(Simão Paulo Rodrigues Varela)

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa, sob a orientação do Professor Doutor Victor Manuel Pereira da Rosa, como parte de requisitos para obtenção do Diploma de Estudos Pós-doutorais em “*Desenvolvimento Internacional e Globalização*”.

UFP/PORTO/2015

## **RESUMO**

Os modelos de desenvolvimento adotados por Cabo Verde, não foram, em certa medida, assertivos, e apesar dos ganhos assinaláveis, o país continua a deparar-se com problemas, sobretudo socioeconómicos, pelo que uma das alternativas é a possibilidade de aposta no *cluster* do mar. Reconhece-se as potencialidades e os desafios à implementação desse modelo de desenvolvimento, bem como o papel do Estado na criação de um ambiente favorável à investigação científica, à iniciativa privada, à captação dos investidores com dimensão global, à iniciativa empresarial nacional, tendo em consideração as medidas de políticas públicas e estratégias a internacionalização da economia cabo-verdiana integrada no processo de globalização. A realização deste trabalho visa analisar a relação que possa existir entre o *cluster* do mar e o desenvolvimento de Cabo Verde, e corresponder à abordagem sobre os conteúdos teóricos e metodológicos que determinam o campo de investigação com incidência para o *Desenvolvimento Internacional e Globalização*. Para a realização deste estudo utilizou-se uma metodologia qualitativa e de carácter exploratório, com recurso à revisão da literatura e ao estudo documental. Assim, com a realização da investigação concluiu-se que, apesar das potencialidades e das oportunidades, constata-se os pontos fracos e as ameaças à implementação do *cluster* do mar em Cabo Verde e, sendo assim, à internacionalização das empresas e da economia cabo-verdiana e o desenvolvimento de Cabo Verde, pelo que são necessárias medidas de políticas públicas e estratégias a esse respeito.

Palavras-chave: Cabo Verde, *cluster* do mar, constrangimentos, desenvolvimento, propostas de solução.

## **ABSTRACT**

The development models adopted by Cape Verde, have not been, to some extent, insured, despite the remarkable progress, the country still face socioeconomic problems, in particular, where one of the alternatives is the possibility to bet on the cluster of the sea. It is recognized the potential and the challenges to implement this model of development, as well as the role of government in creating an enabling environment for scientific research, the private sector, the domestic entrepreneurship sector to attract global investors, taking into account measures and policy strategies to internationalize the Cape Verde economy integrated into the process of globalization. The realization of this work is to analyze the relationship that may exist between the cluster of the sea and the development of Cape Verde, which corresponds to a boarding on the theoretical and methodological contained that determine the field of research focusing on the international and global development. For the realization of this study we used a qualitative methodology with an exploratory approach, using a literary magazine and a literature review. Thus, with the realization of this research was concluded that despite the potential and opportunities, there were weaknesses and threats to the implementation of the cluster of the sea in Cape Verde. Therefore for the internationalization of enterprises, the Cape Verdean economy and development of Cape Verde should be in this regard political measures, public and strategic.

Keywords: Cape Verde, constraints, development, proposed solution, sea cluster.

## **RÉSUMÉ**

Les modèles de développement adoptés par le Cap-Vert, n'ont pas été, dans une certaine mesure, assurés, malgré les progrès remarquables, le pays est toujours confronté à des problèmes socio-économiques, en particulier, lesquels l'une des alternatives est la possibilité de miser sur le cluster de la mer. Il est reconnu les potentialités et les défis pour mettre en œuvre ce modèle de développement, de même que le rôle de l'Etat dans la création d'un environnement favorable à la recherche scientifique, au secteur privé, au secteur de l'entreprenariat national, à attirer les investisseurs de dimension mondiale, tout en tenant compte des mesures et des stratégies de politiques publiques visant à internationaliser l'économie capverdienne intégrée dans le processus de la mondialisation. La réalisation de ce travail vise à analyser la relation qui peut exister entre le cluster de la mer et le développement du Cap-Vert, ce qui correspond à un abordage sur les contenus théoriques et méthodologiques qui déterminent le domaine de la recherche en se focalisant sur le développement international et mondial. Pour la réalisation de cette étude on a utilisé une méthodologie qualitative et avec une approche exploratoire, en utilisant une revue littéraire et une étude documentaire. Ainsi, avec la réalisation de cette recherche a été conclu qu'en dépit d'une potentialité et des opportunités, on a constaté des faiblesses et des menaces à la mise en place du cluster de la mer au Cap-Vert. Par conséquent pour l'internationalisation des entreprises, de l'économie capverdienne et du développement du Cap-Vert, il faudrait à cet égard des mesures politiques, publiques et stratégiques.

Mots-clé: Cap-Vert, cluster de la mer, contraintes, développement, propositions de solution.

## **RESUMEN**

Los modelos de desarrollo adoptados por Cabo Verde, no tienen, en cierta medida, asertivo, a pesar de los logros notables que el país todavía enfrentan con problemas socioeconómicos, en particular, por lo que una alternativa es capaz de apostar en el clúster mar. Se reconoce el potencial y los desafíos para implementar este modelo de desarrollo, y el papel del Estado en la creación de un entorno propicio para la investigación científica, el sector privado, para captar inversores con dimensión global, la capacidad empresarial nacional, teniendo en cuenta de las medidas y estrategias de políticas públicas para internacionalizar la economía integrada de Cabo Verde en el proceso de globalización. Este trabajo tiene como objetivo analizar la relación que puede existir entre el clúster del mar y el desarrollo de Cabo Verde, y corresponden a un análisis de los contenidos teóricos y metodológicos que determinan el ámbito de la investigación con implicaciones para el Desarrollo Internacional y Globalización. Para este estudio se utilizó un enfoque cualitativo y exploratorio, mediante revisión de la literatura y el estudio documental. Por lo tanto, para llevar a cabo la investigación llegó a la conclusión de que, a pesar del potencial y las oportunidades, ha habido las deficiencias y las amenazas a la aplicación del clúster del mar en Cabo Verde y por consiguiente, la internacionalización de las empresas y la economía de Cabo Verde y el desarrollo de Cabo Verde, que es las medidas de política pública necesarias y estrategias en este sentido.

Palabras clave: Cabo Verde, racimo del mar, las limitaciones, el desarrollo, las propuestas de solución.

## ÍNDICE

RESUMO .....	5
ABSTRACT .....	5
RÉSUMÉ .....	6
RESUMEN .....	6
INTRODUÇÃO .....	8
1. POSICIONAMENTO DO TEMA DE ESTUDO .....	9
1.1. Contextualização do estudo .....	9
1.2. Objetivos do estudo .....	11
1.2.1. Objetivos gerais .....	11
1.2.2. Objetivos específicos .....	11
1.3. Síntese da metodologia de investigação .....	12
2. REVISÃO DA LITERATURA .....	13
2.1. Globalização e internacionalização das economias .....	13
2.2. Políticas públicas e cumprimento dos ODM .....	14
2.3. Capital social e desenvolvimento dos <i>clusters</i> .....	18
2.4. <i>Clusters</i> e desenvolvimento .....	25
2.4.1. <i>Cluster</i> do mar e desenvolvimento .....	30
2.4.1.1. Experiências sobre <i>cluster</i> do mar e desenvolvimento dos países .....	30
3. CABO VERDE E O PROBLEMA DO SEU DESENVOLVIMENTO .....	35
3.1. Localização e enquadramento geral .....	35
3.2. Dinâmica demográfica .....	36
3.3. Economia cabo-verdiana .....	38
3.4. Visão e estratégias de desenvolvimento .....	43
3.5. Políticas públicas e combate a pobreza .....	49
3.6. Modelos de desenvolvimento .....	53
3.6.1. Desenvolvimento e o cumprimento dos ODM em 2015 .....	58
3.6.2. <i>Cluster</i> do mar e o cumprimento dos ODM em Cabo Verde pós 2015 .....	61
3.6.2.1. Enquadramento institucional e legal .....	61
3.6.2.2. Visão estratégica sobre o desenvolvimento do <i>cluster</i> do mar .....	63
3.6.2.3. Potencialidades para a implementação do <i>Cluster</i> do Mar .....	63
3.6.2.4. Constrangimentos e desafios a implementação do <i>cluster</i> do mar .....	68
3.7. Síntese do resultado do estudo .....	79
4. ABORDAGEM METODOLÓGICA .....	89
4.1. Definição do problema de investigação .....	89
4.2. Desenho de investigação .....	90
4.2.1. Modelo e organização de investigação .....	91
4.2.2. Tipos de dados do estudo .....	91
4.2.3. Técnicas de recolha e análise de dados .....	92
CONCLUSÕES GERAIS E SUGESTÕES .....	93
BIBLIOGRAFIA .....	96

## **INTRODUÇÃO**

Cabo Verde depara-se com problemas em termos de desenvolvimento, o que em decorrência dos constrangimentos financeiros, e agravado pela crise económica e financeira internacional, reflete de forma negativa na mobilização de recursos, condicionando a implementação dos projetos e a resolução e/ou minimização dos problemas socioeconómicos e ambientais e o cumprimento dos objetivos do desenvolvimento do milénio, pelo que é necessário realizar investigação por forma a apresentar propostas alternativas em termos de políticas públicas e modelos de desenvolvimento mais assertivos aos desafios da mundialização, globalização e internacionalização das empresas e das economias, tendo em consideração a conjuntura económica e financeira internacional.

Com base no exposto acima, este estudo incide sobre “**Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução**”, tendo em consideração que Cabo Verde é muito mais mar do que terra, e tem um enorme potencial, o que poderá alavancar o processo de desenvolvimento do país, e assim contribuir para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), sobretudo pós 2015.

Para que o resultado do estudo tenha uma sequência lógica, encontra-se estruturado, para além das partes pré-textuais e pós-textuais, da introdução e da conclusão, da seguinte forma:

- *posicionamento do tema*, com realce para a contextualização e apresentou-se os objetivos gerais e específicos, bem como uma síntese de metodologia de investigação;
- *revisão da literatura*, com enfoque para a globalização e internacionalização das economias, as políticas públicas e o cumprimento dos ODM, o capital social e desenvolvimento dos *clusters*, com realce para o *cluster* do mar e desenvolvimento;
- *Cabo Verde e o problema do seu desenvolvimento*, com incidência para a localização e enquadramento geral do país, a dinâmica demográfica, a caracterização da economia cabo-verdiana, a visão e estratégias de desenvolvimento de Cabo Verde, as políticas públicas e o combate a pobreza, os modelos de desenvolvimento do país e o cumprimento dos ODM pós 2015, e que tenha por base, em certa medida, o *cluster* do mar, para além do enquadramento institucional e legal a esse respeito, a visão estratégica sobre o desenvolvimento do *cluster* do mar, bem como as potencialidades e os desafios; e
- *abordagem metodológica*, incluindo a definição, o desenho, o modelo e organização da investigação, os tipos de dados do estudo e as técnicas de recolha e análise das informações obtidas através da pesquisas realizadas.

## **1. POSICIONAMENTO DO TEMA DE ESTUDO**

### **1.1.Contextualização do estudo**

Cabo Verde encontra-se situado no meio do Oceano Atlântico, e na encruzilhada de importantes rotas de navegação que unem a África, a América e a Europa, Cabo Verde com uma superfície continental de 4.033 km<sup>2</sup>, potencialmente dotado de uma Zona Económica Exclusiva considerável, que atinge 734.265 km<sup>2</sup> (atualmente, 182 vezes superior à superfície terrestre), uma plataforma continental de 5.394 km<sup>2</sup>, com 2.000 km de costa. Ainda, o país após a extensão da sua plataforma continental poderá vir a ter o controlo dos recursos existentes numa zona de cerca de um milhão de quilómetros quadrados, constituindo assim em potencialidades para a implementação e o desenvolvimento do *cluster* do mar e assumir, em certa medida, a responsabilidade em contribuir para a segurança no Atlântico Médio.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde (2010), a população de Cabo Verde elevou-se a 491.575 habitantes, e a quase totalidade da população recenseada era residente, no momento censitário (96,5%).

Desde 1977, Cabo Verde tem vindo a fazer parte do grupo dos Países Menos Avançados (PMA) das Nações Unidas, situação essa considerada ser estruturalmente em desvantagem nos seus esforços de desenvolvimento que requerem um tratamento diferenciado e, particularmente, favorável da parte da comunidade internacional (Governo de Cabo Verde, 2012:7). Ainda, com base nesta fonte, Cabo Verde solicitou, formalmente, em 1999, a sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), e a 23 de julho de 2008, tornou-se no 153.º Estado membro dessa Organização, por se considerar ter cumprido os dois primeiros critérios, dos três que se encontram a seguir, e que são utilizados pela ONU, desde 2003, para o processo de graduação dos países, a saber:

- *nível de rendimento*, baseado numa média do rendimento anual bruto por habitante num período de três anos (abaixo de 750 dólares para poder ser acrescentado à lista, acima de 900 dólares para ser chamado a sair);
- *desenvolvimento do capital humano*, assente num índice de capital humano construído com base em indicadores de esperança média de vida, nutrição, saúde, escolarização e alfabetização de adultos ; e

### *Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução*

- *vulnerabilidade económica*, assente num índice de vulnerabilidade económica . Cabo Verde foi, o primeiro país africano e o terceiro do grupo dos PMA, a conseguir, o que é considerado como sendo o importante marco, pela via negocial.

A graduação de Cabo Verde a País de Rendimento Médio Baixo, coloca desafios, pelo facto de, em decorrência da redução de determinadas ajudas, requer maior capacidade de mobilização de recursos financeiros para autofinanciar os projetos de desenvolvimento.

Cabo Verde, pela sua condição de país arquipelágico, e com uma vasta Zona Económica Exclusiva (ZEE), tem no mar um dos seus principais recursos, capaz de potenciar o desenvolvimento dos setores importantes para a economia nacional, com realce para as atividades marítimo-portuárias como o abastecimento de combustíveis e géneros à navegação, transbordo de mercadorias e de tripulantes, indústria de construção e reparação naval os transportes marítimos, captura e transformação do pescado, aquacultura, turismo, pelo que o mar é, e deve ser considerado como recurso estratégico, e encarar as atividades económicas ligadas à sua utilização e exploração numa perspetiva sistémica, com base na implementação, desenvolvimento e estruturação do *cluster* do mar, enquanto aglomeração de vários setores de atividades em torno de um eixo comum - **o mar**.

Para além de outros constrangimentos e desafios a respeito da implementação do cluster do mar em Cabo Verde, o défice do capital económico, financeiro, humano e social, sendo este último, com realce para união, cooperação, sociabilidade e confiança entre os responsáveis das unidades administrativas e entre estas e outros agentes, não é fácil coordenar os assuntos relacionados com o mar e a criação num grande (*hiper*) *cluster* com base em políticas e estratégias integradas, abrangendo as diversas áreas de competências, e alicerçadas numa estrutura de coordenação, dinamização e operacionalização e assente numa base de articulação e participação dos agentes público-privado, com responsabilidade nessa área, de forma a aproveitar as sinergias que possam resultar de uma atuação inter e multidisciplinar e complementar, num quadro de co-responsabilização das diferentes políticas setoriais, o que poderá permitir a construção de uma economia marítima forte e competitiva para o desenvolvimento de negócios geradores de crescimento e emprego e que contribuam para o reforço do setor privado e empresarial.

Efetivamente, como forma de obter subsídios e socializar os conhecimentos, bem como as políticas públicas e estratégias sobre o (*hiper*) *cluster* do mar, o Centro de Políticas e Estratégias de Cabo Verde, em parceria com Câmara de Comércio de Barlavento promoveram o I Fórum sobre o *Cluster* do Mar, realizado na ilha de São Vicente, nos dias 21 e 22 de julho

de 2011, à luz da orientação Estratégica do Programa do Governo. Assim, esse *cluster* está a funcionar sob a liderança Núcleo Operacional do Cluster do Mar (NOCMAR), sendo este coordenado pelo Conselho Nacional Estratégico sob a tutela do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima de Cabo Verde, seguidos de outros encontros sobre essa e outras questões relacionadas com o desenvolvimento de Cabo Verde.

## **1.2. Objetivos do estudo**

### **1.2.1. Objetivos gerais**

A realização deste estudo tem por objetivos gerais analisar a relação que possa existir entre o *cluster* do mar e o desenvolvimento de Cabo Verde, as potencialidades e os constrangimentos a esse respeito, bem como as medidas de políticas e os mecanismos a serem implementados, de forma a facilitar a concertação de estratégias, incrementar sinergia entre os diferentes setores, maximizar a eficiência e eficácia funcional das instituições e minimizar os desperdícios de recursos, contribuir assim para a mundialização, internacionalização da economia cabo-verdiana, evidenciar o papel do mar como pilar fundamental para a viabilidade económica dos setores integrantes desse *cluster*, com base em vantagens comparativas, e assim contribuir para desenvolvimento de Cabo Verde num mundo globalizado.

Tendo em consideração o modelo de desenvolvimento de Cabo Verde, centrado numa economia de renda, dependente das ajudas externas, e num modelo de produção de bens não transacionáveis e nos serviços, com enfoque para o turismo, para além de um amplo setor informal e uma carga fiscal elevada e, sendo assim, com efeitos negativos ao nível do produto potencial e socioeconómico, o que requer a apresentação de um modelo de desenvolvimento para Cabo Verde assente numa especialização estratégica e integrado na economia mundial, enquanto alternativa ao modelo de base rendeira, cada vez menos sustentável, enquanto um dos maiores desafios para o país.

### **1.2.2. Objetivos específicos**

Tendo em consideração o nível de desenvolvimento de Cabo Verde, as políticas públicas e os modelos implementados a esse respeito, as potencialidades e os constrangimentos e, sendo assim, os desafios a prosseguir, bem como a globalização e internacionalização das empresas e das economias e a conjuntura económica e financeira internacional, constituem-se, de entre outros, os objetivos específicos deste trabalho, os seguintes:

### *Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução*

- identificar os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades ao desenvolvimento de Cabo Verde;
- comentar sobre os modelos de desenvolvimento implementados em Cabo Verde;
- fazer a apreciação crítica sobre o nível de desenvolvimento alcançado por esse país, tendo em consideração os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio;
- evidenciar os entraves à internacionalização da economia cabo-verdiana;
- propor, fundamentando, um modelo de *cluster* do mar para o desenvolvimento de Cabo Verde, e que tenha por base o capital social; e
- sugerir medidas de políticas públicas e estratégias, e que possam contribuir para a implementação de um modelo de gestão pública em Cabo Verde, com base em *cluster* do mar.

### **1.3.Síntese da metodologia de investigação**

Para a prossecução dos objetivos traçados, utilizou-se uma metodologia com enfoque qualitativo e de carácter exploratório, e com recurso à pesquisa bibliográfica e documental. Assim, foram consultados vários documentos com incidência para a literatura sobre os *clusters* e o capital social, as questões relativas ao desenvolvimento, o programa do Governo de Cabo Verde, os dados das instituições nacionais e intrenacionais, para além de consultas aos responsáveis com incumbência direta ou indiretamente a implementação do *cluster* do mar nesse país e especialistas em matéria de *clusters* e desenvolvimento. Ainda, foram consultados os trabalhos apresentados e o relatório produzido no âmbito do I Fórum sobre *cluster* do mar realizado na cidade de Mindelo, Ilha de São Vicente, pelo Centro de Políticas e Estratégias de Cabo Verde, em parceria com Câmara de Comércio de Barlavento, nos dias 21 e 22 de julho de 2011, à luz da orientação Estratégica do Programa do Governo desse país, bem como os documentos produzidos no II Fórum sobre a transformação de Cabo Verde realizado na cidade da Praia, ilha de Santiago, de 14 a 16 de maio de 2014.

Após a realização das pesquisas, fez-se, na qualidade de Professor da (s) disciplina/unidades curriculares e dos cursos *infra*, a apresentação e a socialização do resultado desse estudo e a obtenção de subsídios dos académicos e investigadores, bem como a realização de seminários conferências sobre *cluster* do mar e desenvolvimento, com enfoque para o caso de Cabo Verde, contando com a pronta colaboração do Coordenador de Políticas e

Estratégias de Cabo Verde, Dr. Manuel Pinheiro, bem como dos estudantes dos cursos de licenciatura em Administração Pública e Autárquica, Economia e Gestão e do Mestrado em Políticas Públicas e Administração Local da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, no âmbito da disciplina de Gestão Estratégica na Administração Pública e da unidade curricular Administração e Políticas Públicas, respetivamente, bem como da unidade curricular Desenvolvimento Regional e Local no Mestrado em Ordenamento do Território realizado pela Universidade de Cabo Verde.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. Globalização e internacionalização das economias**

A concentração geográfica das empresas possibilita um melhor aproveitamento do mercado de trabalho especializado, permite *linkages* entre os produtores, fornecedores e usuários e *spillovers* tecnológicos (Crocco *et al.*, 2003). Ainda, a proximidade espacial também permite o trabalho em cooperação, garantindo que as empresas trabalhem com economias de escala além da capacidade de cada uma delas, otimizem a escala na utilização da maquinaria, especialmente de equipamentos especializados; e ainda, realizem *marketing* conjunto e unam sua capacidade de produção para serem capazes de atender pedidos em grande escala.

A globalização dos mercados têm forçado grandes empresas a buscar o caminho da desverticalização, criando cadeias de fornecedores, usando técnicas de Engenharia Simultânea para desenvolver novos produtos de forma cada vez mais rápida, afim de atender seus clientes. Assim, as pequenas empresas, por outro lado, com vistas a garantir competitividade, têm formado alianças ou redes de empresas, e em alguns casos, consórcios formais são criados com o intuito de garantir escala em certos fatores de competitividade, como aquisição de matérias primas, qualificação profissional, desenvolvimento e difusão de tecnologias (Casarotto, 2002).

É de realçar que o simples facto de existirem profundas mudanças observadas na dinâmica concorrencial, motivada em grande parte pelos mercados globalizados, traz sentido ao reconhecimento académico da importância dos aglomerados como estruturas de suporte a competitividade empresarial, despertando crescente interesse nas análises dos *clusters* industriais. A integração dos agentes económicos em sistemas que impulsionem a eficiência técnico-produtiva e a capacidade de inovação tem adquirido muita importância neste cenário (Orssatto, 2002).

Com base no exposto, e tendo em consideração a mundialização, a globalização e a internacionalização das economias, a implementação dos *clustes* e, sendo assim, do *cluster* do mar assentes em capital social institucional e dos outros agentes desse processo, pelo que necessário abordar, em termos conceituais, o capital social, de forma a obter os principais elementos constitutivos que servem de base a uma proposta de um modelo de estudo, tendo em consideração o problema em análise neste trabalho.

## **2.2. Políticas públicas e cumprimento dos ODM**

O nível de desenvolvimento dos países e das regiões pode ser medido tendo em consideração os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Os ODM começaram como uma revisão da política de desenvolvimento da assistência no quadro do CAD/OCDE (Comité de Auxílio ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) enquanto uma organização multilateral criada em Setembro de 1961, sendo um Fórum Internacional constituído pelos principais doadores bilaterais e tendo como observadores permanentes o FMI, o Banco Mundial e o PNUD.

Segundo o Centro de Estudos sobre África, Ásia e América (2015) e (Kharas, 2010), nem todos os membros da OCDE são membros do CAD, e a estrutura de topo do organismo é constituída pelo Gabinete do Presidente do CAD e pela Direção de Cooperação para o Desenvolvimento (DCD). Assim, com base nessas fontes, o DCD atua como o 'secretariado' do CAD, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e capacidade operacional que lhe permitem:

- ser a fonte de estatísticas oficiais da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e de mobilizar fundos para a mesma;
- avaliar as políticas de cooperação para o desenvolvimento dos membros e a sua implementação através das avaliações pelos pares;
- melhorar a eficácia da ajuda, tornando-a mais alinhada, harmonizada e focada nos resultados;
- fornecer análises, orientações e boas práticas em áreas-chave do desenvolvimento, tais como o ambiente, conflitos e fragilidade, igualdade de género, governança, redução da pobreza, avaliação, desenvolvimento de capacidades, a ajuda ao comércio e na arquitetura da ajuda; e
- apoio à coerência das políticas para o desenvolvimento através de avaliações pelos

pares e da colaboração com outras comunidades políticas.

Inicialmente os ODM foram relacionados com as necessidades de financiamento do maior doador, por forma a obter o crescimento económico e reduzir a pobreza, tendo em consideração que é a única fonte de aumento do rendimento para os pobres, e que pode ser, em termos comparativo, rapidamente alcançada (Clemens *et al.* 2007 :735 -751).

Em 2000, a ONU, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu 8 (oito) Objetivos do Milénio, definindo um prazo para combater a pobreza extrema, a fome, a doença, e promover a igualdade de género, a educação e a sustentabilidade ambiental. Ainda, os ODM são uma expressão de direitos humanos fundamentais, nomeadamente os direitos de todos à saúde, à educação e à habitação, o oitavo objetivo estabelece uma parceria mundial para o desenvolvimento, incluindo compromissos na ajuda ao desenvolvimento, na redução da dívida, no comércio e no acesso às tecnologias (ONU, 2010 :4).

Hulme (2009 : 1-55) considera que os ODM são a maior promessa do mundo, isto é, um acordo global para reduzir a pobreza e as privações através da ação colaborativa, sendo esta última enquanto uma das variáveis do capital social. Esses diferenciam-se de todas as outras promessas globais de redução da pobreza para financiar, implementar e monitorizar medidas de políticas a esse respeito. No entanto, os ODM não são as primeiras promessas globais que foram apresentadas sobre a erradicação ou redução rápida da privação humana, como é o caso da proferida pelo então Presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, no seu discurso para a Declaração dos Direitos do Homem em 1948, referindo que “toda a pessoa tem direito a um padrão de vida adequado para a saúde e bem-estar próprio e de sua família, inclusive à alimentação, vestuário, habitação, e cuidados médicos (Hulme, *op. cit* :1-55).

Os processos envolvidos na concretização dos ODM podem ser entendidos recorrendo-se os conceitos de política pública global (*idem*). Assim, em primeiro, a realização dos ODM foi um processo em curso, sem começo, sem fim e sem claras *fases* para identificação, formulação, avaliação e implementação. Essas etapas foram traçadas de formas diferentes, e em vários momentos, pelo que é de realçar que a ideia de uma lista oficial de metas de redução da pobreza especificadas não surgiu até 1995, e o uso do termo *Millennium* como o meio para projetar um consenso global a respeito desses objetivos surgiu em 1996.

É de frisar que os ODM podem ser uma componente da educação global de qualidade a todos os níveis, e podem ser aproveitados para ensinar os alunos sobre o sistema das Nações Unidas, os Estados em particular, as questões da equidade/disparidades, a saúde

global, as tendências ao nível das doenças e mudança social (Otieno, 2004 :53).

Alston (2005 :755-829) evidencia que os ODM e os direitos humanos não são apenas uma forma significativa de sobreposição em que se reforçam mutuamente, mas são totalmente compatíveis e complementares, e podem ser vistos como um ajuste natural, impulsionado pelos mesmos objetivos, com recurso aos meios muito semelhantes, e pode-se enfrentar obstáculos comuns e contar com círculos eleitorais intimamente relacionados com as dinâmicas das políticas, a fim de ter progressos.

Para Fukuda-Parr & Hulme (2011 :17-36), o propósito do desenvolvimento como objetivo global requer cooperação internacional e tem tido muitas definições. Tais definições dependem de como os líderes políticos vislumbram objetivos normativos importantes para o mundo; como os cientistas, economistas, filósofos, políticos teorizam o processo de desenvolvimento e como essas ideias são utilizadas e adotadas pelas principais partes interessadas. Uma evolução significativa nos últimos anos tem sido o surgimento de um amplo consenso sobre o fim da pobreza como objetivo global de desenvolvimento.

De acordo Fukuda-Parr & Hulme (*op cit* :17-36), este consenso é institucionalizado na Declaração do Milénio das Nações Unidas, adotada em 2000, e no uso generalizado das metas globais que se tornaram conhecidas, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Noutros termos, os ODM são veículos para comunicar e promover o objetivo de acabar com a pobreza global no século XXI, juntamente com os direitos humanos, a paz e a democracia.

Vários parceiros internacionais comprometeram-se a alcançar as metas de tratamento e prevenção para o VIH/SIDA, a tuberculose e a malária. Os programas nacionais têm demonstrado a capacidade de entregar resultados significativos usando o apoio do Fundo Global e parceiros técnicos. Os países mais afetados têm vindo a mostrar a sua pretensão de cumprir as metas internacionais, mas os esforços nesse sentido devem aumentar, substancialmente, para aproximar as metas internacionais e os ODM (Komatsu *et al.*, 2007 :805-811).

Segundo Omona (2010 :129-159), a política democrática é a moeda universal, que liga a liderança para mudar, os recursos para a reforma e ação para resultados aceitáveis quando todas as instituições de governação são funcionais. Infelizmente, na maioria das economias em desenvolvimento, existe um défice de governo em termos de responsabilidade, igualdade de tratamento, coerência política, inclusão e democracia.

Omona (*op cit* :129-159) afirma que há uma mudança gradual do Estado como o ator dominante na política mundial para uma estrutura mais complexa, que envolve Estados,

federações regionais, redes de cidades, diásporas globais, comunidades globais de valores, grandes corporações e movimentos sociais. Assim, essas mudanças fornecem justificção suficiente na institucionalização da governação global, num esforço para chegar a uma estrutura que é relevante e sensível aos desafios do século XXI, e para as metas dos ODM serem atingidas, o mundo precisa de uma instituição forte e transformacional. A evolução crescente da governação aos níveis sub-regional e regional ainda está aquém da estrutura ideal que poderia dar início a uma verdadeira democracia.

É de frisar que, alcançar as metas internacionais de desenvolvimento requer estratégias muito diferentes e intervenções em cada país que reflitam as condições nacionais, necessidades e prioridades. Assim, esses desafios devem ser superados pelos próprios africanos, e os líderes africanos prometeram e assumiram um forte compromisso com seu povo e com o mundo inteiro (Ahmed & Cleeve, 2004 :12-29).

Os objetivos sociais proclamados pelos ODM não constituem os objetivos reais de todo o exercício. O seu suposto condicionamento democrático deve, por sua vez, ser objeto de uma dúvida legítima. Nenhuma democracia poderá criar raízes se não apoiar o progresso social, mas, em vez disso, estiver associada com a regressão social (Amin, 2006 :1-15). Esta é, sem dúvida, a razão pela qual o termo “governação” é servido como um acompanhamento para a retórica vazia dos ODM.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) é, sem dúvida, parte do novo pensamento liberal, mas não com a grande convicção que aparenta. Nem os ODM nem o NEPAD conseguirão atenuar a gravidade dos problemas e diminuir os processos resultantes da não evolução política e social (Amin, *op. cit* :1-15).

O aumento dos valores de financiamento nacionais é baseado no pressuposto de que os gastos do governo sobre os ODM vão aumentar 4 pontos percentuais do PIB durante os próximos 10 anos. Num país de baixo rendimento, tal corresponde a um aumento de 5% do PIB a 9%, comparativamente com países de desenvolvimento médio. Assim, os fluxos de ajuda internacional continuarão a ser uma proporção muito baixa do rendimento do país rico (Wai- Poi, 2005 :285-290).

Para Wai-Poi (*op. cit* :285-290), os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) fornecem um conjunto claro de metas para mobilizar a comunidade internacional para o desenvolvimento, nomeadamente na área de financiamento do desenvolvimento. No entanto, apesar da evidência de que a ajuda em geral funciona, os diversos estudos feitos revelam que as ajudas têm diminuído durante grande parte do período recente, com graves consequências para o crescimento e a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento.

As contribuições para o cumprimento dos ODM têm como premissas dois pressupostos fundamentais: primeiro, a ajuda eleva o crescimento económico (reduzindo a pobreza, quando o processo de crescimento é pró-pobre); segundo, a ajuda alarga as restrições orçamentais. Estes pressupostos também sustentam argumentos de que a ajuda pode promover a segurança humana, o crescimento, modos de vida pacíficos e despesas de desenvolvimento, aumentando a reparação das injustiças, reduzindo a necessidade de recorrer à violência como um meio de subsistência ou para expressar a frustração com o *status quo* (Addison *et. al.*, 2005 :113-127).

A assistência oficial ao desenvolvimento (APD), ou ajuda externa, tem um efeito forte e positivo sobre o desempenho económico de um país, que se comprometeu a uma certa política e reformas estruturais (Addison *et al. op. cit.*:113-127). Ainda, é de acrescentar que esses estudos mostram que os investidores privados podem ser vagarosos para responder quando os países de baixo rendimento melhoram o clima dos investimentos e serviços sociais. É precisamente nesta fase que a ajuda pode ter um grande impacto sobre o crescimento e a redução da pobreza. Assim, se as nações da OCDE aumentarem os seus orçamentos de ajuda externa, mesmo que apenas modestamente, seria uma bênção para as nações em desenvolvimento. Infelizmente, o prognóstico nessa frente não é animador.

### **2.3. Capital social e desenvolvimento dos *clusters***

O vocábulo capital (do latim *capitalis* que advém de *caput* ‘cabeça’, significando essencial e fundamental) é um conceito da economia, que num sentido estrito significa um bem ou um conjunto de bens utilizáveis, ou potencialmente utilizáveis, como fonte de rendimento ou de produção de novos bens (Jary & Jary, 1995; Correia, 2007 :65; Varela, 2014).

O termo social (do latim *socialis* que advém de *societas*) refere-se a um grupo de indivíduos que vivem em conjunto de forma organizada, e mais especificamente à sociedade humana, ou à interação humana em organizações ou grupos (Jary & Jary, 1995; Correia *op. cit.* :65).

A consciência de que o envolvimento e a participação em grupo podem ter consequência positiva para o indivíduo e para a comunidade, é uma noção corrente, remontando a Durkheim (1995) e Fonseca (2011:106) e à sua insistência na vida em grupo enquanto antídoto para a anomia e a autodestruição, e à distinção efetuada por Marx entre uma “classe em si” atomizada e uma “classe para si” mobilizada e eficaz. Enquanto Durkheim

procura analisar a sociedade de acordo com as noções de consistência e representações coletivas, de forma a compreender a interação entre os indivíduos e o papel dos factos sociais para a vivência em conjunto, Marx procura evidenciar a natureza eminentemente pela lógica da sobrevivência, agrupando-se em classes segundo a infraestrutura e as superestruturas existentes em cada sociedade (Fonseca *op. cit.* :106).

A originalidade do poder heurístico da noção de capital social provém de duas fontes: em primeiro lugar, o conceito incide sobre as consequências positivas da sociabilidade, pondo de lado as suas características menos atrativas; em segundo lugar, enquadra essas consequências positivas numa discussão mais ampla acerca do capital, chamando a atenção para o facto de que as formas não monetárias podem ser fontes importantes de poder e influência, à semelhança do volume da carteira de ações ou da conta bancária (Porter, 2000; Fonseca, 2011 :106).

O conceito de capital social tem subjacente a ideia de um valor partilhado por um grupo de pessoas que vivem em conjunto de forma organizada, valor esse que produz um rendimento para a organização social (Jary & Jary, 1995; Correia, 2007 :65-66).

Em todos os conceitos de capital social estão de forma implícita ou explícita, as ideias de cooperação, participação, entreajuda, soliariedade, confiança, sociabilidade e inclusão social, enquanto valores indispensáveis ao desenvolvimento local e comunitário.

Na primeira década do séc. XXI, o conceito de capital social começou a ter grande importância através dos estudos de diversos investigadores tais como Bourdieu (1980), Coleman (1987), Fukuyama (1996), Porter (2000) e Putnam (2001), visto que todos estes autores já tinham tido uma enorme influência nas últimas décadas do Século XX. Assim, essa situação conduziu a uma multiplicidade de paradigmas e de propostas de definição, razão porque não há consenso entre os investigadores, quanto a definição de capital social.

Ao conceito de capital social foram atribuídas múltiplas funções, embora todos os contributos sejam concordantes, quanto à importância de ser um elemento chave para explicar e promover o desenvolvimento económico, melhorar o funcionamento do setor público, facilitar a gestão nas organizações, manter a estabilidade dos sistemas democráticos e superar a pobreza (Bourdieu, 1980; Coleman, 1987; Porter, 2000).

Ao considerar o valor do capital económico, verifica-se que este toma a forma de dinheiro ou propriedade convertível em moeda. E, para se identificar o valor capital social, há que se procurar nas normas e valores partilhados pelos membros da organização social, nas redes que se estabelecem entre estes e permitem a cooperação e a vida em conjunto, bem como na confiança e reciprocidade que os liga entre si. Estes elementos que constituem o

valor do capital social são caraterísticos da organização social que facilitam a ação conjunta (Jary & Jary, 1995; Correia, 2007 :66). Ainda, é de referir que o capital económico produz riqueza, enquanto o rendimento do capital social manifesta-se na eficiência da sociedade ou das organizações ao facilitar a cooperação entre os indivíduos.

O capital social pode ser, ainda, definido, como o conjunto de elementos constituintes de uma sociedade, comunidade ou organização que aumentam a sua eficácia, por facilitarem a ação conjunta dos indivíduos na realização dos objetivos comuns. Estes elementos assumem a forma de normas, redes sociais, confiança generalizada, reciprocidade e de valores como a tolerância e a solidariedade (Jary & Jary, 1995;Correia *op. cit.* :66).

O capital social evidencia o contributo do relacionamento social para o funcionamento da sociedade, concretamente o relacionamento no sentido amplo. E, o relacionamento social restrito acomoda círculos de influências e relações prejudiciais para a democracia e para a comunidade global, enquanto o relacionamento social amplo subjacente à noção de capital social de Putnam, visa o benefício da sociedade no seu todo (*idem*). Entretanto, esta conceção de capital social não reúne a unanimidade da comunidade científica, verificando-se divergências, e confusões conceituais que dificultam a operacionalidade do conceito. A origem desta controvérsia encontra-se na tripla paternidade do capital social, que se deve a Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam (*idem*). Estes autores utilizam a mesma terminologia em sentidos distintos, ainda que os elementos de capital social como confiança, reciprocidade, redes sociais e normas, sejam objeto de algum acordo.

Estas caraterísticas da organização social, são consideradas por esses três autores, enquanto Bourdieu e, em certa medida, Coleman, consideram o indivíduo como o suporte do capital social e o único beneficiário do mesmo, e os que defendem a visão de Putnam, colocam o capital social nas ligações entre os indivíduos, beneficiando a sociedade como um todo (*idem*).

A noção de capital social não é nova, nem tão pouco recente. O termo capital social limita-se a recuperar uma ideia presente desde os primeiros pressupostos de que o homem é um ser social. Ainda, o conceito de capital social tem sido alvo de análise e crítica pela comunidade científica, em decorrência da sua importância para o enquadramento das investigações na área das ciências sociais, bem como para a apresentação de modelos que se adaptem e reflitam a realidade contemporânea.

A primeira análise consistente contemporânea sobre capital social foi feita por Pierre Bourdieu em trabalhos intitulados “ *Les trois états du capital culturel*” (Bourdieu, 1979) e “*Le capital social-notes provisoires*” (Bourdieu, 1980; Fonseca, 2011 :106), onde identificou

três formas de capital social –económico, capital e cultural–, opondo à teoria económica, o que, conforme a Teoria Marxista, reduz-se à primeira forma.

As redes de relação são o produto de estratégias individuais ou coletivas que investem, consciente ou inconscientemente, no sentido do estabelecimento ou reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis no curto ou no longo prazo (Bourdieu 2002 :52). Ainda, para Fonseca (2011 :108), o capital social é constituído por dois elementos: i) em primeiro lugar, a própria relação social que permite aos indivíduos reclamar o acesso a recursos na posse dos membros do grupo, dado que são parte integrante desse mesmo grupo e; ii) em segundo lugar, a quantidade e a qualidade desses recursos. Por sua vez, o capital cultural está estruturado em três níveis: associado aos hábitos individuais, nomeadamente a consciência dos factos e as ações individuais; ligado aos bens culturais; ou institucionalizado em forma de qualificações académicas, com destaque para consciência da transformação do ato em ato social e a validade como tal pela sociedade (Fonseca *op. cit* :108).

Nas suas análises, Bourdieu (1979) e Fonseca (2011:108) acentuam a conversibilidade das diversas formas de capital (capital económico, capital cultural e capital social) e a redução, em última instância, de todas essas formas a dinheiro, definido como trabalho humano acumulado. Assim, os atores podem alcançar, através do capital social, acesso direto a recursos económicos (empréstimos subsidiados, informações de negócios e mercados protegidos), aumentar o seu capital cultural através de contactos com especialistas ou com pessoas cultas (i.e., capital incorporado) ou, em alternativa, filiar-se em instituições que conferem credenciais valorizadas (i.e., capital cultural institucionalizado) (Porter, 2000; Fonseca *op. cit* :108).

Em última análise, são as características económicas, culturais e sociais dos indivíduos que permitem a sua posição na estrutura social em cada momento (Varela, 2014). Ainda, de acordo com este autor, apresentaram-se críticas à conceitualização acima descrita que se prendem com o facto de a sua análise ser demasiado mecanicista, sobre-determinista e inflexível, no sentido de que não tinha em conta a iniciativa humana e as complexas dinâmicas relacionais.

Depois dos trabalhos de Bourdieu, Coleman interessa-se por este conceito e acaba por defini-lo em termos funcionais, ou seja, trabalha-o segundo as funções que desempenha. E, é em 1988 que o autor fala pela primeira vez no conceito, num artigo intitulado “*The social capital in the creation of human capital*” (Coleman, 1988; Fonseca, 2011:109), ao tentar encontrar um equilíbrio entre a sociologia e a economia no que respeita à descrição e análise da ação social.

Coleman & Fonseca (*op. cit.* :109) definiram capital social como aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam as suas metas e satisfaçam os seus interesses.

É de referir que quem investe em capital social vai beneficiar indiretamente desse investimento que, realmente reverte em favor da comunidade. Além disso, também afirma que, ao contrário de outras formas de capital, o capital social também traz benefício a quem não investiu nele, uma vez que, ao pertencer a uma comunidade, todos os elementos que o compõem vão indiretamente beneficiar desses investimentos, devido ao processo de interação social entre os indivíduos e a própria mudança social inerente a esses processos (*idem*).

Há três formas de capital social que vão perdurar em estudos sociológicos posteriores: em primeiro lugar, a confiança existente num ambiente social, que implica expectativas de cumprimento das obrigações acordadas de acordo com a organização social estabelecida e aceite como tal; em segundo lugar, uso das relações sociais para adquirir informação e poder interagir nessa comunidade; e, por último, a existência de normas e sanções efetivas de acordo com a legitimidade e coatividade reconhecidas às instituições sociais existentes (*ibid* :110).

As obrigações são estabelecidas entre indivíduos no decorrer das trocas sociais e conduzem à criação de créditos e dívidas entre as pessoas, como definido de acordo com o chamado princípio da reciprocidade.

No que respeita aos canais de informação, estes podem servir para reduzir custos, quer em termos económico-financeiros, quer em termos de tempo, uma vez que quando há uma pessoa na rede com a informação pretendida, ela comparte-a. As normas e as sanções têm como função inibir comportamentos que possam debilitar o capital social, evitando situações de oposição total.

Existem estruturas sociais que facilitam o desenvolvimento do capital social (estruturas que denomina de fechadas) ao contrário de outras que o dificultam (estruturas abertas) ou que pelo menos não permitem uma total coesão e potencialização do mesmo (*idem*).

É de realçar que, tanto Coleman (1988), como Bourdieu (1980) e Fonseca (2011:112) dão ênfase ao caráter intangível do capital social, em comparação com outras formas de capital pelo facto do mesmo residir na estrutura das relações societárias. Assim, pode dizer-se que para se possuir capital social, o indivíduo precisa de se relacionar com outros (interação social segundo os parâmetros definidos nesse grupo e tidos como normativos), sendo essas as fontes potenciais das vantagens que o capital social produz.

Coleman (1988) e Fonseca (*op. cit* :112) identificaram os principais componentes do capital social (confiança, obrigações e normas; canais de informação; normas e sanções) a que Putnam (2001) e Fonseca (2011:112) deram, posteriormente, um novo rumo colocando a tónica nas ligações entre indivíduos, deixando de lado os indivíduos em si (enquanto atores sem noção “outro” ou sem terem em conta os modelos sociais onde se inserem).

O investimento em capital social pode traduzir-se no reforço do capital humano, uma vez que reforça a cidadania e a capacidade de mobilização de recursos para a concretização de projetos, sobretudo educativos, com reflexos a nível da qualificação dos recursos humanos, o desenvolvimento local e, sendo assim, o bem-estar social (Varela, 2014).

Casarotto & Pires (1999), ao estudarem a experiência de desenvolvimento de algumas regiões da Itália, destacam o fato desta ocorrer basicamente através do estabelecimento de redes de pequenas empresas independentes, na qual formam-se distritos de empresas cooperadas, especializadas por etapas do processo produtivo e integradas entre si. Os autores destacam ainda que as principais características destas redes são: i) constituídas de pequenas empresas sem dominação de uma grande empresa; ii) voltadas para a produção flexível em determinado setor; iii) formam um conjunto produtivo que é reconhecido, por seus produtos e serviços, no mercado externo e; iv) representam uma comunidade social com forte coesão interna.

Em Cabo Verde, as PME's deparam-se com constrangimentos em incrementar a base tecnológica, a produtividade e qualidade do sistema operacional das participantes, o que poderia trazer vantagens como o compartilhamento de atividades comuns, desde compras integradas a capacitação de mão-de-obra, marketing em conjunto, pesquisa de mercados, a contratação de serviços e logística, a acessibilidade à informação tecnológica e aos sistemas de informação e assistência técnica, a aceleração de processos produtivos e o alcance de competitividade e diminuição de custos, através da qualificação e capacitação das empresas, agregação de maior valor aos produtos, serviços de exportação e acesso a créditos.

Para Cândido (2002), há 3 (três) tipos básicos de vínculos de cooperação entre as organizações, a saber:

- *vínculos verticais* - referente às ligações “anteriores” através dos relacionamentos entre fornecedores e sub-contratados e, ligações “posteriores” envolvendo consumidores e clientes. A cooperação efetiva abrange aspectos como organização e fluxo produtivo, gestão de stock, desenvolvimento de produtos e processos, controle de qualidade, design e *marketing*;

- *vínculos horizontais* - este tipo de vínculo ocorre entre produtores do mesmo nível e podem envolver também instituições que oferecem apoio e fomento a atividade empresarial, como as associações empresariais. Os principais objetivos deste tipo de vínculo são a prática de estratégias de marketing conjunta, a aquisição coletiva de insumos, o compartilhamento de encomendas volumosas e/ou divisão de níveis de produção a partir de capacidades produtivas, a utilização comum, não só de instalações, máquinas e equipamentos e ferramentas, mas também de informações sobre o mercado e desenvolvimento conjunto de produtos; e
- *vínculos multilaterais* - envolve a participação de instituições de apoio à atividade empresarial da região e o tipo de assistência prestado a um conjunto de produtores de determinado segmento económico. Assim, é de realçar que, essas relações incluem cooperação do tipo horizontal com o objetivo de conceber, instalar e administrar estruturas locais de comércio, de acesso e disponibilização de informações, parceria com centros de pesquisa e prestação de serviços, de um modo geral.

O conceito de redes entre empresas é essencial para analisar o papel dos diversos agentes que atuam em sua composição, no entanto este conceito não é fácil de ser entendido, na medida em que existe uma grande diversidade de conceitos e aplicações (Cândido, 2001).

Cândido (2002) destaca o papel do Estado na promoção da cooperação, tomando como referência os conceitos de capital social, ao evidenciar que a formação das redes interorganizacionais quase sempre acontece em uma estrutura formal. Assim, a colaboração, na maioria das vezes, implica o estabelecimento de instituições formais, pelo que as empresas criam, algumas vezes por conta própria e, de uma forma geral, com a ajuda de suas associações e dos governos regionais ou locais, as instituições que permitem a criação de benefícios coletivos e que, normalmente, compartilham 3 (três) características principais, como sejam as parcerias públicas-privadas, adquirem um estatuto sem fins lucrativos e requerem a coordenação de vários atores para trabalhar com eficácia. Ainda, essas instituições fornecem uma gama de serviços como treinamento, pesquisa e desenvolvimento, marketing e venda, aquisições coletivas.

Cândido (2002), parte do princípio de que, antes de qualquer ação mais efetiva do Estado quanto a sua participação na formação das redes, é preciso definir os mecanismos que facilitam a colaboração, pelo que, os governos regionais e locais podem dispor de políticas para estimular ou facilitar a cooperação.

A globalização e a internacionalização das economias têm como base os modelos *clusters* e, sendo assim, capital social - união, cooperação, sociabilidade e confiança (...) - entre os responsáveis das unidades administrativas, e entre estes e os outros agentes de desenvolvimento, por forma a superar os eventuais constrangimentos na implementação de forma eficaz e eficientes os diferentes *clusters* enquanto modelos de desenvolvimento das regiões e dos países.

#### 2.4. Clusters e desenvolvimento

O termo *cluster* entrou no léxico dos economistas a partir dos trabalhos de Michael Porter, e o conceito implica um conjunto de atividades produtivas interligadas e desenvolvidas num determinado território (Porter, 1990). Ainda, este autor define “*cluster* como *geographic concentrations of interconnected companies, specialized suppliers, services providers, firms in related industries, and associated institutions (universities, standards agencies, trade associations) in a particular field that compete but also cooperate.*”, a perspetiva analítica *cluster*”, e surge a partir do momento em que as condições do chamado *diamante de Porter* ocorrem [Figura 1].

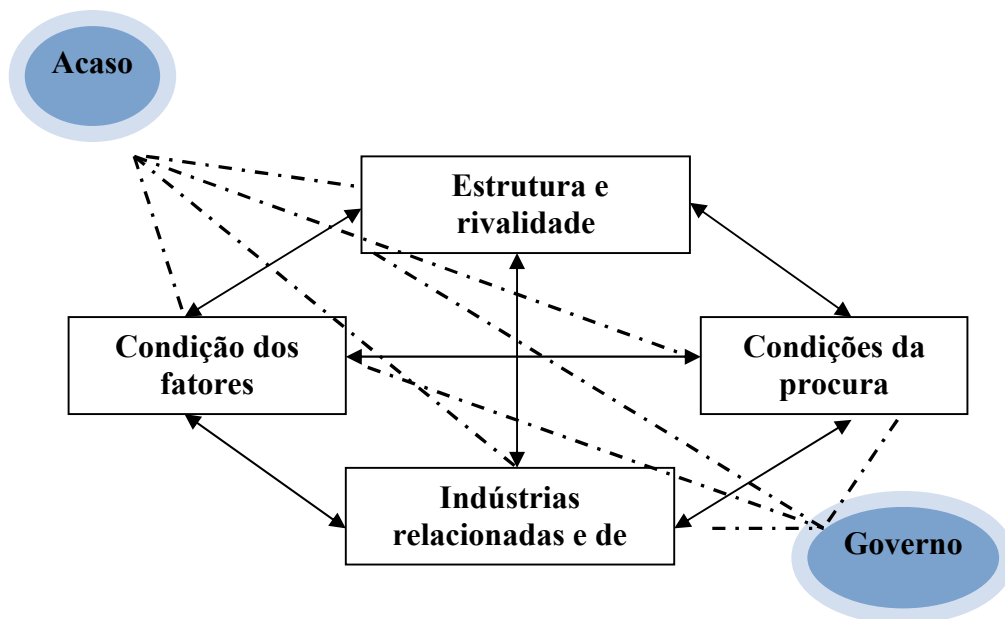


Figura 1: O diamante de Porter (Porter, 1990)

Para Porter (1990), o *cluster* enquanto ‘diamante’ põe em evidência que esse modelo de desenvolvimento pode ser implementado com menos constrangimentos, sobretudo nos países onde existam:

- uma massa crítica de empresas competitivas e que concorrem entre si, onde existem recursos humanos altamente qualificados e recursos financeiros abundantes;
- uma importante procura para os bens e/ou serviços produzidos, a pressão competitiva que favoreça a inovação e o ambiente produtivo que se caracteriza por uma cultura de risco;
- reduzidas barreiras à entrada de empresas, concentração setorial, internacionalização, cultura de investimento e de negócio; e
- um ambiente de inovação facilitado pela associação a centros de investigação e universidades, nomeadamente em parceria com a indústria, capacidade institucional boa governança e um conjunto de atividades / empresas a montante, ou a jusante do *cluster* com condições favoráveis para se desenvolver.

A dotação de infraestruturas de transporte, de comunicação e de habitação com padrões que promovam a qualidade de vida e a segurança dos cidadãos residentes constitui um fator crítico para o sucesso do *cluster* (Porter, 1990). Ainda, o papel do Estado surge muito ligado à criação de infraestruturas (de transporte, saúde, educação, etc.), bem como à criação de outros fatores que dele dependem e que ajudam a estimular o ambiente de negócios e a reduzir custos de contexto.

A abordagem *porteriana* consiste portanto em analisar e identificar as ações que as políticas públicas poderão desenvolver no sentido de facilitar o funcionamento do *cluster* (Porter, 1990).

Em trabalhos posteriores à publicação de “*The competitive advantage of nations and firms*”, como “*Clusters and the new economics of competition*” publicado em 1998, Porter interroga-se sobre a possibilidade de associar a análise de *clusters* às políticas de desenvolvimento. Assim, com base no seu trabalho e em várias publicações sobre esta matéria, Porter (1990) apresenta os níveis de desenvolvimento de *clusters* e que poderão ser implementados em Cabo Verde para o *cluster* da economia marítima, tendo em consideração a conjuntura económica e financeira mundial, a globalização, a mundialização e a internacionalização das economias assentes em capital social, cujo objetivo principal é o desenvolvimento do país, sobretudo pós 2015 [Quadro1].

Quadro 1: Níveis de desenvolvimento dos *clusters*

<b><i>Working clusters</i></b>	<i>A critical mass of local knowledge, expertise, personnel and resources create agglomeration economies; there is knowledge of the interdependence of local competitors, suppliers, customers, and institutions.</i>
<b><i>Potential clusters</i></b>	<i>A critical mass of firms in related industries sufficient to reap the benefits of clustering, but have not developed the level of interaction and information flows necessary to truly benefit from co-location.</i>
<b><i>Latent clusters</i></b>	<i>Some of the elements necessary for the development of successful clusters, but these elements must be deepened and broadened in order to benefit from the impact of agglomeration.</i>
<b><i>Policy-driven clusters</i></b>	<i>Chosen by the government for support, but lack a critical mass of firms or favorable conditions for organic development.</i>
<b><i>“Wishful thinking” clusters</i></b>	<i>Policy-driven cluster that lack not only a critical mass, but any particular source of advantage that might promote organic development</i>

**Fonte: Porter (1990).**

Considerando que, Cabo Verde, apesar das potencialidades e dos setores de atividades que possam enformar o *cluster do mar*, não há recursos humanos altamente qualificado, nem abundância de capital financeiro, a par de ausência de uma massa crítica para se debater esse modelo de desenvolvimento a nível académico e científico, pelo que trata-se apenas uma decisão do Governo assumindo uma opção política e estratégia para se implementar e desenvolver esse e outros *clusters*, nomeadamente os do agronegócio, do agronegócio e das TICs. Assim, Porter (1990) considera que, em relação à situação de *policy driven cluster*, o Governo que, anteriormente, atuava sozinho na definição das políticas públicas e estabilização da economia, passa (deve passar...) a contar com a atuação do setor privado e das universidades, de entre outras instituições e organizações empresariais.

Tendo em consideração a globalização e a internacionalização das economias, o desenvolvimento dos países e, sendo assim, de Cabo Verde, e o cumprimento dos ODM pós 2015, passa, em certa medida, pela implementação dos *clusters*, enquanto modelo de desenvolvimento (Varela, 2014). Assim, a relevância desse assunto, na literatura

económica, está no facto de que, por meio da criação de *clusters*, acredita-se ser possível desenvolver economicamente regiões onde estão localizados. Portanto, estudar o surgimento e a consolidação de um polo de *cluster* do mar significa também verificar o grau de desenvolvimento regional e nacional. Ainda, determinadas instituições devem estar presentes em uma determinada região para o surgimento e a consolidação dos *clusters*, nomeadamente as universidades, as empresas, os centros de pesquisa, as incubadoras de empresas e apoio do governo e lideranças regionais e locais que interagem entre si, com base num capital social forte.

Com base no exposto acima, um *cluster* é uma concentração de empresas que se comunicam entre si, por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo espaço, e assim, se tornam mais eficientes. Trata-se de um grupo de atividades semelhantes, que se desenvolvem conjuntamente e sugere a ideia de cooperação, agregação, integração e sinergia (Governo de Cabo Verde, 2011). Ainda, Porter (1998) e Salvador (2010) definem *cluster* como uma agregação interativa e sinérgica de atores económicos interdependentes num setor específico e num espaço geográfico delimitado.

A estratégia de um *cluster* corresponde a uma abordagem de um território, com a dinâmica económica forte, liderada por empresa com abertura ao mercado internacional e com capacidade de integração e de sinergias coletiva, que passa pela aplicação de ações transversais e concertadas entre diferentes parceiros, os quais tipicamente incluem um sistema de formação e investigação (universidades, escolas) que responda às exigências dos atores económicos (Porter, 1998; Salvador, 2010).

Cada vez mais comuns na literatura económica, os estudos são sobre *clusters* com o intuito de explicar o desenvolvimento das regiões, o que pode ser extensivo à Cabo Verde. O estudo sobre *cluster* do mar está na fronteira entre a literatura sobre organização industrial, o comércio, bem como a prestação de outros serviços, as tecnologias de comunicação e informação e a economia regional. Assim, tendo em consideração a estrutura da aglomeração, deve-se realçar o padrão de especialização, com o peso relativo de cada um dos participantes, relações entre os mais diversos agentes envolvidos, com base em padrões de concorrência e vantagens competitivas que podem sobressair. No entanto, na literatura de economia regional, encontra-se a importância dos fatores locais, considerados determinantes para a localização das unidades de produção e de prestação dos serviços numa aglomeração, como é o caso do *cluster* do mar.

É de ter em consideração que a qualidade de vida de uma cidade, a infraestrutura disponível, a possibilidade de acesso a bolsas de estudo, financiamento e, principalmente, a presença das universidades e das incubadoras de empresas são condições decisivas para a consolidação de um arranjo produtivo e, sendo assim, dos *clusters*, enquanto modelos de desenvolvimento.

Os *clusters* devem estar ligados às inovações tecnológicas resultantes de pesquisas próprias e também daquelas provenientes de outros centros da região, estreitando as relações com empresas inovadoras, instituições de pesquisa e/ou de transferência de tecnologia. Ainda, necessitam, para esse efeito, de um conjunto de serviços adequados disponíveis, nomeadamente os sistemas de telecomunicações, incubadoras, agências governamentais dos vários níveis de governo, firmas comerciais.

O *cluster* pode ser caracterizado pelas aglomeração espacial de atividades industriais, e decorrente concentração de firmas com determinada similaridade e/ou atividades complementares no mesmo espaço territorial, responsável pela conformação de uma divisão de trabalho. Assim, na organização da produção, em maior ou menor escala, são visíveis alguns aspetos, nomeadamente a forte cooperação entre os agentes, a identidade sociocultural, o ambiente institucional, a atmosfera industrial, bem como de prestações de serviços, o apoio das autoridades locais, a existência de instituições de coordenação, o elevado índice de sobrevivência de empresas, o dinamismo e competitividade industrial, os fatores locais favoráveis (recursos naturais e humanos, logística, infraestrutura e as fortes ligações económicas entre os agentes).

Os agentes associados aos *clusters* apoiam-se mutuamente garantindo vantagens competitivas ao nível industrial para uma região particular, permitindo explorar diversas economias de aglomeração. A cooperação produtiva e/ou tecnológica ativa o processo de interação entre os agentes locais, viabilizando o aumento da eficiência produtiva, que cria, por sua vez, um ambiente favorável ao aumento da competitividade entre os agentes. Ainda, existe uma crescente busca por maiores níveis de eficiência na utilização dos fatores de produção, estimulando a mudança na localização das atividades produtivas, levando-as para regiões onde a disponibilidade destes, tanto quantitativa como qualitativamente, seja maior. Assim, as empresas interagem por meio de *linkages* de produção, comércio e distribuição, cooperam em *marketing*, promoção de exportações, atividades de pesquisa e desenvolvimento e são, ainda, apoiadas por instituições locais que coordenam ações privadas e públicas.

É de referir que o desenvolvimento do *cluster* é resultado da articulação entre

economias externas, efeito imediato da aglomeração geográfica e da ação conjunta dentro do próprio arranjo, consequência do “desenvolvimento de redes de cooperação, levando a ganhos de ‘eficiência coletiva’ (Crocco *et al.*, 2003 :7). A aglomeração de empresas surge como alternativa que possibilita o desenvolvimento industrial. Ainda, quando atuam em conjunto, as empresas podem fazer um planeamento industrial, comercial e administrativo comum a todas, diferenciarem a produção de seus produtos além de aumentar a escala da produtividade, oferecendo melhores serviços com maior qualidade. Assim, significa que se as empresas operam em conjunto, formando uma união de firmas que farão parte de uma planta industrial maior, e poderão beneficiar da eficiência coletiva.

A associação das empresas em arranjos produtivos, expressa por conexões entre os agentes locais, ajuda-as, mesmo que apresentem dimensões distintas. O vínculo entre elas possibilita que, de entre outros, se explorem melhor as eficiências coletivas e gere uma especialização maior do trabalho e dos serviços e infraestrutura coletiva. Ainda, para os autores acima referidos, a associação permite que as empresas beneficiem de um aumento da capacidade de negociação de componentes que permite a redução de custos, para além das empresas poderem trocar informações técnicas e de mercados, e conjuntamente qualificar os recursos humanos, criar consórcios para comprar e vender bens e serviços.

#### **2.4.1.Cluster do mar e desenvolvimento**

##### **2.4.1.1.Experiências sobre *cluster* do mar e desenvolvimento dos países**

Na Holanda, pela conjugação de todos os fatores e dificuldade, a situação tornou-se dramática e aguda, apesar da atitude muito positiva do governo holandês relativamente ao transporte marítimo. Por isso, as associações de armadores convenceram o governo a ter em consideração os problemas fundamentais da indústria e a desenvolver uma política inovadora para o transporte marítimo (Governo de Cabo Verde, 2011). Na mesma linha, a Marinha Real Holandesa e a Universidade de Delft desenvolveram estudos abrangentes e profundos no domínio da economia do mar que levaram, nomeadamente à reformulação da tecnologia da construção naval com a finalidade de reduzir os custos de produção e racionalizar, com a automatização, a operação de navios. Assim, construíram fragatas consideradas, na altura, as mais avançadas tecnologicamente, com uma guarnição mínima, o que permitiu, a partir de 1993/94, o desenho de mudanças fundamentais na política marítima da Holanda.

É de frisar que o *cluster* marítimo holandês é constituído por 11 (onze) setores que integram, por sua vez, outros *clusters* como o transporte marítimo (logística & transporte), os

portos (indústrias relacionadas), os serviços marítimos (indústrias relacionadas), a construção naval (indústrias metalúrgicas), o equipamento marítimo (maquinaria e metalurgia) as embarcações de recreio (recreio e turismo), a pesca (produção de peixe e indústrias processadoras), a dragagem (construção), o *offshore* (energia), a marinha de guerra (defesa) e o transporte fluvial (Governo de Cabo Verde, *op. cit* : 5).

Deve-se ter presente que, o que distingue o *cluster* holandês dos restantes não é o papel do *shipping* / marinha mercante, como acontece com a Noruega, Dinamarca ou Alemanha, mas sim os Portos e a Logística, onde sobressai o papel de Roterdão como maior porto da Europa – porto de petróleo e produtos químicos, ou de carga contentorizada, servindo o mais rico *hinterland* europeu, ao qual acede por via fluvial, eixos rodoviários e linhas ferroviárias (*idem*). Assim, o porto articula-se, ainda, com o aeroporto de Amesterdão, reforçando o papel único que a Holanda desempenha nas cadeias logísticas das empresas multinacionais que operam na Europa.

Na Dinamarca, os 11 setores que compõem o *cluster* dividem-se em 67 setores que contêm cerca de 11.850 empresas (*idem*). Assim, no momento de arranque (1997), o valor produzido pelo *cluster* foi de 20,3 mil milhões de euros, com um valor acrescentado de 10,6 mil milhões de euros e nos cinco anos seguintes, e esses valores cresceram 22% e 19%, respectivamente, correspondendo as exportações a 63% da produção, e em 2002, o *cluster* gerava cerca de 135.000 empregos diretos e 55.000 empregos indiretos (*idem*).

Em termos de organização, na Dinamarca o *cluster* dispõe, no topo, de um órgão de conselho composto por pessoas proeminentes dos vários setores, a título pessoal, e de elementos do Governo, como observadores. Foi constituído um Fórum de empresas, com o apoio de um gabinete pequeno e flexível (*idem*). Assim, os representantes dos vários segmentos de mercado participam, frequentemente, em reuniões ao longo do ano destinadas a debater os desafios apontados pelo conselho, e as linhas de ação estratégicas definidas visam a comunicação (divulgação), a exportação, a inovação, o mercado de trabalho e a formação.

No caso da Dinâmica, o valor acrescentado cresceu, entre 1988 e 1999, de 1,5 mil milhões de euros para 6,0 mil milhões de euros. No mesmo período, o volume de negócios subiu de 6,1 mil milhões para 24 mil milhões de euros e, em 2001, as exportações ascenderam a cerca de 9 mil milhões de euros. As medidas legislativas de 1987, nos aspectos do registo e dos impostos, induziram um crescimento da frota mercante, entre 1986 e 1991, de 24 milhões para 55 milhões de TAB (Toneladas de Arqueação Bruta) (*idem*). Assim, a Dinamarca teve, em termos de avaliação de *benchmarking*, um percurso idêntico aos da Holanda e da Noruega.

### *Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução*

O *cluster* marítimo dinamarquês vale cerca de 7% do valor de produção da economia dinamarquesa e 3% do emprego direto (79.000 postos de trabalho), ou 4,3% (117.000) se forem incluídos também os indiretos, segundo dados de 1999. O setor mais expressivo do crescimento da economia do mar é o da marinha mercante tendo mais que duplicado a tonelagem entre 1988 e 2003. Em 2004 dispunha de 505 navios com 9,2 milhões de TAB (Toneladas de Arqueação Bruta) (*idem*).

De acordo com a fonte em referência, a Dinamarca destacou-se no contexto europeu, nos seguintes setores:

- **Shipping / Marinha Mercante** - os armadores dinamarqueses possuem 3% da tonelagem mundial e controlam por via de operações de vários tipos (vd. operações de charter) cerca de 7% dessa tonelagem e transportam 10% do comércio mundial. A Dinamarca é o país a que pertence o maior armador mundial de transporte contentorizado, incluindo transporte de produtos refrigerados – a MAERSK/SEALAND - que controla também operadores de terminais portuários espalhados pelo mundo.
- **Construção naval** – a Dinamarca conta ainda com um estaleiro – o ODENSE STEEL Shipyard do grupo APMoller – capaz de construir os maiores navios do mundo, quer para transporte de petróleo, quer para contentores e integra o fabrico de motores para navios, embora a empresa originalmente dinamarquesa - BURMEISTER & WAIN - esteja atualmente integrada na MAN alemã, e as médias empresa como a DANYARD AALBORG constrói alguns dos mais luxuosos iates do mundo em materiais compósitos, ou a Karstensens Shipyard especializada na conceção e fabrico de navios de pesca de alta tecnologia, bem como exploração Offshore de petróleo e gás natural.

Na Noruega, pelas mesmas razões que na Holanda, nos primeiros anos da década de 80, muitos navios abandonaram a bandeira norueguesa e as tripulações foram substituídas por marítimos de salários mais baixos (*idem*). Assim, a recuperação começou em 1987 com a introdução do registo internacional norueguês de navios que permitiu aos armadores empregarem estrangeiros com salários do nível dos países de origem. Por esse motivo, associado à mudança do regime de impostos para empresas e os marítimos, semelhante à ocorrida na Holanda, e também na Grécia, a frota mercante cresceu de 24 milhões para 55 milhões de Toneladas de Arqueação Bruta (TAB), entre 1986 e 1991 (*idem*).

Os principais componentes do *cluster* norueguês são o transporte marítimo (2.500 companhias), a construção e reparação naval (456 companhias), o aluguer de navios (332 companhias), o equipamento e máquinas marítimas (65 companhias), as outras indústrias marítimas (306 companhias) e os outros serviços marítimos (287 companhias) (*idem*). Assim, no total, o *cluster* norueguês é composto por 4.052 empresas a que acrescem outras categorias de atividades importantes, como as seguradoras e financeiras do transporte marítimo, as sociedades de classificação de navios, a pesca, o *offshore* e as autoridades marítimas (*idem*). No entanto, o componente mais forte e importante é o transporte marítimo.

O *cluster* norueguês inclui muitas indústrias e são complexas, e tem nele representados muitos setores mas, diferentemente do caso holandês, não foi definida nenhuma estrutura formal (*idem*). Existem muitas organizações que apoiam a indústria marítima, tais como os empregados e os empregadores deste domínio, mas a única organização que funciona em rede para ligação dos setores e dos diferentes intervenientes aos vários níveis é o Fórum Marítimo, fundado em 1990 e que visa fortalecer a cooperação entre todos os atores (*idem*). Assim, a sua finalidade consiste no fortalecimento da cooperação entre todos os atores envolvidos na economia marítima, ao mesmo tempo que procura influenciar as políticas para a indústria marítima e a defesa dos seus interesses no âmbito internacional.

No caso norueguês, pode-se retirar, de entre outras, ilações importantes como as medidas de caráter legislativo tomadas a partir de 1987, com a introdução do registo internacional norueguês de navios e a mudança do regime de impostos para marítimos e empresas, o interesse pela auto-avaliação e a forma como são usadas as ilações daí retiradas, na definição das agendas futuras, na valorização dos fatores de força e na minimização dos pontos fracos, a formação do Fórum Marítimo para promover a cooperação entre atores, as linhas de ação visando a inovação, as oportunidades do transporte intermodal e multimodal e a formação do pessoal do mar em nível elevado (*idem*).

Em 1999, constituiu-se o Centro de Desenvolvimento Marítimo da Europa (CDME), destinado a promover a inovação e a cooperação no *cluster* marítimo e a sua imagem positiva, a secretariar o Instituto Marítimo Virtual Europeu, a coordenar o transporte marítimo dinamarquês de curta distância e a rede de "auto-estradas" do mar e a cooperar com outras organizações criadas em 2004 (*idem*).

O CDME associou, em rede, todos os países com vocação e interesses no setor marítimo, e estimula a interação dos seus membros, através de, entre outras iniciativas, encontros, conferências e exposições para o desenvolvimento de sinergias, nomeadamente o

*marketing* internacional (*idem*). Essa associação tem apresentado desafios à investigação, ao desenvolvimento e à formação, ao mesmo tempo que participa ativamente em esforços nacionais e internacionais que visem o reforço de projetos benéficos para o incremento do setor marítimo. O Centro de Desenvolvimento Marítimo da Europa (CDME) criado, em 1999, destina-se a promover a inovação, a imagem e a cooperação no *cluster* marítimo (*idem*).

O Reino Unido, ainda hoje, é o país de maior poder marítimo da Europa, foi também beneficiado pela constituição do seu *cluster*, mas com algumas especificidades, incluindo a do próprio nome - *Sea Vision UK* -, e todo o processo foi encarado como uma campanha nacional para despertar o conhecimento do mar no público em geral, mas que teve como alvo especial os jovens (*idem*).

Em 2003, a *Sea Vision UK* juntou mais de 200 organizações, representando interesses muito diversificados, que incluem 14 componentes principais (*idem*). Ainda, de acordo com esta fonte, os componentes desse *cluster* são a marinha mercante, de recreio e construção de embarcações de recreio, o equipamento marítimo, a marinha de guerra, os portos, a tecnologia submarina, as agências ambientais, a exploração e produção de petróleo e gás, a construção, reparação e classificação de navios, as escolas superiores de ensino náutico, os institutos e sociedades profissionais, os sindicatos, a pesca comercial e as associações e clubes de serviços voluntários.

A constituição efetiva da Associação do *Cluster* Marítimo Espanhol, para a promoção e o desenvolvimento do setor marítimo, teve lugar em Outubro de 2007, e dois meses depois, foi elaborado o Plano Estratégico, com os objetivos de criar riqueza e bem-estar para a sociedade procurar a excelência empresarial para o setor marítimo espanhol, aumentar a capacidade concorrencial das empresas marítimas espanholas no mercado global, melhorar a eficácia da gestão industrial e comercial das empresas e impulsionar o desenvolvimento profissional dos trabalhadores (*idem*). Assim, os componentes principais desse *cluster* são de evidenciar o transporte marítimo, os portos, a construção naval, a pesca, a aquicultura, a náutica desportiva e de recreio, a investigação científica e os organismos de formação.

No caso espanhol há a considerar os aspetos relevantes, nomeadamente a constituição da Associação do *Cluster* Marítimo Espanhol, o planeamento e a execução, adequadamente faseados do arranque do *cluster*; uma definição adequada da missão, dos objetivos estratégicos e dos eixos estratégicos e a boa aprendizagem a partir de experiências de sucesso, como é o caso da holandesa (*idem*).

Para a implementação e o desenvolvimento do *cluster* do mar em Cabo Verde, é necessário que se tenha em consideração as experiências dos outros países, aproveitando assim as ilações positivas nessa matéria.

### **3. CABO VERDE E O PROBLEMA DO SEU DESENVOLVIMENTO**

#### **3.1. Localização e enquadramento geral**

O Arquipélago de Cabo Verde fica situado entre os paralelos 17° 12' e 14° 48' de latitude Norte e os meridianos 22° 44' e 25° 22' de longitude Oeste, a uma distância de, aproximadamente, 500 km da costa ocidental africana, ao largo do Senegal, o que se encontra evidenciado no Mapa 1 que se encontra a seguir.



Mapa 1: Localização do Arquipélago de Cabo Verde  
(Sociedade Turística e Imobiliária, S.A. de Cabo Verde, 2013)

Cabo Verde, apesar dos progressos a nível da economia e dos índices de desenvolvimento alcançados, continua a apresentar vulnerabilidades estruturais, em decorrência, essencialmente, da reduzida dimensão territorial, insularidade, fragilidade dos ecossistemas e escassez de recursos naturais, forte pressão demográfica sobre os recursos, secas prolongadas, localização geográfica à margem das correntes principais do comércio internacional, exiguidade do mercado de trabalho e pobreza (Governo de Cabo Verde, 2012 :8; Varela, 2014 :27). Assim, tendo em consideração esses aspetos, Cabo Verde depara-se com problemas de desenvolvimento, sobretudo a nível social, económico e ambiental.

### **3.2. Dinâmica demográfica**

Em Cabo Verde existiam, em 2000, 434.625 habitantes, e entre 1990 e 2000, a densidade populacional passou de 85,7 para 107,1 habitantes/km<sup>2</sup> e a taxa de urbanização de 46 para 54%. Em 2000, e nas ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão e Fogo concentravam cerca de 90% da população de Cabo Verde. Mais de metade residiam em Santiago (54%) e cerca de ¼ na cidade da Praia, a capital do país (INE<sup>1</sup>, 2000 :*passim*; Varela, 2014 :28). Ainda, segundo essa fonte, a partir de 1950, a população cresceu, em média, de 1,5% ao ano, e conheceu períodos de grandes oscilações devido às secas, fomes e epidemias. Entre 1940 e 1950, registou-se uma variação anual negativa (-1,9), e verificaram-se variações anuais positivas, a saber: 2,9% de 1950 a 1960; 3,1% de 1960 à 1970; 1,5% de 1980-1990 e; 2,4% entre 1990-2000. Entretanto, a população cabo-verdiana cresceu, de 1980 à 2010, a um ritmo diferente nos períodos intercensitários, pelo que a taxa de crescimento médio anual que, na década de 1980, foi de 1,5%, aumentou para 2,4% em 1990, decresceu, entre 2000 e 2010, e atingiu um nível de 1,2%.

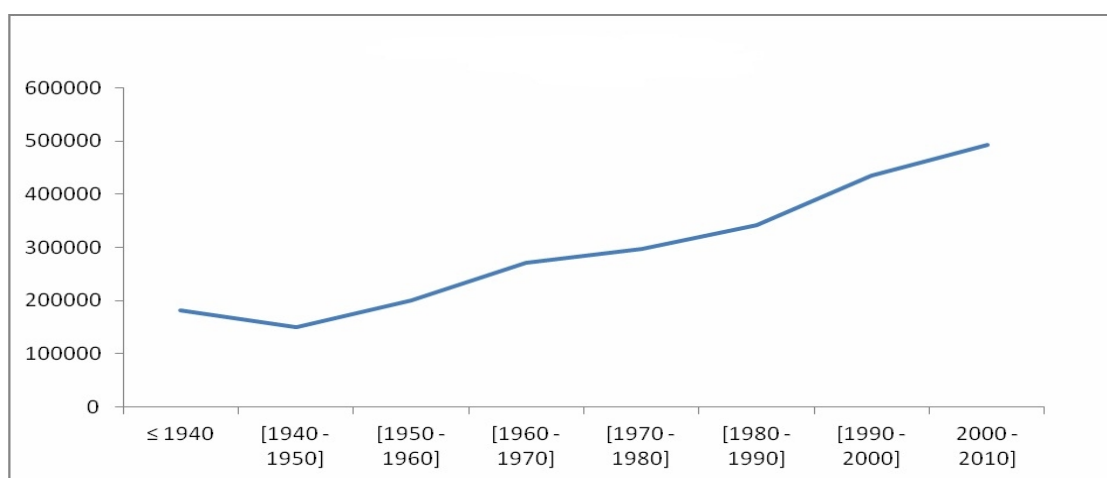


Gráfico 1: Evolução da população de Cabo Verde de 1940 à 2010 (INE-CV, 2010)

Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) realizado em 2010 pelo INE, a população de Cabo Verde elevou-se a 491.575 habitantes, e a quase totalidade da população recenseada era residente, no momento censitário (96,5%). Ainda, no que diz respeito, os efetivos por género, os resultados mostram que não existe grande

<sup>1</sup> É a sigla do Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde.

diferença entre os homens e as mulheres, com cerca de 50%, para ambos os sexos (INE, 2010 :*passim*). No entanto, segundo o Censo de 2010 verificam-se disparidades significativas, a esse respeito, entre os dois meios de residência, com cerca de 62% da população a viver no meio urbano, contra cerca de 38% no meio rural, o que evidencia uma tendência comum nos países de rendimento médio, em resultado da migração da população das áreas rurais para as áreas urbanas.

Em 2000, a população cabo-verdiana, nas áreas urbanas, correspondia a 47,8% da população do país, e em 2010, nos 16 dos 22 concelhos de Cabo Verde, a população rural é proporcionalmente maior do que a urbana. O concelho com maior população e, praticamente, e tida como a mais urbana (97,1%), é o da Praia, com aproximadamente 132 mil pessoas, e quase o dobro da população do segundo concelho mais populoso que é São Vicente com 76 mil habitantes, onde 92,5% da população está na área urbana. Com a exceção desses dois concelhos, quase 62% da população de Cabo Verde reside em zonas rurais (INE, *op. cit* :*passim*).

É de referir que, em 2010, mais de metade da população caboverdiana vive na ilha de Santiago (55,7%), seguida pelas ilhas de São Vicente (15,5%), de Santo Antão (8,9%), do Fogo (7,5%) e do Sal (5,2%). Por outro lado, o restante das ilhas representa menos de 8% da população desse país. O concelho da Praia é o mais povoado, albergando ligeiramente mais de um quarto da população de Cabo Verde (26,9%), e abrange 48% da população da ilha de Santiago. São Vicente e Santa Catarina, são o segundo e o terceiro concelhos mais povoados do país, onde vivem 15,5% e 8,8% da população, respetivamente. Em Santo Antão, o essencial da população da ilha vive nos concelhos de Ribeira Grande (43%) e do Porto Novo (41%), e no Fogo, 60% da população vive no concelho de São Filipe e um quarto (25,7%) reside nos Mosteiros (*idem*).

Das 491.875 pessoas que vivem em Cabo Verde, a população de 0 a 17 anos corresponde a 39% desta população (191.329 crianças e adolescentes), um número considerável em termos proporcionais da população, tendo em vista que outros países de renda média têm entre 25 e 30% da população nesta faixa etária. A população de crianças é dividida da seguinte maneira: i) 70.132 crianças de 0 a 6 anos ii); 85.502 crianças de 7 a 14 e; iii) 35.695 crianças de 15 a 17 anos (*idem*). Assim, de acordo com essa fonte, Cabo Verde possui uma população jovem, com média de idade de 26,2 anos, sendo a maioria na faixa dos 15 aos 19 anos, e população feminina é praticamente igual à masculina, com 50,5% e 49,5%, respetivamente.

### **3.3. Economia cabo-verdiana**

Desde 1977, Cabo Verde tem vindo a fazer parte do grupo de “Países Menos Avançados” (PMA) das Nações Unidas, situação essa considerada ser estruturalmente em desvantagem nos seus esforços de desenvolvimento, o que requerem um tratamento diferenciado e, particularmente, favorável da parte da comunidade internacional (Governo de Cabo Verde, 2012:7).

Segundo o Governo de Cabo Verde (*op. cit.* : 7), o país solicitou, formalmente, em 1999, a sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), e a 23 de julho de 2008, tornou-se no 153.º Estado membro dessa Organização, por se considerar ter cumprido os dois primeiros critérios, dos três que se encontram a seguir, e que são utilizados pela ONU, desde 2003, para o processo de graduação dos países, a saber:

- o nível de rendimento, baseado numa média do rendimento anual bruto por habitante num período de três anos (abaixo de 750 dólares para poder ser acrescentado à lista, acima de 900 dólares para ser chamado a sair);
- o desenvolvimento do capital humano, assente num índice de capital humano construído com base em indicadores de esperança média de vida, nutrição, saúde, escolarização e alfabetização de adultos; e
- a vulnerabilidade económica, assente num índice de vulnerabilidade económica.

Cabo Verde foi, o primeiro país africano e o terceiro do grupo dos PMA, a conseguir, o que é considerado como sendo o importante marco, pela via negocial (*idem*).

É de referir que a graduação de Cabo Verde a País de Rendimento Médio Baixo, coloca desafios, pelo facto de, em decorrência da redução de determinadas ajudas, requer maior capacidade de mobilização de recursos financeiros para autofinanciar os projetos de desenvolvimento (*idem*).

Apesar de Cabo Verde fazer parte do grupo de países com grande vulnerabilidade económica, característica comum aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, o valor do PIB per capita, em 2004, no valor de 1976 USD e o IDH de 0,722 (106ª posição), estiveram na base da saída de Cabo Verde do grupo dos PMA (*idem*).

A fraqueza das exportações de Cabo Verde é evidenciada por uma balança comercial estrutural e fortemente desequilibrada, em que as exportações cobrem apenas 4 a 6% das importações, e os serviços dominam estrutura das exportações, situando-se, em 2003, em cerca de 93% (*ibid* :7-8). Ainda, de acordo com esta fonte, é de referir que impelidas pelos

transportes e, sobretudo os transportes aéreos e pelo turismo, a dinâmica das exportações de serviços contrasta fortemente com a fraqueza das exportações de bens.

Devido a pequenez da base produtiva, a exportação de mercadorias depende de dois produtos que representam cerca de 90% das exportações de bens em 2003, a saber: i) os produtos da pesca, cujas exportações estiveram em declínio, em parte, devido a restrições sanitárias (18% das exportações em 1998 contra 4% em 2003) e; os produtos da indústria fabril de exportação incipiente, nomeadamente de confeções e calçado (85% das exportações em 2003), e que se estabeleceu devido às condições preferenciais oferecidas por facilidades como a *African Growth And Opportunity Act* (AGOA) e o Acordo de Cotonou (*ibid* :8-9).

A integração de Cabo Verde no bloco económico da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, desde 1977, a paridade fixa do Escudo de Cabo Verde face ao Euro a partir de 1999, a assinatura de acordos comerciais específicos, nomeadamente o *African Growth and Opportunity Act* (AGOA) e o acordo de Cotonou (2000), a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), em janeiro de 2004, e o Acordo de Parceria Especial com a União Europeia (em construção), têm contribuído para o desenvolvimento económico desse país (*idem*).

À data de independência de Cabo Verde, a 5 de julho de 1975, o PIB per capita de Cabo Verde era de 190 USD tendo aumentado para 903,5 USD em 1990 e alcançado o valor de 1976 USD em 2004. Ainda, na década de noventa, a taxa média de crescimento do PIB situava-se em 6,6%, e um crescimento médio de 5,7%, no período 2000-2005, atingindo 10.7% em 2006, sendo que em 2007, o crescimento foi de cerca de 6,7%, fixando-se em torno dos 5-6%, de 2005 à 2010 (*idem*). Assim, esse crescimento económico acima dos 5% permitiu a melhoria da média do nível de vida das pessoas, tendo-se igualmente verificado, nesse período, que a inflação manteve-se sempre abaixo dos 2% por ano, embora, excecionalmente, tenha passado para 4,8%, 4,4% e 6,8%, em 2006, 2007 e 2008, respetivamente.

Em 2008, a estrutura da economia cabo-verdiana diferencia-se pelo predomínio do setor terciário que representava 75,3%, e que absorve 66% do emprego, aproximando-se da estrutura típica das economias desenvolvidas, não obstante as suas profundas limitações estruturais. Ainda, no ano em referência, o setor secundário contribui com 13,6% na formação do PIB e o setor primário com 11,1% (*idem*).

O setor agrário cabo-verdiano caracteriza-se por uma grande vulnerabilidade, tendo em conta a escassez dos recursos naturais, nomeadamente água e solo, associado ao sistema

de exploração vigente, essencialmente voltado para uma agricultura de subsistência, e as condições climáticas prevaletentes na zona saheliana, na qual Cabo Verde se insere (*idem*).

Apesar da sua fragilidade, o setor agrícola, à semelhança dos demais que compõem o setor agrário, foi e continua a ser de extrema importância para Cabo Verde e, sendo assim, com reflexos positivos na subsistência das famílias, e é um importante fator de desenvolvimento económico e social do país, uma vez que não é possível prever, a curto médio prazo, outra forma de ocupação para cerca de 40% da população desse país, que se encontra no meio rural (*idem*).

Praticada em condições de elevado risco agro-meteorológico e vulnerabilidade, o setor agrícola é pouco produtivo. Assim, dados de 1992 evidenciavam que a agricultura, a silvicultura e a pecuária representavam apenas 9,9% do PIB (*idem*). Ainda, com base nessa fonte, para o período 2000 a 2007 o peso dos subsectores agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, na formação do PIB registaram um abrandamento, tendo-se situado em torno de 8 a 10%.

De 2000 à 2007, a taxa de crescimento anual médio do PIB agrícola foi de 1,2%. Entretanto, as estatísticas setoriais disponíveis, nomeadamente produção agrícola, pecuária e florestal, não fornecem dados completos para a elaboração das contas do setor agrícola nem os indicadores de seguimento e avaliação do impacto das políticas, estratégias, programas e projetos que tem vindo a ser implementados, a partir do ano 2000 (*idem*). Assim, segundo essa fonte, o investimento público no setor, aumentou consideravelmente, situando-se em cerca de 10% do total do Orçamento Geral do Estado (OGE).

O setor hortícola é o que mais tem evoluído, contribuindo assim para o aumento da produção e da produtividade, a mudança gradual na estrutura do setor primário e desempenha um papel económico importante (*idem*). Assim, de acordo com essa fonte, o grande constrangimento que subsiste nesse subsector, prende-se com o seguimento da produção hortícola, onde não se implementou um sistema de estatísticas para a horticultura, o que permitiria dar maior visibilidade ao subsector ao nível das contas nacionais.

As exportações agrícolas que, em 2001 atingiram, 10,9 milhões de escudos cabo-verdianos, atualmente são, praticamente, nulas, com exceção dos produtos da pesca, cuja exportação, em 2007, foi de 9.815, num montante de 564 mil contos cabo-verdianos e de exportações esporádicas de produtos típicos como são os caso do *grogue*<sup>2</sup> e licores que são produtos exportáveis, no entanto apresentam problemas de qualidade e falsificação (*idem*).

---

<sup>2</sup> Trata-se do aguardente ‘ dita de cana de cana’ de açúcar fabricado em Cabo Verde.

É de referir que a absoluta dependência do regime de chuvas, predominantemente, escassas e irregulares, não tem permitido em Cabo Verde, determinar uma tendência para a agricultura de sequeiro. Assim, as produções variam, anualmente, consoante a quantidade e distribuição pluviométrica, pelo que o milho e o feijão são as principais culturas praticadas, e as variedades utilizadas, praticamente, não têm sofrido variações ao longo dos anos (*idem*).

O nível de utilização de fertilizantes e pesticidas é relativamente baixo, e as culturas de sequeiro são, com frequência, feitas em terras marginais e em zonas agro-climáticas sem aptidão para o seu cultivo, nomeadamente em zonas áridas e semi-áridas e zonas de pendor muito acentuado, pobres em nutrientes e com fraca capacidade de retenção da água (*idem*).

As campanhas de plantação de árvores de fruta associada com as técnicas de captação de águas pluviais têm vindo a contribuir, sobretudo nas zonas altas, para o aumento da produção. Contudo, a não existência de um cadastro frutícola atualizado aliada ao insuficiente conhecimento do número de plantas fixadas e as respetivas taxas de sobrevivência não tem permitido quantificar corretamente o volume da produção frutícola (*ibid* :9-10).

A partir de 2004, com a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola de Cabo Verde designado de PEDDA 2005-2015, passou-se a ter uma referência setorial orientada pelas estratégias de desenvolvimento definidas no Programa do Governo e nos Documentos Estratégicos de Crescimento Económico e Redução da Pobreza (DECRP), pelo facto do PEDDA ser um documento federador que integra as políticas, estratégias e as medidas visando o desenvolvimento rural e pescas, numa perspetiva de preservação e conservação dos recursos naturais, luta contra a pobreza e insegurança alimentar (*ibid* :10-11).

Para a implementação do PEDDA foi desenvolvido, em Cabo Verde, o Programa Nacional de Investimento Agrícola (2011-2015) do qual se realça o subprograma melhoria e gestão de água, prevendo assim a mobilização de aproximadamente 6,8 milhões de metros cúbicos de água subterrânea, superficial e dessalinizada para a rega. Ainda, a mobilização de água para agricultura será complementada com ações de promoção da micro-irrigação, modernização das técnicas e tecnologia de produção agrícola, nomeadamente a hidroponia e o cultivo em estufas (*idem*).

Em Cabo Verde, há que se fazer muito, sobretudo a formação dos técnicos e dos agricultores e a mobilização de mais meios financeiros para a aquisição de equipamentos (Varela, 2014).

É de salientar que, em Cabo Verde, a preponderância do setor terciário decorre, sobretudo da fraca expressão do setor primário, em decorrência das limitações estruturais da agricultura e da escassez de outros recursos naturais (Governo de Cabo Verde, 2012 :9). No entanto, de acordo com essa fonte, a pesca, que possui algum potencial, encontra-se numa fase embrionária de desenvolvimento do seu potencial, apesar de avultados recursos financeiros mobilizados para o efeito, bem como na predominância da pescaria artesanal, e pescadores deparam-se com limitações nas capturas, com reflexos negativos nos rendimentos e na capacidade económica para a aquisição dos bens e serviços essenciais ao bem-estar social.

A pesca, embora não apresente, quantitativamente, valor expressivo para o Produto Interno Bruto (PIB) de Cabo Verde, é um setor económico imediatamente explorável e vem sendo eleito como setor estratégico para o desenvolvimento económico do país, participando assim de forma significativa, no total das exportações de mercadorias, e contribui para o combate ao desemprego, que aflige principalmente os mais jovens e os de baixo nível de educação, bem como a fome e a subnutrição do povo cabo-verdiano, quebrando o círculo vicioso da pobreza (Baptista *et al.*, 2008 :3).

O desenvolvimento adequado do turismo é uma das premissas para se atingir um desenvolvimento que se preconiza sustentável, apesar da forma como tem vindo a ser desenvolvido o turismo em Cabo Verde, só poderá contribuir para um desenvolvimento sustentável a nível socioeconómico, uma vez que, na prática, há pouca preocupação com as questões ambientais. No entanto, a esse respeito, tem vindo a ser desenvolvidas iniciativas para a planificação das intervenções nesse setor. Ainda, para além da constituição das Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) e das Zonas de Reserva e Proteção Turística através do Decreto-Legislativo n.º 2/93, em 2010, Cabo Verde dispõe de um Plano Estratégico do Turismo, com o objetivo de orientar as ações dos diversos atores do sistema (Governo de Cabo Verde, 2012: 16). Ainda, é de referir que, de acordo com essa fonte, existem, em Cabo Verde, 25 ZDTI, o que representa, aproximadamente 5,3% do território nacional.

De acordo com Governo de Cabo Verde (*op. cit* :16-17), no Plano Estratégico do Turismo de Cabo Verde, apesar de estarem, efetivamente, traduzidos na prática, encontram-se definidos

4 (quatro) princípios fundamentais para o desenvolvimento do turismo, fazendo com que este setor:

- seja sustentável e de alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios;
- maximize os efeitos multiplicadores, em termos de geração de rendimento, emprego e inclusão social;
- aumente o nível de competitividade de Cabo Verde, através da aposta na qualidade dos serviços prestados. No entanto, é de referir que a taxa turística faz com que esse setor não seja competitivo, o que é agravado pelo IVA (15,5%), sendo este imposto muito elevado ao comparar com os outros países, como é o caso de Portugal que está estabelecido em 6%.
- promova Cabo Verde no mercado internacional como destino diversificado e de qualidade.

Em conformidade com o estabelecido no Plano Estratégico do Turismo em Cabo Verde, são os seguintes objetivos específicos:

- “atingir um fluxo anual de 500.000 turistas até 2013, e foi alcançado;
- aumentar o emprego direto gerado pelo turismo, na ordem dos 60%, até 2013, o que devido aos efeitos das crises e conómicas financeiras internacionais, verificou-se um reflexo negativo a esse respeito;
- incrementar a participação do turismo no PIB em 2013, via crescente interiorização e democratização das receitas do turismo, objetivo esse discutível em termos da sua concretização; e
- aumentar substancialmente os benefícios do turismo para a população. No entanto, esse objetivo não está efetivado, em decorrência das falhas em termos de medidas de políticas e estratégias (*ibid* : 17)”.

### **3.4. Visão e estratégias de desenvolvimento**

De acordo com a ONU (2005 :1), “ os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), estabelecem para o mundo metas quantificadas e prazos para atacar a extrema

pobreza em suas múltiplas dimensões, ao mesmo tempo que promovem a igualdade de género, a educação e a sustentabilidade ambiental”.

Em qualquer país é preciso que se defina visão e estratégias adequadas de desenvolvimento. Assim, em Cabo Verde, como visão estratégica de desenvolvimento perspectiva-se no longo prazo, o seguinte: i) um país aberto ao exterior, com uma economia de serviços competitiva, sustentada por recursos humanos altamente qualificados; ii) um desenvolvimento que abraça cada uma das ilhas, com sentido estético e ambiental e; iii) uma sociedade democrática, aberta e respeitadora dos direitos humanos” (ANMCV, 2010: 20). Assim, é de referir que, em Cabo Verde, há com frequência, desrespeitos pelos direitos humanos, como são os casos dos direitos laborais que são violados, inclusive pelo Estado, bem como à educação, ao emprego, à habitação condigna, entre outros, não são cumpridos, por quem de direito.

Em Cabo Verde, a luta contra a pobreza, ao nível discursivo, é tida como um objetivo maior, pelo que é preciso assegurar um crescimento económico forte, sustentado e durável, com taxa de desemprego a níveis aceitáveis e num quadro de estabilidade macroeconómica compatível com a solidariedade social a nível nacional e num processo equilibrado no plano ambiental (ANMCV, *op cit*: 20). Contudo, face sobretudo aos efeitos da crise económica e financeira internacional na economia cabo-verdiana, esse objetivo é cada vez mais difícil de se concretizar, pelo menos a curto prazo.

Decorrente das estratégias e políticas de desenvolvimento e da sua situação de um país pequeno, insular e economicamente vulnerável, Cabo Verde, assumiu o compromisso de realizar os ODM, integrando-os no quadro estratégico de desenvolvimento, desde as Grandes Opções do Plano, Estratégias de Transformação de Cabo Verde, Documento Estratégico de Crescimento e de redução da pobreza, tendo definido, a longo prazo, a seguinte visão de desenvolvimento, nomeadamente a governação, a capacidade empreendedora, a competitividade, o crescimento e alargamento da base produtiva, o desenvolvimento dos recursos humanos, social, a luta contra a pobreza, o reforço da coesão social, a infraestruturização do país (*idem*). Assim, essa visão de desenvolvimento de Cabo Verde está condicionada sobretudo às políticas e estratégias de desenvolvimento que têm vindo a ser implementadas, e os efeitos da crise económica e financeira na economia desse país.

Com base na visão acima apresentada, foram fixados 7 (sete) eixos principais da estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, a saber:

### *Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução*

- “manutenção de equilíbrios macroeconómicos, promoção da competitividade da economia e da confiança dos investidores privados e a credibilidade externa, e consolidação da convertibilidade da moeda nacional;
- continuação das privatizações das empresas e apoio ao pluralismo económico, atualmente em curso;
- modernização do setor privado, promoção das exportações e o desenvolvimento de parcerias a favor dos investimentos externos;
- desenvolvimento de serviços essenciais à produção, nomeadamente água, saneamento e energia, através do desenvolvimento das infraestruturas afins, o que apesar de melhorias, deparam-se, ainda, com constrangimentos;
- valorização de recursos humanos a todos os níveis, o que não tem verificado, como era de esperar;
- reforma de Administração e reforço da descentralização, sendo a primeira em curso, e o segundo, em discussão, e sem consenso entre os atores políticos; e
- apoio ao desenvolvimento do turismo enquanto um dos setores-chave ao desenvolvimento do país (*ibid* : 20-21)”.

Tendo em consideração o exposto, esses eixos estratégicos de desenvolvimento de Cabo Verde, não estão concretizados, na sua plenitude, com destaque para a modernização do setor privado, a promoção das exportações e o desenvolvimento de parcerias a favor dos investimentos externos, bem como a reforma de administração pública e o reforço da descentralização, o que a par dos outros constrangimentos já referidos anteriormente, condicionam o crescimento económico e, sendo assim, a redução da pobreza.

A agenda política para o desenvolvimento de Cabo Verde deve assentar-se sobre um crescimento suportado largamente pelo setor privado e por uma inserção dinâmica da economia global na base do aproveitamento da posição geo-económica desse país em matéria de comércio externo e de serviços turísticos, bem como das transferências privadas (*ibid* :22). Entretanto, a carga fiscal tributária sobre o setor privado tem vindo a aumentar, o que pode condicionar a agenda política desse país em matéria de desenvolvimento a esse respeito.

Em Cabo Verde, com base no diagnóstico, na compatibilização dos objetivos, nas metas, nos indicadores e nas estatísticas municipais disponíveis, fixou-se um quadro de

municipalização dos ODM nos Municípios, e foram escolhidos oito objetivos, dez metas e vinte e cinco indicadores (*ibid* :23). Assim, com base nessa fonte, em termos globais, os objetivos, as metas e os indicadores do ODM de 2000 à 2015, já tinha atingido, por esse país, em 2007, quatro dos oito ODM, nomeadamente os 2, 4 e 5.

É de referir que os dados existentes não são suficientes para avaliar a evolução em relação a três dos quatro últimos objetivos. No entanto, pode-se afirmar que não foi atingido o objetivo sobre a luta contra o VIH/Sida. Ainda, verificou-se a progressão do índice de desenvolvimento humano, passando de 0,59 em 1985 para 0,74 em 2005 (*idem*). Entretanto, tendo em consideração a atual conjuntura económica e financeira a nível internacional e em Cabo Verde, com sinais evidentes do agravamento da situação socioeconómicas das famílias cabo-verdianas, sobretudo as do meio rural e das comunidades piscatórias, há que reavaliar a respeito da evolução do cumprimento, ou não, dos ODM acima mencionados.

Em Cabo Verde, estatisticamente, o objetivo da redução da pobreza deverá ser atingido em 2015, uma vez que os dados oficiais referem a uma redução da pobreza de 10%, entre 2002 e 2008, passando de 36 para 26 % da população. Assim, a segunda estratégia de luta contra a pobreza propõe desenvolver programas de 2008 para 2011 (*idem*).

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) das Nações Unidas implementaram o programa de redução da pobreza baseado sobre o microcrédito às populações rurais.

Em maio de 2008, aprovou-se, em Cabo Verde, o Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza II (DECRP II), para orientar, até 2011, os programas de desenvolvimento sobre bases semelhantes ao DECRPI (*ibid* : 24), e resta saber o real impacto desse programa na promoção das atividades geradoras de rendimento, na criação de empregos, bem como no rendimento familiar e, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida, sobretudo das famílias beneficiadas.

Apesar do crescimento económico verificado de 2000 à 2010, de acordo com as estatísticas do QUIBB 2007, 26.6 % da população era pobre em 2007.No entanto, esse crescimento é maior nas zonas urbanas do que nas zonas rurais, sendo estas últimas que detinham 63 % dos pobres, em 2001, e 72 %, em 2007 (*idem*). Assim, em Cabo Verde, as assimetrias verificadas em termos de desenvolvimento, entre as áreas urbanas e rurais, devem-se, em parte, à forma como são implementadas as políticas públicas, sobretudo os investimentos para a criação da riqueza, sendo as zonas rurais e piscatórias as menos beneficiadas, a esse respeito, com todas as conseqüências daí advenientes a nível sócio-económico e ambiental.

Para além da situação abordada na análise da situação em 2007, serviu-se de base à elaboração da Matriz II, a Matriz de fixação das metas nacionais para os ODM do Relatório da Direção Geral de Planeamento de Cabo Verde (DGP-CV). Ainda, com base nos dados existentes, dos investimentos realizados pelo Governo de Cabo Verde e pelos municípios cabo-verdianos, e tendo em consideração os indicadores por cada meta procedeu-se a fixação, das mesmas, por municípios para uma convergência dos ODM nos municípios cabo-verdianos em 2015 (*ibid* :25). Assim, em conformidade com essa fonte, Cabo Verde, enquanto país de desenvolvimento médio, deve ambicionar mais do que os ODM, fixando metas que lhe permite progredir para patamares mais elevados de desenvolvimento nos próximos 10 anos. Entretanto, tendo em consideração o agravamento da situação socioeconómica que tem vindo a verificar, há que se reavaliar os ganhos alcançados, de forma a se ter o real conhecimento sobre o grau de cumprimento e/ou retrocesso a respeito dos ODM.

É de realçar que perspectiva para 2012 era de nivelamento dos municípios para a convergência, baseado sobretudo na aceleração de investimentos nos municípios de avanço lento e em vias de atingir, sobretudo os municípios rurais e com algum isolamento (*ibid*), o que devido, em parte, aos efeitos das crises económicas e financeiras internacionais sobre a economia cabo-verdiana, com reflexos negativos nas finanças locais, realizou-se, em Cabo Verde, menos investimentos por parte do Poder Local e, sendo assim, acaba por alterar a matriz de fixação das metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio por Município.

Na elaboração das propostas das metas partiu-se dos seguintes pressupostos:

- “considera o ano 2007 como base e as metas a evolução para os níveis fixados anteriormente por cada indicador;
- ritmo de realização a nível global de 2001 a 2007, caminho percorrido e o que falta para realização dos ODM em 2015;
- ações tendentes aos resultados para atingir os indicadores e avaliação da evolução de cada indicador e dos fatores determinantes;
- as ações em cursos e em *pipeline* com condições de implementação reunidas e de impacto direto na evolução dos indicadores dos ODM; e
- capacidade de absorção dos municípios e das estruturas governamentais de apoio, enquadramento e promoção do desenvolvimento municipal (*idem*)”.

Cabo Verde, em decorrência dos constrangimentos, sobretudo financeiros, o que agravado pela crise económica e financeira internacional, com a conseqüente diminuição da capacidade de mobilização de recursos, sobretudo financeiros, o que condiciona a

implementação da matriz de fixação das metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio por Município (ODM), conforme o estabelecido inicialmente e, sendo assim, a resolução dos problemas sócio-económicos e ambientais do país.

De acordo com ANMCV (2010: 68), para a fixação das prioridades, levou-se em consideração as perspetivas de cada município, e dos planos de desenvolvimento económico e sociais e dos documentos de programa dos Planos Diretores Municipais existentes, elencou-se, de formas gerais, as principais aspirações dos municípios a médio prazo, nomeadamente o ordenamento físico e planeamento do desenvolvimento económico e social, a habitação condigna para todos e promoção de políticas de inclusão social, o desenvolvimento de infraestruturas de produção e de promoção económica, o emprego e formação profissional particularmente dos jovens e promoção do empreendedorismo, a resolução de problemas ainda existentes a nível de abastecimento de energia, água e saneamento do meio, a implementação do plano Municipal de igualdade e equidade do género, o desenvolvimento da cooperação descentralizada para a mobilização de recursos e o desencravamento das localidades, transportes escolares e desenvolvimento de acessibilidades a fatores de criação de riquezas.

Tendo em consideração as realizações feitas, a situação económica e financeira de Cabo Verde, as dificuldades na mobilização dos recursos, tanto pelo Governo Central, como pelos municípios cabo-verdianos, é de realçar que, as prioridades de investimento público de desenvolvimento por município, não são, e nem serão, concretizadas, pelo menos a curto prazo, de forma a alcançar os ODM até 2015, conforme o previsto (Varela, 2014).

A respeito do cumprimento dos ODM, há que, em termos específicos, redefinir a política de alocação dos recursos aos municípios, fomentar unidades de produção e criar mecanismos/programas de captação de financiamentos externos, capacitar os quadros municipais e dirigentes das ONG, introduzir de forma progressiva as energias alternativas, as chamadas energias limpas, criar um Plano Municipal de formação profissional, de forma a aumentar a capacidade da oferta formativa e de emprego em todos os municípios, introduzir medidas diferenciadas para a gestão e distribuição de água para o consumo humano e para agricultura, fazer o saneamento do meio numa perspetiva de ilha, bem como desenvolver campanhas de sensibilização, informação e formação dirigidas aos agricultores, sobre o uso de novas tecnologias, criar um Comité Municipal de Proteção Civil em todos os municípios, apostar na melhoria dos acessos as zonas agrícolas e pesqueiras consideradas importantes, apostar nas parcerias públicas-privadas, diversificar a economia rural e modernizar o setor

primário a nível de escoamento, organização e produção, agro-indústria, qualidade e certificação e empreendedorismo (ANMCV, 2010 :68-69).

Em Cabo Verde deve-se, ainda, fomentar o turismo interno com vista a aumentar atratividade dos municípios, reforçar a empregabilidade e auto-empregabilidade das pessoas de modo produtivo e que provenha o sustento aos modos de vida, procurar parcerias na cooperação intermunicipal e fomentar uma rede proteção social, garantir a integridade e qualidade do ensino (Varela, 2014).

É de frisar que, em decorrência dos efeitos das crises económicas e financeiras internacionais na economia e a redução das Ajudas Públicas ao Desenvolvimento (APD), tem-se deparado, em Cabo Verde, cada vez mais dificuldade na mobilização de recursos, quer internamente, quer junto dos parceiros externos tradicionais, para a concretização das prioridades de investimento público de desenvolvimento fixadas, a nível de cada município.

### **3.5. Políticas públicas e combate à pobreza**

A pobreza em Cabo Verde é estrutural, e agravada por fenómenos conjunturais como as secas, a estagnação e/ou a recessão económica, bem como pela situação laboral, sendo esta, muitas vezes, precária (Governo de Cabo Verde, 2012 : 9).

Os estudos realizados em 1993, com base no Inquérito às Despesas das Famílias de 1988/89 evidenciam que em Cabo Verde, pobreza constituía um fenómeno expressivo, sendo que, a nível nacional, 30% da população era pobre e desta, 14% era considerada muito pobre (Governo de Cabo Verde *op cit.* :9-10).

É de frisar que a repartição geográfico-espacial apontava que as ilhas do Barlavento (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista), com exceção de Santa Luzia que é uma ilha desabitada, apresentavam os maiores índices em termos relativos, tanto a nível dos considerados pobres, como dos muito pobres, com 36% e 18% respetivamente, enquanto as ilhas do Sotavento (Santiago, Maio, Fogo e Brava) tinham 26,6% dos pobres e 11,6% dos muito pobres, e Brava, Santo Antão e São Nicolau, eram as ilhas com pessoas mais pobres e muito pobres (*idem*).

Com base nos estudos acima referidos e confirmados em 1997, mostraram que a pobreza atingia sobretudo as mulheres, nomeadamente as mães solteiras chefes de família, os analfabetos e as famílias com agregado familiar elevado, que as unidades familiares chefiadas por desempregados e inativos apresentavam os mais elevados números sejam de

pobres e de muito pobres, ligando assim o fenómeno da pobreza quer à falta de instrução/escolarização, como também à desigualdade nas relações género (*idem*).

Em 2001, a população em situação de pobreza representava 36,7% da população total de Cabo Verde, e registou-se a redução da pobreza entre 2001 e 2007 (*ibid* :11). Assim, conforme essa fonte em 2007, a população que vivia em situação de pobreza diminuiu-se para 26,6%, e constatou-se que existiam, em Cabo Verde, quase 118 mil pessoas vivendo em condições de pobreza, onde 72% viviam no meio rural, 56% eram mulheres, sendo 33% contra 21% das famílias chefiadas por homens, e 95% não tinham instrução formal ou apenas o ensino básico, e existia uma variação acentuada dos níveis de pobreza entre os concelhos.

É de realçar que o Governo de Cabo Verde preocupa-se, em certa medida, no combate à pobreza, e tem definido e implementado as estratégias de crescimento socioeconómico e de desenvolvimento, tendo em consideração que a política de combate à pobreza faz parte integrante das políticas públicas a nível global e, sendo assim, indissociável das opções estratégicas que são tomadas a esse nível (Proença, 2009 :34; Varela, 2014).

Em Cabo Verde, o combate à pobreza tem sido um dos grandes desafios , pelo que, para esse efeito, desde os finais da década de noventa, foi concebido e implementado o Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLP) (Governo de Cabo Verde, 2012: 10). Para combater, especificamente, a pobreza no meio rural em Cabo Verde, tem vindo a executar o PNL P no Meio Rural, e tem-se verificado um défice de ações integradas de combate à pobreza no meio urbano subsequente ao término em 2006 do projeto “Promoção dos Grupos Sociais Desfavorecidos.

Entre 1989 e 2007 os dados sobre a evolução da incidência da pobreza indica uma tendência para o cumprimento, por parte de Cabo Verde, do Objetivo I de Desenvolvimento do Milénio: i) reduzir a pobreza extrema e a insegurança alimentar e; ii) reduzir para metade a proporção da população que vive na pobreza extrema entre 1990 e 2015 (Governo de Cabo Verde, *op. cit* : 11).

As políticas públicas, tanto podem contribuir para a luta contra a exclusão social como ser uma das causas de afirmação dessa mesma exclusão. Assim, pode gerar-se exclusão, ao se criar comunidades sem dotá-las de serviços públicos, estabelecer critérios diferenciais, em espaços urbanos, para o acesso aos vários níveis de educação, favorecer, através dos investimentos públicos determinadas zonas em detrimento de outras e permitir que a falta de coordenação origine dificuldades permanentes para grupos sociais como os deficientes

motores (Proença, 2009: 33; Varela, 2014). Assim, com base nessas causas de afirmação de exclusão social, é de afirmar que, em Cabo Verde e, particularmente, nas comunidades piscatórias, as políticas públicas implementadas, a esse respeito, têm vindo a contribuir para o reforço desse fenómeno, uma vez que, praticamente, não se realizam, nessas comunidades, investimentos em infraestruturas, equipamentos sociais, bem como atividades geradoras de rendimentos, com todas as consequências daí advenientes, sobretudo a nível económico e sociofamiliar.

O conceito de política de redução da pobreza adotado pelo Governo de Cabo Verde é abrangente e inclui, tanto as políticas de carácter macroeconómico, nomeadamente orçamental, monetária e cambial, de gestão pública e da boa governação, como as medidas de natureza setorial e microeconómica, visando a camada mais pobre da população (Proença *op. cit* : 33). Entretanto, é de referir que as políticas e as estratégias de redução da pobreza, não têm vindo a se traduzir, em certa medida, na prática, sobretudo nos meios rurais e nas comunidades piscatórias. Ainda, em Cabo Verde, nos bairros periféricos das cidades, as pessoas vivem em condições precárias.

A arquitetura da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (ECRP) está centrada num conjunto de políticas nucleares, ou focais, tendo por base os eixos estratégicos de natureza programáticas, incidindo-se o crescimento e de estabilidade macroeconómica a descentralização, o emprego, com integração progressiva das Fontes-de-Alta-Intensidade-Mão-de Obra (FAIMO)<sup>3</sup>, o desenvolvimento do setor agrícola, a maximização dos efeitos induzidos pelos setores produtivos com maior efeito multiplicador e a redistribuição e de proteção social (*idem*). Essas políticas não estão, em certa medida, a ser implementadas, e tem vindo a verificar-se a deterioração da redistribuição de rendimento e de proteção.

É de referir que os eixos estratégicos configuram as várias modalidades de intervenção dos poderes públicos, através de programas e de medidas de reforma, organizados em seguintes eixos estratégicos como a promoção da boa governação, reforçando a sua eficácia e garantindo a sua equidade, a competitividade para favorecer o crescimento económico e a criação de empregos, o desenvolvimento e a valorização do capital humano, o desenvolvimento das infraestruturas básicas, a promoção do ordenamento do território e salvaguardar o ambiente, o sistema de proteção social, por forma a reforçar sua eficácia e

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma das formas de emprego público de carácter paliativo implementado em Cabo Verde, sobretudo no período seco e anos de pouca chuva para permitir que as famílias de fraco poder económico possam obter uma fonte de rendimento.

garantir a sua sustentabilidade (*idem*). No entanto, com exceção da melhoria e do desenvolvimento das infraestruturas básicas, é de realçar que a promoção do ordenamento do território não tem sido, em certa medida, levada em consideração, em termos de ações concretas, que não seja a produção da legislação e de outros instrumentos, a esse respeito. Ainda, em relação ao sistema de proteção social tem sido o contrário do acima referido, sendo que os segurados cada vez mais penalizados, inclusive em termos de direitos já adquiridos.

Em Cabo Verde, a estratégia de redução da pobreza, deve ser, efetivamente, perspectivada a vários níveis – *macro, setorial* (introdução de uma abordagem programática) *micro* (implementação de medidas específicas para favorecer a parte da população mais vulnerável em termos socioeconómicos) (*idem*). Entretanto, não há uma articulação e coordenação entre níveis, condicionando assim, a prossecução de um dos maiores objetivos de Cabo Verde, que a melhoria das condições de vida das populações, sobretudo das que vivem no meio rural e nas comunidades piscatórias, cujas dificuldades a nível socioeconómico são maiores.

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) que tem vindo a ser implementado a partir 2000, encontra-se integrado no Plano Nacional de Desenvolvimento 1997-2000 e no de 2002-2005, tendo como subprogramas com a integração dos pobres na economia, a melhoria do acesso social dos pobres, a mobilização social e o reforço da capacidade institucional (*idem*), e em termos práticos, esses subprogramas não foram implementados, de acordo com o estabelecido, sobretudo no concernente a integração dos pobres na economia e a melhoria do acesso social dos pobres.

O PNLN define como metas a atingir, a redução da taxa da pobreza, a erradicação da pobreza absoluta, a elevação do rendimento médio das camadas que vivem abaixo do limiar da pobreza, a melhoria da capacidade produtiva dos pobres e das infraestruturas económicas e sociais das comunidades pobres e a reconversão das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO), destinadas sobretudo às mulheres chefes de família, aos desempregados, com realce para jovens e aos grupos vulneráveis, nomeadamente os idosos, os portadores de deficiências, as crianças abandonadas e os inválidos (*idem*). Essas metas não foram atingidas, em decorrência de medidas de políticas e estratégias inadequadas, o que tem contribuído, em certos casos, para a aplicação dos recursos financeiros mobilizados para fins não, inicialmente, propostos.

As políticas públicas implementadas em Cabo Verde não têm vindo a contribuir para, conforme o estabelecido, o combate a pobreza, o que segundo Behring & Boschetti (2008:

62), com base em alguns dos elementos do liberalismo ajuda a compreender a reduzida intervenção estatal na forma de políticas sociais, a saber:

- o bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo. Para os liberais, cada indivíduo deve buscar o seu bem-estar para si e sua família (...), e não cabe ao Estado garantir bens e serviços públicos para todos, e esse princípio funda em outro – a liberdade em detrimento da igualdade;
- a naturalização da miséria, pelo que esta é considerada como natural e insolúvel, uma vez que decorre da imperfetibilidade humana, pelo que a miséria é compreendida como resultado da moral humana e não como resultado de acesso desigual à riqueza socialmente produzida; e
- o predomínio da lei da necessidade, e entende-se que as necessidades humanas básicas não devem ser totalmente satisfeitas, visto que a sua manutenção permite controlar a miséria.

Em Cabo Verde, o Estado não consegue garantir políticas sociais visto que os auxílios sociais contribuem para reproduzir a miséria, desestimular o interesse pelo trabalho e geram acomodação, o que poderia ser um risco para a sociedade de mercado (Varela, 2014). Assim, a política social tem sido, de uma forma geral, um paliativo, tendo em consideração que a miséria é insolúvel e alguns indivíduos, nomeadamente as crianças, os idosos e os deficientes, não têm condições de competir no mercado de trabalho, ao Estado cabe apenas assegurar assistência mínima a esses segmentos, como um paliativo, e a pobreza deve ser minorada pela caridade pública.

Em Cabo Verde, as políticas públicas implementadas não têm vindo a contribuir, como era de esperar, para redução da pobreza, e as famílias têm vindo a deparar-se com dificuldades na aquisição de bens e serviços indispensáveis ao bem-estar social.

### **3.6. Modelos de desenvolvimento**

Um primeiro passo para a compreensão do processo de desenvolvimento de Cabo Verde é procurar o significado de desenvolvimento e percorrer as principais narrativas do pensamento económico inicial, bem como os contributos para a modelação do crescimento económico (Reis, 2010: 35).

Segundo Reis (*op. cit.*:3), Cabo Verde é normalmente apresentado como o País Africano de Língua Oficial Portuguesa mais bem sucedido, com melhores experiências e práticas de governação, mais eficaz aproveitamento das ajudas internacionais e melhores

resultados de desenvolvimento. Ainda, com base nessa fonte, por detrás destas asserções, nem sempre estão fundamentações relevantes.

Para que da rica experiência de Cabo Verde como país independente, e até como colónia, se retirem as ilações devidas, é necessário ir mais longe, estudar, investigar, analisar com fundamento e rigor, interpretar a realidade com pertinência e exigência (*idem*).

Da experiência de Cabo Verde há muito a anotar e aprender com as “boas” e as “ más práticas”... (*ibid* : 3-4). Assim, para isso, nessa aferição é fundamental começar por clarificar sobre o que se entende por *desenvolvimento* por ser este o conceito decisivo na abordagem e na avaliação da experiência de Cabo Verde (*ibid* :4).

É de referir que não é a mesma coisa considerar o desenvolvimento como essencialmente dependente e/ou associado ao crescimento económico, ou se deve ter uma conceção multidimensional, ligada à viabilização do futuro (*desenvolvimento sustentável*), à mobilização das comunidades e dos territórios (*desenvolvimento local*) e ao envolvimento ativo e autonomização de todos os cidadãos (*desenvolvimento participativo*), à liberdade, à igualdade de oportunidades e à realização dos Direitos Humanos (*desenvolvimento humano*), a definição de compromissos e metas para as políticas sociais (*desenvolvimento social*), e/ou visão sistémica e completa da realidade (*desenvolvimento integrado*) (*idem*).

É fundamental entender Cabo Verde nas fragilidades e potencialidades de Pequeno Estado Insular em desenvolvimento e na sua, por vezes, inesperada capacidade de resiliência às dificuldades e contrariedades que desse “ estatuto” resultam (*idem*).

Reis (2010 :4), ao refletir sobre o conceito de desenvolvimento, os problemas próprios dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, os principais traços de História de Cabo Verde apresenta contribuições fundamentais para o esclarecimento das questões em referências (*idem*).

As características essenciais da economia de Cabo Verde, consubstanciadas numa economia de renda, proveniente da ajuda externa, baseada num modelo assente na produção de bens não transacionáveis e nos serviços de turismo, mantendo um amplo setor informal e uma carga fiscal elevada, com efeitos negativos ao nível do produto potencial, e assumindo elevados níveis de desemprego, pobreza e desigualdades sociais (Livramento, 2013: 10).

Apesar do Governo de Cabo Verde ter procurado diversificar a economia depois da Independência, privilegiou o mercado interno e a satisfação das necessidades locais através de uma forte intervenção estatal e da ajuda externa (Reis, 2010 :401- 402). Ainda, com base nessa fonte, só a partir de 1991 as mudanças internas permitiriam criar condições

institucionais para abertura ao mercado internacional e dotar a economia de condições atrativas ao investimento direto e de capacidade exportadora.

Para Cabo Verde conseguir essa capacidade de exportação, o Governo da II República procurou apoiar-se em dois atores de investimento, nomeadamente os investidores privados nacionais e estrangeiros, dos quais procurava obter não só o financiamento, como mercados, tecnologia e experiência, para além do impacto direto sobre o crescimento do PIB e das exportações (Reis, *op. cit* : 402).

Para Livramento (2013 :10), desenvolver um modelo económico para Cabo Verde, assente numa especialização estratégica e integrado na economia mundial, constituindo-se como alternativa ao modelo de base rendeira que tem vindo a fazer o seu caminho tendencialmente insustentável, apresenta-se como um enorme desafio e uma tarefa de grande amplitude, colocando dificuldades e riscos importantes.

A localização geoeconómica do Atlântico médio, charneira entre as duas Américas, a costa ocidental africana e a Europa, as aptidões naturais para a indústria do turismo e os laços históricos e afinidades linguísticas com vários países, e em torno desse espaço pode permitir a criação de sinergias passíveis de alavancar um novo modelo de desenvolvimento sustentável (*idem*), o que poderá ter por base os *clusters* e, em particular, o *cluster* do mar, enquanto modelo alternativo ao desenvolvimento de Cabo Verde.

Cabo Verde, condicionado pela geografia, os limitados recursos naturais apreciáveis. Entretanto, o mar apresenta grandes potencialidades e há condições para as mais diversas modalidades do turismo. O isolamento em relação ao seu espaço histórico, a inexistência de uma base produtiva anterior à independência, por ser um espaço regional pouco dinâmico e a opção por uma economia planificada, precisa de um modelo de desenvolvimento sustentável, inserido numa especialização estratégica na rede de interdependências mundiais (*ibid* : 11).

Considera-se que a proposta do modelo de desenvolvimento de Cabo Verde estabelece um conjunto estratégico, com realce para a capitalização da posição geoeconómica, o posicionamento de Cabo Verde como economia exportadora líquida de serviços e importadora líquida de bens, sem descurar o equilíbrio da balança, a construção de uma base produtiva, concentrando investimentos públicos, com o ímpeto modernizador e de expansão, na agricultura, mar, indústrias ligeiras de exportação e em atividades de suporte estratégico, a saída da periferia regional, erigindo-se como território de utilidade funcional junto da CEDEAO para a rede de países ribeirinhos e a integração da economia nacional com base em *clusters regionais*/de ilhas (*idem*).

Conjugando o modelo a localização geográfica, os valores estruturais e a dotação de fatores determina-se uma vocação que reside numa economia de serviços de valor transacionável, num país 'exportador de serviços e importador de produtos' que resulte numa balança comercial sustentável, e identificam os setores de integração de Cabo Verde na economia mundial, passando desde o turismo, segmento sol/praias e vulcanologia), atividades intensivas em trabalho (indústrias ligeiras e de exportação) e prestações de serviços (TIC, logística, financeiros, segurança, de entre outras), com realce para o setor do turismo, das indústrias ligeiras de exportação, logística marítima, de transformação de matérias primas e comercial, a prestação de serviços de base tecnológica, comercial e de serviços de base securitária (*idem*).

A definição de setores estratégicos numa economia e a implementação de políticas tendentes a acelerar o seu desenvolvimento são indispensáveis para a definição de uma orientação para a política económica, mas deve compatibilizar-se e inscrever-se num processo de aumento da produtividade em todos os setores (*ibid* :12), e de acordo com essa fonte, é a verdadeira via para o crescimento económico.

Em Cabo Verde, de uma forma geral, a liberalização dos setores dos serviços, o encorajamento à criação de economias de escala, o aumento de incentivos ao trabalho e à flexibilidade desse mercado, bem como o controle e disponibilização da terra e facilitação dos processos regulamentares, são orientações favoráveis ao crescimento económico e ao progresso, visto que contribuem para o aumento da concorrência e competitividade.

Em relação às boas práticas, é de realçar o papel das instituições, designadamente as públicas, no crescimento e no desenvolvimento económicos (*idem*). Ainda, em Cabo Verde, a libertação de forças de mercado é fundamental, uma vez que não se conhece nenhum mecanismo mais eficiente que o mercado do crescimento da riqueza, e simultaneamente, o desenvolvimento de um quadro institucional público eficaz, é indispensável para a promoção da justiça e das referências aos valores sociais e éticos que o funcionamento dos mecanismos automáticos do mercado exclui (*idem*).

O modelo de acumulação que presidiu ao processo de desenvolvimento económico e social de Cabo Verde está a atravessar fortes dificuldades. Ainda, com base nessa fonte, o modelo baseou-se, fundamentalmente, nas remessas dos emigrantes, no turismo e na ajuda ao desenvolvimento, com o setor privado nacional a mostrar dificuldade em responder às oportunidades que a abertura dos anos 90 criou, uma base económica reduzida, a produtividade baixa, a competitividade das empresas nacionais é fraca e a inovação que deve caracterizar os processos de desenvolvimento é quase inexistente.

O Estado de Cabo Verde fez alguns esforços (apesar de assimetrias Estado vs sujeito económico) para criar uma superestrutura jurídica adequada a um moderno Estado de Direito onde a iniciativa privada tenha o principal papel enquanto motor do desenvolvimento. Contudo, trata-se de uma situação em que o Direito parece andar à frente da realidade, já que o sector privado não consegue, por incapacidade ou falta de dimensão crítica, desempenhar o papel que o modelo lhe reserva.

A crise mundial, com os seus efeitos negativos na disponibilidade de capitais internacionais para investimento e na redução do fluxo turístico (embora os argumentos em relação a este último sejam relativos), veio apressar o esgotamento do modelo de acumulação, criando atualmente a urgência de “reinventar” o desenvolvimento de Cabo Verde.

No quadro que do Programa do VIII, o Governo de Cabo Verde estabeleceu princípios orientadores para um novo paradigma de desenvolvimento, visando alargar e diversificar a base económica, num quadro de manutenção dos grandes equilíbrios macroeconómicos, com realce para a redução do défice do orçamento, mediante uma redução do papel do Estado enquanto gestor de atividades económicas e progressivo desenvolvimento da iniciativa privada em sua substituição, o equilíbrio das contas externas, através do desenvolvimento da produção de bens transacionáveis (exportação) e para a substituição das importações, a absorção do desemprego através do crescimento das atividades económicas e a manutenção da inflação a níveis baixos, como forma de, nomeadamente manter a associação da moeda nacional ao Euro (Governo de Cabo Verde, 2011).

Para Livramento (2013), o novo paradigma aponta para basear o desenvolvimento em setores-chave que deverão, por arrasto, assegurar o crescimento de outras atividades a montante e a jusante, com realce para os seguintes setores-chave são:

- **Turismo**, com enfoque nas franjas de procura (motivação) que permitem um maior valor acrescentado (ecoturismo, *bird-watching*, *whale-watching*, turismo náutico, turismo cultural, turismo de montanhismo e vulcão do Fogo), em detrimento do chamado turismo dos 4 s (*sea, sand, sun and sex*);
- **Pesca**, visando o desenvolvimento de uma plataforma de serviços para processamento (valor acrescentado com efeitos na economia nacional), exportação do pescado (com efeito no crescimento dos bens transacionáveis) e viveiro de marisco;
- **Construção, reparação naval e navegação de recreio**, aproveitando as infraestruturas existentes e a vantagem comparativa que a localização geográfica de

Cabo Verde constitui, criando um potencial de exportação de serviços de apoio às frotas de passagem ou que operam nesta área do Atlântico;

- **Outros serviços à navegação**, nomeadamente o fornecimento de combustíveis, de frescos, serviços financeiros, seguros e hotelaria, água e shiphalling, sendo os dois últimos serviços atualmente inexistentes; e
- **Uma nova abordagem do setor primário**, expandindo a superfície irrigável através da rede de barragens e de novas técnicas de cultivo (seleção e disponibilização de sementes, culturas hidropónicas e estufas), seleccionando raças animais para uma pecuária de elevada produtividade e desenvolvimento da aquacultura, colocando a produção acrescida do sector ao serviço da autonomia alimentar e do turismo.

### **3.6.1. Desenvolvimento e o cumprimento dos ODM em 2015**

Em Cabo Verde, a situação, a nível global, é marcada pela crise económica e financeira atual, tendo o Fundo Monetário Internacional revisto em baixa o cenário de crescimento mundial aponta para uma taxa de crescimento de 2,2% em 2009, 0,8 p.p. abaixo da anterior previsão, quando as principais economias mundiais se encontram já à beira da recessão técnica (ANMCV, 2010: 21). Assim, segundo esta fonte, a nível nacional, as informações da conjuntura económica apontam para um menor ritmo de crescimento da atividade económica, a avaliar pelo comportamento dos indicadores de curto prazo, nomeadamente qualitativos, resultantes dos inquéritos de conjuntura do Instituto Nacional de Estatística, e quantitativos da procura interna, calculados pelo Banco de Cabo Verde.

Apesar da implementação da taxa turística, “o setor do turismo tem vindo a contribuir para os resultados económicos alcançados em Cabo Verde, constituindo assim na principal fonte de divisas, apesar de apresentar tendência de abrandamento” (ANMCV, *op. cit :passim*).

Em Cabo Verde, apenas 10% das terras do país são aráveis, a agricultura é de baixa produtividade e o investimento nesse setor é modesto. Apesar da chuva abundante em 2009, a contribuição da agricultura para o PIB situa-se a volta dos 10% em 2009, a mesma que em 2008 (*ibid :22*).

É de frisar que, em Cabo Verde, a pesca, apesar de pouco desenvolvida, contribui com 5% na formação do PIB, apesar de constituir um dos raros recursos naturais com grande potencial económico, responsável por 10% das exportações, para além da sua importância na melhoria da dieta alimentar cabo-verdiana e, sendo assim, para a segurança alimentar (*idem*).

Para Baptista *et al.* (2008 :2), a pesca sempre teve grande importância socioeconómica para as comunidades costeiras de Cabo Verde, uma vez que oferece meios de subsistência e possibilidades de emprego, devido à vocação marítima do povo cabo-verdiano. Ainda, segundo esse autor, o pescado aparece como componente importante na alimentação da população, tendo papel decisivo na questão da segurança alimentar do povo cabo-verdiano, por ser fonte de proteína animal de baixo custo para a população e por sua relativa abundância nos mares de Cabo Verde. Ainda, é de realçar que, a ilha de Santiago, por ser o maior mercado de Cabo Verde, tem mais oportunidades para a venda do pescado, bem como dos outros produtos.

O crescimento do PIB real de Cabo Verde, em 2009, situa-se, em 5% e o investimento privado em 7%, contra 14% em 2008. Entretanto, o consumo global também poderá acusar um abrandamento (ANMCV, 2010 :22-22).

No Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2010 verificou-se um aumento de cerca de 15,2 % de despesas que atingiram os 33% do PIB. As despesas de investimentos situavam-se por volta de 28,4 %, graças ao programa de investimento público desenvolvido. As despesas correntes cresceram em 3,8 % do PIB. Assim, o total dos compromissos dos parceiros multilaterais e bilaterais deve atingir em 2009, os cerca de 15 % do PIB (ANMCV, *op. cit* :23-24).

Em Cabo Verde, o défice orçamental, em 2009, situa-se a volta dos 3,5% do PIB, e o reforço da administração fiscal tem permitido uma grande melhoria na cobrança de impostos. As taxas do Imposto Único sobre o Rendimento (IUR) para as empresas e particulares passam de 30 para 25% em 2010. O imposto sobre as pequenas empresas passa de 20% para 15 % (*ibid* :24). No entanto, é de referir que, na ilha de Santiago, os pescadores e as peixeiras não têm empresas constituídas.

A passagem de País Menos Avançado (PMA) para País de Desenvolvimento Médio (PDM) representa um desafio para Cabo Verde, na medida em que contribui para uma diminuição progressiva da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) (Varela :2014). Entretanto, Cabo Verde preenche apenas dois dos três critérios fixados para alteração do seu estatuto, nomeadamente o rendimento *per capita* e o desenvolvimento humano, e não consegue preencher o critério de vulnerabilidade económica devido, sobretudo à sua forte dependência das importações e das dificuldades ambientais e da insularidade.

A curto prazo, Cabo Verde tem garantido a ajuda orçamental, e a sua qualificação ao País de Desenvolvimento Médio (PDM) abre perspectivas, e tendo em consideração as características da economia cabo-verdiana pode aceder a outros financiamentos. Assim, com

base nesta fonte, Cabo Verde deve mobilizar a ajuda externa para financiar os investimentos públicos, sobretudo a nível dos municípios pobres, para diminuir as assimetrias e aumentar as receitas internas, pelo que é preciso que se melhore a disciplina orçamental eliminando as despesas públicas e custos de funcionamento supérfluos e melhorar a capacidade de cobrança de impostos.

Em Cabo Verde, a taxa de inflação situava-se a 9.0% em 1990, 1.0 % em 2009, contra 6.8 % em 2008, 2.1% em 2010, 1.5% 3m 2013, contra -0,2 (deflação) em 2014 (INE, 2015). Entretanto, o sistema financeiro de Cabo Verde é, relativamente resistente, face à crise internacional, devido as suas limitadas interações com os mercados de capitais internacionais.

Tendo em consideração os efeitos da crise económica e financeira internacional na economia cabo-verdiana, a redução das Ajudas Públicas ao Desenvolvimento por parte dos parceiros tradicionais de Cabo Verde, a redefinição das políticas públicas, é necessário que se reavalie os resultados do desenvolvimento de país e, conseqüentemente o impacto deste no concernente ao grau de cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (Varela, 2014).

De acordo com o relatório de progresso de execução de desenvolvimento do milénio elaborado em 2009, em Cabo Verde foram executadas várias ações e investimentos, nomeadamente nas infraestruturas e nos transportes, na economia, no ambiente, na educação, na juventude e na área da proteção social, segurança e saúde (MF<sup>4</sup>, 2009 : 5; Varela, 2014). Assim, de acordo com esta fonte, para facilitar e permitir uma melhoria significativa das condições de vida dos mais desfavorecidos do país, o acesso duradouro a um sistema de abastecimento de água potável, foram feitas várias ligações domiciliárias de água em todos os concelhos do país com financiamento público e privado, e foi retomado o projeto de abastecimento de água no interior de Santiago onde o indicador de origem de água através da rede pública era de 35,2%, o mais baixo do país cuja média situa-se em 42,9% em 2008.

De 2000 à 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Cabo Verde passou de 0,500 para 0,534. Em comparação com a média dos países da África subsaariana, Cabo Verde tem tido sempre um dos melhores desempenhos no IDH, e essa melhoria acompanha o progresso que esse país tem atingido a vários níveis, nomeadamente na alfabetização, na garantia do acesso aos cuidados primários de saúde e no aumento da esperança de vida da população (INE, 2010: *passim*). Entretanto, em Cabo Verde, o mesmo não se pode afirmar em

---

<sup>4</sup> É a sigla do Ministério das Finanças e do Planeamento de Cabo Verde.

relação às comunidades piscatórias, em que se verifica o agravamento das condições de vida das famílias, sobretudo a nível de educação, alimentação e acesso aos cuidados de saúde.

### **3.6.2. Cluster do mar e o cumprimento dos ODM em Cabo Verde pós 2015**

#### **3.6.2.1..Enquadramento institucional e legal**

No preâmbulo da Resolução n.º 14/2013, de 11 de fevereiro, que cria o Conselho Estratégico do *Cluster* do Mar (CECM), mar não é apenas o elemento da natureza que rodeia o arquipélago de Cabo Verde, mas é, fundamentalmente, um potencial económico para esse país, que, desde os primórdios do seu achamento, no decurso das descobertas marítimas dos navegadores portugueses, tem sido sempre reconhecida como um ponto de referência atlântica entre a Europa, as Américas e África.

É de referir que, de acordo com a resolução supra, para Cabo Verde, o mar é um vector estratégico, não só para a prosperidade económica, como também para o abastecimento e a nossa segurança alimentar, o que requer o estabelecimento e o reforço de sinergias entre as diversas políticas setoriais que permitam obter um equilíbrio propulsor entre as várias dimensões do desenvolvimento sustentável marítimo, que garanta, ao mesmo tempo, a preservação dos respetivos recursos.

Há necessidade de se continuar a fomentar políticas de desenvolvimento económico sustentável, através do reforço de uma abordagem múltipla, que abranja aspetos tão variados como, por exemplo, a marinha e os portos, os transportes, as pescas, a aquicultura, o turismo, o lazer, os recursos piscatórios, a tecnologia, as ciências do mar, bem como toda uma gama de serviços internacionais ligados ao mar, o que reclama que as diversas utilizações do mar em Cabo Verde sejam sempre geridas com cuidado e equilíbrio, a fim de permitir a plena exploração do seu potencial económico, e que se quer que seja de forma sustentável.

Em Cabo Verde, como ação prioritária, já se encontra criada uma estrutura de coordenação do *cluster* o mar, com a denominação de Conselho Estratégico do Cluster do Mar, composta por todos os ministérios e por entidades privadas e empresariais com competências nesta área, com uma estrutura flexível, de cariz operacional e com um mandato que lhe permita dinamizar este *cluster* no sentido do desenvolvimento de atividades empresariais e de negócios que reforcem a economia marítima nacional (Resolução n.º 14/2013, de 11 de fevereiro).

Com base na resolução em referência, a coordenação do *cluster*, o mar é apoiada por

um Núcleo Operacional para os Assuntos do Mar, estrutura executiva e operativa, dotado de capacidade de intervenção para a implementação, de forma eficiente, o *cluster* do mar em Cabo Verde. Assim, o Núcleo constitui uma estrutura de gestão com a missão e vocação para a criação de valor económico e social acrescentado aos mercados nacionais e exploração das externalidades positivas criadas, a jusante e a montante, entre os eixos e nichos de mercado bem como, com os restantes Clusters da Agenda (Resolução n.º 14/2013, de 11 de fevereiro).

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da CRCV, e em conformidade com o art. 1.º da Resolução n.º 14/2013, de 11 de fevereiro, foi criado o Conselho Estratégico do *Cluster* do Mar (CECM), o que segundo o art. 2.º dessa resolução, esse Conselho encontra na dependência do membro do Governo responsável pela área das Infraestruturas e Economia Marítima. Ainda, com base no art. 3.º do diploma em referência, o CECM é presidido pelo membro do Governo responsável pela área das Infraestruturas e Economia Marítima, e composto, a título permanente, pelos representantes de elevado nível dos membros do Governo responsáveis pelos setores de: *a)* Finanças e Planeamento; *b)* Defesa Nacional; *c)* Relações Exteriores; *d)* Administração Interna; *e)* Economia Marítima e Pescas; *f)* Transportes aéreos e marítimos; *g)* Ambiente; *h)* Turismo e Indústria; *i)* Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; *j)* Desporto e; *k)* 7 (sete) representantes do sector privado que tenham actividade relevante no domínio da economia marítima, designados pelo Conselho Superior das Câmaras de Comércio.

De acordo com o diploma em referência, na mesma ocasião em que são designados os representantes a que se refere o n.º 1 da resolução supra, indigitados, de igual modo, os respetivos substitutos. Ainda, podem integrar CECM, por indicação do membro do Governo responsável pela área das Infraestruturas e Economia Marítima, representantes de outros Ministérios, bem como de outras entidades públicas ou privadas e de organizações não governamentais, sempre que tal for considerado adequado, e o Presidente do Conselho pode convidar para participar nas reuniões do CECM, sem direito a voto, outras entidades públicas ou privadas sempre que as matérias em discussão o justifique.

As alterações supra dizem respeito não só à composição do CECM, que se quer mais abrangente e com forte participação do setor privado, como ainda das suas atribuições, que se quer alargadas na perspectiva de apoiar o setor privado na dinamização do Fórum Empresarial dos Assuntos do Mar e na alavancagem da economia marítima que se pretende dinâmica, forte e competitiva. Por outro lado, torna-se ainda necessário clarificar o estatuto do pessoal

do NOCM e sua relação com a Empresa Nacional dos Portos (ENAPOR), junto da qual funciona o NOCM. Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da CRCV, o Governo aprovou a Resolução n.º 49/2014, de 13 de junho, e que no seu art. 1.º veio alterar os art. 1.º, 3.º, 4.º, 5.º, 7.º, 8.º, 11.º, 12.º e 13.º da Resolução n.º 14/2013, de 11 de fevereiro, que cria o Conselho Estratégico do *Cluster* do Mar (CECM).

### 3.6.2.2. Visão estratégica sobre o desenvolvimento do *cluster* do mar

A visão estratégica sobre *cluster* do mar é tornar Cabo Verde num ator marítimo relevante, a nível regional e no Atlântico médio. Assim, as 5 (cinco) dimensões principais dessa visão são o mar como componente identitário da realidade e da existência de Cabo Verde (no passado e no futuro), enquanto centro do pensamento estratégico cabo-verdiano, constituindo fator mobilizador e de coesão nacional, espaço gerador de riqueza e de afirmação de Cabo Verde, recurso estratégico e a economia do mar como propulsor do modelo de desenvolvimento da economia cabo-verdiana (Governo de Cabo Verde, 2011).

### 3.6.2.3. Potencialidades para a implementação do *Cluster* do Mar

A construção do *cluster* do mar em Cabo Verde ilustrada na Figura 2 remota ao Fórum de transformação do país realizado em 2003.

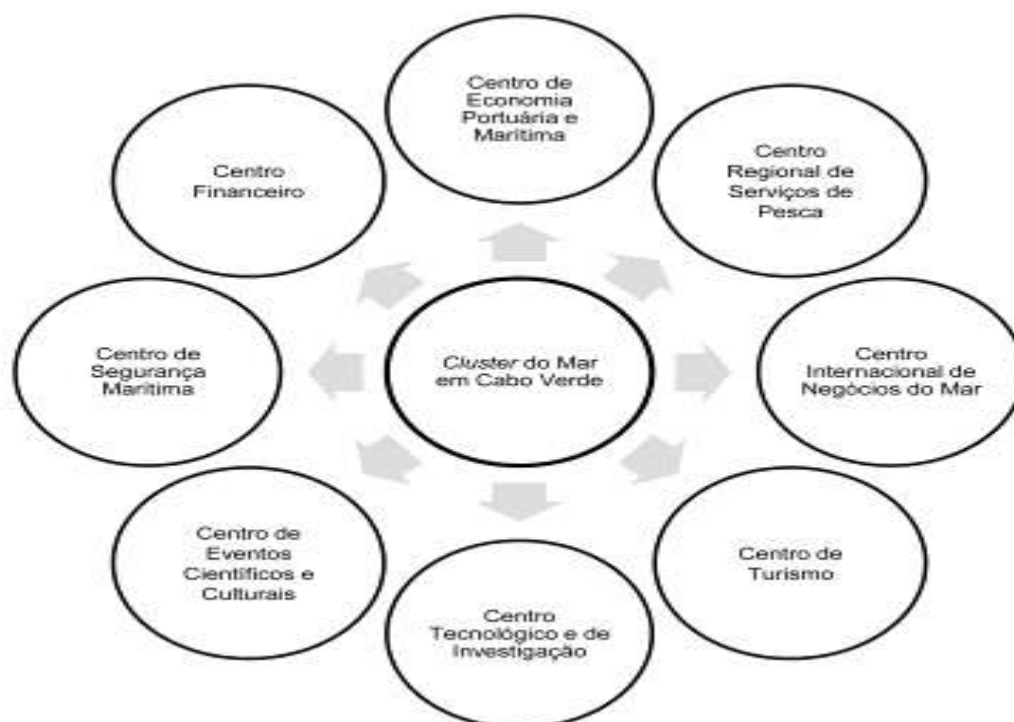


Figura 2: *Cluster* do mar em cabo Verde (Varela, 2015)

### *Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução*

Várias iniciativas e ações governamentais têm vindo a ser desenvolvidas, nomeadamente, a construção e a requalificação de infraestruturas cruciais (portos, aeroportos, estradas e barragens) e a definição dos objetivos e metas a alcançar, tendo em vista o desenvolvimento de Cabo Verde com base, em certa medida, no *cluster* do mar. Ainda, na visão estratégica do Governo de Cabo Verde, existem setores fundamentais que devem ser reforçados e adequados, nomeadamente as instituições, as infraestruturas, os equipamentos e os recursos humanos.

De acordo com Brito (2011), há um grande potencial para o desenvolvimento do *cluster* do mar, com realce para:

- **Centro regional de serviços de pescas** - as atividades de captura e armazenamento do pescado (a captura em Cabo Verde e/ou na sub-região e de transformação do pescado, incluindo todas as atividades constantes da cadeia de valor, nomeadamente as componentes de planeamento e comercialização (Cabo Verde enquanto um centro regional de exportação de pescados), a problemática de troca de tripulação (alojamento, transporte aéreo), assistência médica (centros de saúde especializados) e a análise da competitividade de Cabo Verde para os serviços de pesca (concorrência Dakar, Canárias, o *gap* em termos das infraestruturas e do ambiente de negócios), reparação naval de navios de pesca e seus equipamentos específicos e atividades de aquicultura;

- **Centro de marinha mercante no Atlântico médio:** conjunto de serviços que se organizam em torno do transporte marítimo de mercadorias, da sua articulação com outros modos de transporte e da sua integração em cadeias logísticas globais ou regionais, e inclui os serviços de armação (*shipping*), *brokering*, certificação de navios, seguros e financeiros (fundamentais numa atividade capital intensiva e com múltiplos riscos como é o transporte marítimo), movimentação portuária de mercadorias, logísticos associados, dragagem, construção civil e obras marítimas, fabrico de equipamentos de movimentação portuária, equipamentos de comunicações, apoio à navegação instalados nos portos e impactos pelas encomendas que dirige à construção e reparação naval;

- **Centro internacional de negócios sobre o mar**, com realce para apresentação da legislação aprovada (a sua adequação a visão de desenvolvimento de Cabo Verde), identificação das atividades a serem desenvolvidas e fatores de competitividade, centro logístico de apoio a exploração petrolífera na região, condições para desenvolvimento

de zonas francas (competitividade do país), Cabo Verde enquanto praça financeira regional para as atividades ligadas ao mar e complexos de refinação de petróleo e de biocombustíveis localizados em áreas de indústrias portuárias;

• **Cultura e turismo náutico**, particularmente fazer de Cabo Verde o “Miami” da África Ocidental (cruzeiros náuticos), potencializar as riquezas subaquáticas de Cabo Verde, o museu do mar (coleção de objectos e valores que jaz nas nossas águas), aquários, novo produto turístico com base nas experiências dos outros países, fazer de Cabo Verde um centro internacional em desportos náuticos e de praias vela de cruzeiro, vela ligeira, windsurf, kitesurf, surf, bodyboard, remo, kayak de mar, ski aquático, motonáutica, pesca desportiva, caça submarina, mergulho, náutica de recreio, turismo de conferências sobre o mar/talassoterapia, roteiro de dias de mergulho para curiosos, interessados em história naval, caçadores de tesouros, fotógrafos e cineastas, canais de televisão e documentaristas e eventos criativos como os festivais da água, do mar, do Atlântico, povos do mar, talassocultura;

• **Investigação científica, desenvolvimento e inovação, ensino e formação**, com destaque para o desenvolvimento de uma escola de referência das atividades ligadas ao mar – integração do INDP na Universidade do Mar -, campanhas para estimular o conhecimento do mar na população e, em particular, na juventude, pesquisas oceânicas (transformar Cabo Verde num centro regional de investigação científica e de oceanografia), criação de um centro logístico para apoio a investigação oceanográfica, exploração de *offshore* de petróleo e gás natural e de recursos minerais do oceano profundo, aproveitar o potencial de desenvolvimento da aquicultura (*sea farming*), a arqueologia marinha, as energias renováveis com base no mar, os produtos de biotecnologia marinha usados em produtos farmacêuticos, de cuidados de saúde e de cosmética (farmacologia, algas...), a atração de empresas inovadoras e de investigação o sistema de recolha, conservação (*data centers*), o tratamento e a venda dos dados sobre as atividades ligadas ao mar. No entanto, em Cabo Verde, não existe nenhuma formação profissional na área do mar.

• **Ambiente e conservação da natureza**, com incidência para as atividades ligadas à reposição e proteção da qualidade do ambiente, muito ligada às questões da qualidade da água e do ordenamento das zonas costeiras, a investigação, tanto do meio marinho como das tecnologias que se prendem, quer com o seu conhecimento e registo desse

conhecimento como com a sua gestão, incluindo conservação, proteção e monitorização, a educação ambiental, desde as escolas onde estes temas podem ser integrados nos currículos escolares, complementada com o apoio de canais e suportes lúdicos como oceanários e aquários, centros de ciência viva e atividades no meio, a criação de uma rede de áreas protegidas marinhas, incluindo os estudos de caracterização, a delimitação de áreas com elevados interesse natural e diversidade biológica e a definição dos seus estatutos de proteção e das suas necessidades de conservação e gestão, a atribuição de valor económico à conservação da natureza e rentabilização das áreas protegidas marinhas;

• **Economia marítima e participação na gestão do Atlântico médio**, sobretudo a política externa para defender os interesses de Cabo Verde e para fazer do país um ator regional importante, o processo de extensão da plataforma continental, os desafios às ameaças internacionais no Atlântico médio, os sistemas de teledeteção (radar e sonar) e de comunicações, de comando e controlo para uso naval e o armamento naval, as plataformas de observação oceânica aéreas e no espaço, a defesa da ZEE de Cabo Verde, a criação do centro de busca e salvamento (equipamento e gestão própria e oportunidade de negócios) e de agência de monitorização do Atlântico, nomeadamente na CPLP e na CEDEAO.

É reconhecida a importância do mar para o desenvolvimento de Cabo Verde, enquanto um pilar importante na internacionalização da economia, e a utilização das suas posição estratégica e ZEE para a construção de uma economia marítima dinâmica e competitiva com base *cluster* é um elemento-chave na estratégia de transformação económica e ao desenvolvimento do país ligado ao transbordo, à conservação, transformação e exportação do pescado, ao turismo de valor acrescentado, à ciência e tecnologia marítima e ao comércio marítimo com forte impacto na criação de emprego (Governo de Cabo Verde, 2011 *:passim*; Governo de Cabo Verde, 2014 *:passim*).

Em parceria com o Centro de Políticas Estratégicas que se encontra na dependência da Chefia do Governo de Cabo Verde e a Câmara do Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de Barlavento realizou-se na Academia Jotamont, na cidade do Mindelo (ilha de São Vicente), nos dias 21 e 22 de julho de 2011, o I Fórum sobre o *cluster* do mar, por forma a se iniciar a reflexão a formulação de estratégias para a materializar desse modelo de desenvolvimento, e tendo em consideração a natureza inter e multidisciplinar da construção das atividades ligadas ao mar, esse evento contou com as presenças dos representantes dos

### *Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução*

poderes central e local, instituições públicas ligadas à economia marítima, operadores económicos do sector, instituições financeiras, universidades, diplomatas, militares e representantes da sociedade civil (Governo de Cabo Verde *op. cit.: passsim*), e retomada, com abordagem sobre os *clusters* do mar, aeronegócio, o turismo e as TICs, no Fórum realizado na cidade da Praia, nos dias 14, 15 e 16 de maio de 2014.

No I Fórum sobre o Cluster do Mar realizado na cidade do Mindelo (ilha de São Vicente), o debate que teve lugar a seguir incidiu nas seguintes questões, com realce para atenção à pesca clandestina nos mares de Cabo Verde, ao setor dos transportes marítimos ao desenvolvimento de serviços ligados ao shipping internacional, ao estabelecimento das prioridades em função dos recursos, os modelos e projetos de desenvolvimento, a legislação e a criação das instituições e mecanismos de regulação, ao estabelecimento de parcerias estratégicas e a aproximação às multilaterais financeiras.

Os setores-chave ligados ao mar constituem-se um quadro integrável que no Programa do Governo de Cabo Verde tem designação *cluster* do mar (Empresa Nacional dos Portos de Cabo Verde, 2014).

Em Cabo Verde, há um conjunto de *vantagens comparativas* que poderão vir a se transformar em *vantagens competitivas*, de forma a se organizar em *cluster*, desde que as políticas públicas sejam bem orientadas e o setor privado nacional e internacional reaja de forma adequada, e com base em elevado nível de capital social, com base, em certa medida, no modelo ilustrado pela Figura 3.

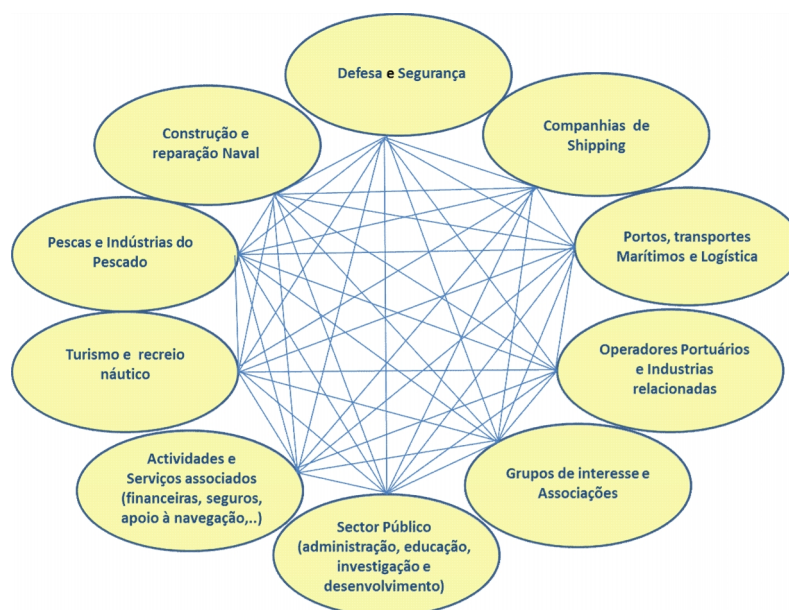


Figura 3: O diamante para um *cluster* do mar em Cabo Verde (ENAPOR de Cabo Verde, 2014)

Na implementação do *cluster* do mar em Cabo Verde, o Estado surge enquanto o motor de arranque e de incentivo, e deverá adequar o quadro jurídico e institucional, bem como criar um ambiente favorável à iniciativa privada, promover a investigação nas universidades a esse respeito, apoiar os setores de atividades que integram o modelo de desenvolvimento, e sobretudo captar o interesse de investidores do setor com dimensão global e promover a iniciativa empresarial nacional.

#### **3.6.2.4. Constrangimentos e desafios à implementação do *cluster* do mar**

Em Cabo Verde, a segurança marítima constitui uma das atividades de base, atuando de forma transversal a todos os segmentos que fazem parte do *cluster* da economia do mar, fornecendo o necessário suporte para a implementação desse modelo de desenvolvimento (Governo de Cabo Verde, 2011:*passim*). No entanto, apresenta-se, de entre outras vulnerabilidades, a insularidade do país, a extensão e o formato da linha de costa, a grande dimensão do espaço marítimo nacional, bem como as ameaças prováveis, nomeadamente narcotráfico, o tráfico de seres humanos e de armas, a criminalidade organizada, o comércio ilegal (contrabandos diversos e contrafação de medicamentos), a imigração irregular, a depredação dos recursos marinhos, a pirataria, o terrorismo e os desastres marítimos (*op. cit.*, 2011: *passim*) [Figura 4].

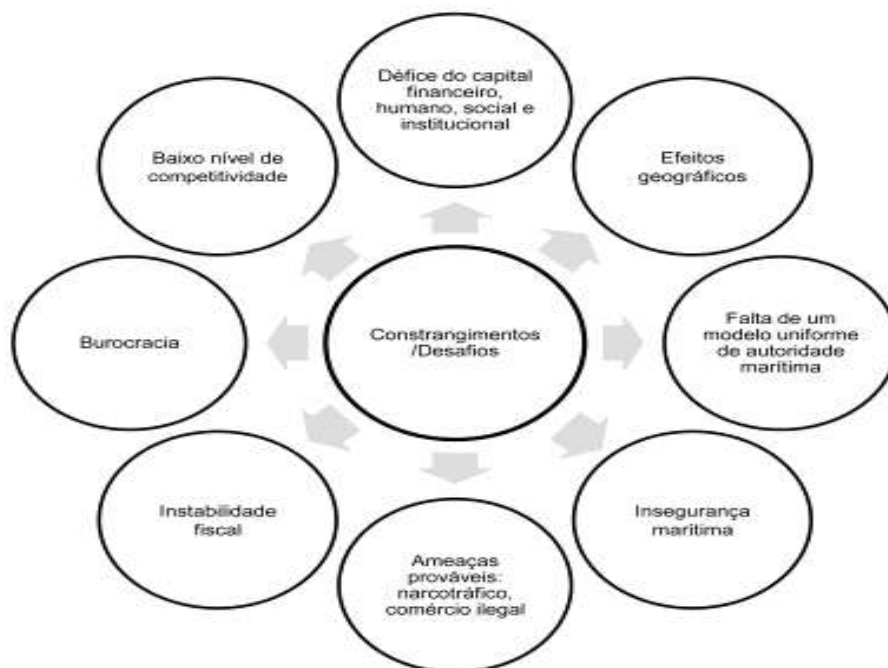


Figura 4: Constrangimentos/desafios a implementação do *cluster* do mar (Varela, 2015)

As fragilidades do modelo de autoridade do Estado no mar são evidentes em Cabo Verde, pelo facto dessa autoridade ser exercida de forma desagregada e departamentalmente não unificada, o que se traduz na inexistência de um modelo uniforme de exercício da autoridade marítima, o ordenamento jurídico reúne numa só realidade nacional, e de forma desconectada, figuras e órgãos de sistemas diferentes, e que colidem entre si em termos concetuais e doutrinários, com realce para as dificuldades de conjugação entre o modelo de Capitania dos Portos em Cabo Verde e de um Instituto público de características centralista, sendo este enquanto uma entidade administrante com competências abrangentes, o Instituto Marítimo Portuário, a Guarda Costeira e a Polícia Marítima não têm, entre si, relação estrutural ou cooperante, a ligação circunstancial entre as Capitánias dos Portos e a Polícia Marítima enfraquece o exercício da sua autoridade e a não atribuição de poderes de policiamento marítimo à Guarda Costeira diminui a eficácia da sua atuação e constitui um enorme desperdício de recursos.

Segundo Hammick (2014 :333),

*on signale qu'en 2013 certains fonctionnaires du port de Praia n'avaient pas l'air d'être au courant de ces nouvelles dispositions. Il est toujours nécessaire de passer à la Délégation Maritime à Mindelo ou au port de Praia pour récupérer les papiers de bord et payer tous les droits, puis à la Police de Frontière pour faire viser son passeport, mais on peut maintenant demander à la Délégation Maritime un document indiquant le prochain port, puis faire escale dans une autre île habitée, en passant à la Délégation Maritime locale avant le départ final. Il est bien sûr possible que les règles changent à l'avenir, il est donc prudent de vérifier la situation avec les autorités à l'arrivée.*

Pode-se evidenciar que os principais constrangimentos a implementação do *cluster* do mar em Cabo Verde são a *frota* (dificuldade na obtenção de créditos, frota inadaptada, estrutura da oferta fragmentada, a *mercadoria a nível nacional* (ausência de zonas logísticas e fraca capacidade de organização dos operadores, sendo esta assente em estruturas familiares), a *mercadoria a nível internacional* (complexidade e desconhecimento do sistema tarifário portuário e insuficiência / inadequação de equipamentos portuários e ausência de serviços de valor acrescentado à mercadoria).

Tendo em consideração os constrangimentos acima expostos, para a implementação do *cluster* do mar em Cabo Verde, deparam-se, dentre outros, com os seguintes desafios:

*i) portos, logística e transporte marítimo*, com realce para a reestruturação e especialização da rede portuária nacional, a adoção de uma lógica empresarial na gestão integrada dos portos, a otimização da eficiência e potenciação das estruturas portuárias e das estruturas logísticas integradas, a adequação da legislação e enquadramento fiscal da atividade dos transportes marítimos, a dinamização de projetos de “auto-estradas de mar” e a consolidação dos operadores nacionais;

ii) *implementação e reforço da náutica de recreio e turismo náutico*, nomeadamente a instalação e desenvolvimento de centro de mar, a elaboração de um plano estratégico de localização e implantação de apoios à negação de recreio (marinas, portos de recreio, docas, abrigos e serviços especializados de formação), a dinamização das atividades de cruzeiro turístico, a criação de uma rede de apoios náuticos, a estruturação, desenvolvimento e promoção de produtos turísticos ligados à náutica de recreio e turismo náutico, bem como a plataforma de comercialização, o desenvolvimento do *know-how*, a qualificação das competências de gestão e a adequação do quadro legislativo. No entanto, segundo Hammick (2014 : 334), *il n'y a pratiquement pas de pièces détachées pour voiliers ni d'accastillage au Cap Vert à part ce l'on trouve chez boatCV à Mindelo (São Vicente)*.

iii) *agenda estratégica para o cluster de economia marítima*, com destaque para a construção de um *cluster* globalmente competitivo, a dinamização do setor privado e investimentos substanciais em infra-estruturas. Ainda, deve-se ter em consideração que a agenda estratégica para o setor inclui 3 (três) áreas, nomeadamente as reformas e o desenvolvimento da capacidade institucional, o investimento na modernização das infraestruturas e dos equipamentos, bem como dos recursos humanos;

iv) *registo de navios*- retomar o processo de registo institucional de navios e identificar parceiros, bem como a criação de agências especializadas em gestão de pessoal marítimo afeta às companhias internacionais;

v) *procedimentos portuários / desembarço do navio* - revisão, simplificação e informatização dos procedimentos, reestruturação e requalificação do serviço de pilotagem;

vi) *meios financeiros e humanos para a frota* - tornar os produtos financeiros mais atrativos, qualificar os recursos humanos do setor e a criação de um fundo de risco;

vii) *tripulação* – investimento na criação de centros de formação para o pessoal marítimo, estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais e dotação dos centros de formação dos meios necessários para responder às exigências internacionais;

viii) *reparação e construção naval* - a criação das condições favoráveis à instalação de armadores de pesca, e não só, na ilha de São Vicente, como nas outras ilhas, o desenvolvimento de parcerias para o aproveitamento das oportunidades no subsetor da construção naval, a criação e dinamização de uma zona franca que satisfaça as necessidades das frotas e tripulações, a privatização dos portos, o investimento na recuperação e expansão dos portos, incremento da formação, ajustar aos recursos humanos aos novos desafios, o aumento das facilidades no *spin off* em determinadas atividades e o incentivo à reparação subaquática;

ix) *registo e desembarço de navios* - a revisão do modelo e dos procedimentos de licenciamento de rotas, incluindo sistema de subsídios armadores para as rotas não lucrativas, aplicação do sistema de fixação de preços e nível de serviço, a melhoria na competitividade, qualidade, eficiência e nível de serviço do transporte marítimo inter-ilhas, através de um setor privado dinâmico, inovador, mais bem organizado e eficiente e a dotação dos portos de equipamentos de apoio à assistência a navios;

x) *mercadorias* - a renovação do parque de equipamentos portuários, a promoção de uma cultura de logística, bem como a disponibilização de zonas de logística e de serviços de valor acrescentado à mercadoria (etiquetagem, embalagem, pesagem, de consolidação, distribuição), a disciplina e redefinição de processo de trabalho entre o dono da carga, navio, agente de navegação e porto ( eliminação da movimentação de carga fragmentada e a restringir a relação comercial entre o porto e os clientes/utilizadores, ou seja, apenas e diretamente entre o porto e o agente de navegação e/ou transitário, excepcionalmente com grandes operadores e donos de carga);

xi) *a integração dos modos do sistema de transporte* - a abordagem do setor marítimo-portuário, tomando por base a sua estrutura, orgânica e funcionamento, recurso a fatores de integração interna e de articulação com outros setores de atividade, nomeadamente os transportes e levar em consideração a sua complementaridade, para o escoamento eficiente de mercadorias, tendo em consideração o custo e funcionalidade das operações dependentes, com realce para o tipo e o volume de carga, a distância entre carregadores e clientes e as barreiras físicas existentes;

xii) *defesas e segurança no mar* - o aperfeiçoamento da estrutura orgânica da autoridade marítima nacional, a utilização da marinha na vigilância e proteção dos recursos naturais e económicos marinhos, o reforço do papel e os meios de intervenção da marinha na proteção do ambiente, o incremento do papel da marinha nos meios de segurança da navegação de recreio, o reforço da missão da marinha de forma a incluir outras atividades de interesse nacional, com destaque para a I&D, a utilização de escola da marinha para a formação do pessoal civil, a capacitação da marinha para apoiar a exportação de navios militares e a reestruturação da polícia marítima; e

xiii) *ambiente e conservação da natureza* - a gestão integrada do mar e das zonas costeiras, a criação de uma rede de áreas protegidas marinhas, bem como programas lúdicos de educação ambiental, a promoção da aplicação de inovação tecnológica à proteção do ambiente e o reforço de competência em engenharia ecológica enquanto ramo de ambiente.

Para Hammick (2014 :328),

## ***Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução***

*l'approvisionnement, et surtout le choix, varient significativement d'une île à l'autre. Le meilleur choix se trouve de loin à Mindelo (São Vicente) et à Porto da Praia (Santiago), où il y a de beaux marchés et des supermarchés étonnamment bien fournis. Au contraire, dans les plus petites îles, les petits commerces suffisent et à peine aux besoins au jour le jour. De toute façon, il faut approvisionner le bateau au maximum avant de partir pour le Cap Vert, ne serait-ce que parce que tout est généralement plus cher qu'à Madère ou aux Canaries.*

A segurança marítima constitui uma das atividades de base para o *cluster* do mar em Cabo Verde, atuando de forma transversal a todos os segmentos que fazem parte do *cluster* da economia marítima, fornecendo o necessário suporte para o desenvolvimento das atividades no âmbito desse modelo, enquanto ‘frente de negócio’. No entanto, segundo Hammick (2014 :337), “ *à l'exception de ceux qui relâchent à Mindelo ou à Praia, il n'y a pratiquement aucun service de secours ou de recherche en mer.*

Há algumas ações que poderão trazer benefícios à segurança marítima, são os sistemas de identificação automática de navios, de controlo de tráfico marítimo costeiro, socorro e segurança dos marítimos, as comunicações marítimas, as redes de ajuda à navegação, o aumento da quantidade de meios navais para intervenção portuária e costeira, a operacionalização de unidade naval para intervenção na ZEE e de unidade aérea para patrulhamento da ZEE, a implementação do centro de operações de segurança marítima e a aquisição de meio naval e de aeronaves de asa rotativa para intervenção na ZEE.

Os eixos da segurança marítima em Cabo Verde são a defesa nacional (segurança externa), a imposição da lei no mar (*law enforcement*), a proteção do transporte marítimo (*security*), a a segurança da navegação marítima (*safety*) e a sustentabilidade dos recursos marinhos (Matos, 2011).

Existem vias para a mudança de paradigma na segurança marítima, nomeadamente a reforma das instituições responsáveis pela segurança marítima, enquanto eixo de uma reforma institucional mais alargada e enquadrada dentro da estratégia do Governo, recomposição do projeto da Guarda Costeira, de modo a colocá-la no centro do sistema de segurança marítima e a dotá-la de mais e melhores meios humanos e técnicos, dinamização das parcerias internacionais para a segurança do mar sob responsabilidade nacional, como forma de poder ganhar mais conhecimento e experiência e reforço dos investimentos na segurança marítima, como forma de incrementar a qualidade e a quantidade dos recursos.

Um outro eixo importante para a segurança marítima é a reforma institucional, ao nível da revisão da conceção jurídica do normativo existente. Assim, de acordo com esta fonte, a revisão na conceção jurídica para a reestruturação das competências dos órgãos que exercem a autoridade do Estado no mar de forma sistémica, por blocos de matéria, diferenciação institucional entre as funções normativas e reguladoras, das administrativas e

fiscalizadoras, revisão das missões, competências, atribuições e enquadramento dos organismos que exercem a autoridade do Estado no mar - Capitánias dos Portos, autoridade portuária, Polícia Marítima e Guarda Costeira -, reequacionamento do entrosamento entre os organismos que exercem o policiamento marítimo, designadamente entre a Polícia Marítima e a Guarda Costeira, e entre estes e a administração marítima.

A Guarda Costeira de Cabo Verde, enquanto esteio da intervenção do Estado no mar, deve ter um conjunto de responsabilidades inerentes à sua função de vigilância e segurança, pelo que devem-se ser aumentadas as suas competências para desempenhar as funções de fiscalização específicas das capitánias dos portos, o aprofundamento da integração entre a Guarda Costeira e a Polícia Marítima, reposicionando-a no sistema de segurança marítima.

A nível da dinamização da cooperação internacional para a segurança do mar, como forma de poder ganhar mais conhecimento e experiência, deve-se garantir a implementação dos acordos bilaterais de cooperação para a fiscalização marítima e o maior engajamento nas iniciativas que propugnam maior segurança para o Atlântico médio, enquanto zona de paz e cooperação do Atlântico sul, de iniciativa para a elaboração de uma estratégia africana para a proteção e segurança marítimas e de conferência dos Estados africanos ribeirinhos do Atlântico.

É de realçar que é necessário o reforço do investimento de modo a garantir a sustentabilidade do sistema de segurança marítima, através de cobrança de taxas pela prestação de determinados serviços, participação nas receitas da atividade económica ligada ao mar (setor público), investimento estratégico na ciência e tecnologia, bem como outras soluções inovadoras que ajudem a ultrapassar as limitações financeiras.

É de capital importância a implementação de uma agência de monitorização do Atlântico, baseado num sistema de informações estratégicas e apoio a operações conjuntas e Combinadas, visando contribuir para a coesão de ação no seio da CPLP, através da criação de uma efetiva capacidade de desenvolvimento de uma plataforma comum de partilha plena de informação, como fundamento para a sua atuação conjunta. Assim, esse sistema tem várias potencialidades, como sejam a utilização para fins económicos (ordenamento do território), a gestão ambiental, a utilização para fins de segurança marítima, a prevenção de ameaças e vulnerabilidades e monitorização de vastas áreas oceánicas (tráfego marítimo e tráfico de narcóticos, armas e seres humanos e a utilização para fins militares (inteligência militar e cooperação e operações conjuntas e combinadas).

Tecnologicamente deve-se basear num Sistemas de Informação Geográfica (SIG), por fôrna a permitir a partilha de informação, funcionalidades, modelos de processamento e

análise em toda a extensão e dimensão da rede, com capacidade de congregar informação cartográfica base de referência, dados de hidrologia, oceanografia (incluindo batimetria) e meteorologia, informação de imagens de satélite, aérea, radar, entre outros elementos.

A implementação do *cluster* do mar enquanto um dos modelos para o desenvolvimento de Cabo Verde requer, de entre outras medidas de políticas e estratégias, o reforço do capital financeiro, humano e social/organizacional, a adequação do quadro jurídico e institucional, a promoção a iniciativa privada nacional e a atração dos investidores externos, a uniformização do modelo de autoridade marítima, a segurança marítima, bem como a investigação científica sobre *clusters* e desenvolvimento e, sendo assim, transformar as vantagens comparativas em vantagens competitivas [Figura 5].

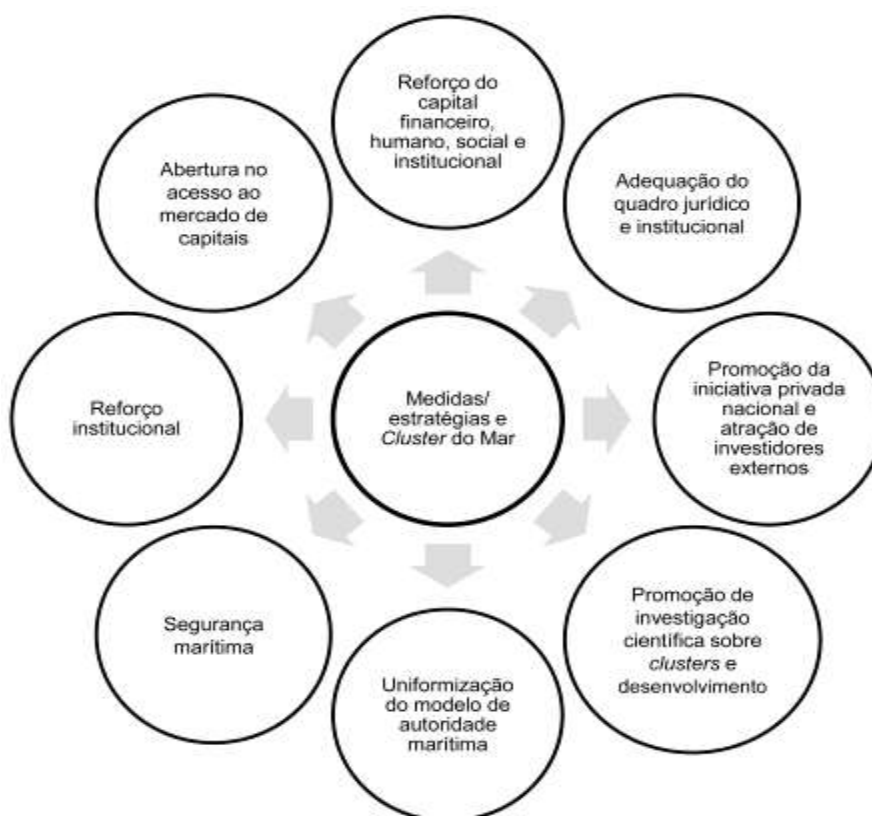


Figura 5: Estratégias a implementação do 'cluster' do mar (Varela, 2015)

É de referir que os *clusters* enquanto modelos de desenvolvimento requerem recursos humanos altamente qualificados. Entretanto, para Florida (2004 :7), "*creative people, in turn, don't just cluster where the jobs are. They cluster in places that are centers of creativity and also where they like to live. From classical Athens and Rome, to the Florence of the Medici and Elizabethan London, to Greenwich Village and the San Francisco Bay Area, creativity*

*has always gravitated to specific locations [...]*”, o que pode condicionar a implementação do *cluster* do mar em Cabo Verde, e por falta de massa crítica, correr o risco de importar modelo dos outros países, em vez de ser concebido com base na produção de conhecimento local. Ainda, para Florida (*op. cit.* :44), “*today’s economy is fundamentally a creative economy*”, pelo que é necessário capital humano, inovação, aplicação de tecnologia, bem como de políticas públicas e estratégias adequadas e, sendo assim, com base no capital social. No entanto, não basta criar riqueza, esta deve ser aplicada para o bem-estar da população, tendo em consideração o Desenvolvimento Sustentável (DS).

Com base na abordagem sobre capital humano e implementação do *cluster* do mar em Cabo Verde, a aposta será sobretudo na fase de “arranque”, nos especialistas dos outros países com experiência sobre esse modelo de desenvolvimento, nomeadamente da Dinamarca, Holanda, Inglaterra e Espanha, o que segundo Victor & Couton (2007 :87), “*dans un monde profondément marqué par la mondialisation de toutes sortes d’échanges, aussi bien d’ordre commercial que culturel, il devient de plus en plus facile de comprendre l’intensité et la complexité des flux migratoires*” que, de uma forma geral, no caso de Cabo Verde, os imigrantes sobretudo da Costa Ocidental da África possuem baixo nível de habilitação literária e qualificação profissional.

Em Cabo Verde, os desafios da qualificação do sistema educativo e dos recursos humanos, uma administração pública mais eficiente, inovadora e prestadora de serviços de qualidade, uma economia dinâmica e competitiva, a implementação do (*hiper*) *cluster* do mar, a internacionalização das empresas e da economia podem ser, em certa medida, superados com os profissionais cabo-verdianos qualificados que se encontram na diáspora.

Tendo em consideração as potencialidades, as oportunidades, os pontos fracos e as ameaças e, sendo assim, os investimentos a serem realizados a todos os níveis, sobretudo nas infraestruturas, no capital social e, em particular, no capital humano, na inovação e na criatividade, a implementação do *cluster* do mar pode contribuir para a internacionalização das empresas, da economia cabo-verdiana e traduzir-se no crescimento económico, mas para que haja o desenvolvimento do país é necessário que a riqueza gerada seja aplicada para o bem estar da população a nível nacional, regional e local-comunitário, e segundo López Martín (2000:105-106) *apud* Caride (2005:260-261), (...) *desarrollar el sentido mediacional de la educación social entre parámetros presentados como excluyentes y cuya complementariedad es vital para la conformación de la cultura del bienestar: lógica del mercado vs. ética de la solidaridad; cliente vs. ciudadano; interés individual vs. solidaridad*

*colectiva; educador profissional vs. voluntariado; sector público vs. sector privado; Estado vs. sociedade civil (...).*

É de salientar que deve-se levar em consideração a relação entre a educação e o desenvolvimento, pelo que “...nunca podemos ni debemos situarnos al margen de como y con qué intensidad se producen sus variadas interacciones (educación y desarrollo, educación en el desarrollo, educación con desarrollo, educación para el desarrollo, educación como desarrollo, educación versus desarrollo)” (Caride, 2005 :11) [Figura 6].

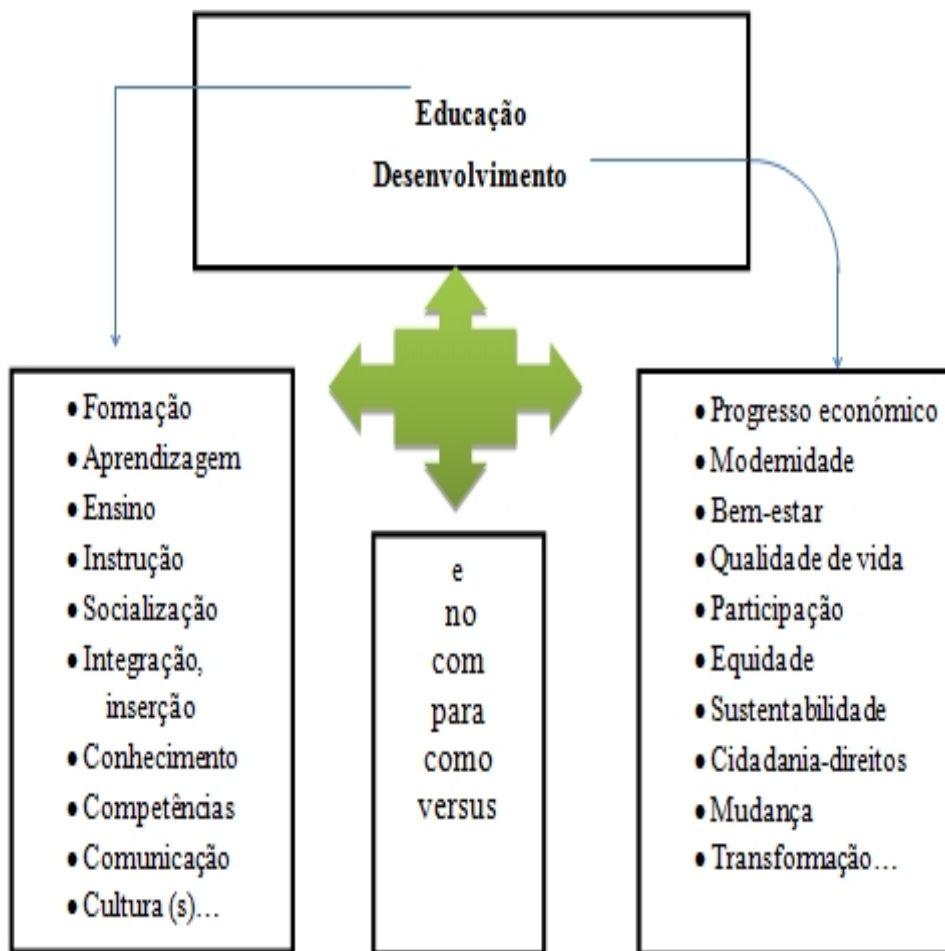


Figura 6: Relação educação-desenvolvimento (Caride, 2005)

Para que esse tipo de desenvolvimento se efetive é necessário, por um lado a organização, educação e formação, capital social, dinamização das instituições nacionais, regionais, locais e comunitárias, sustentabilidade dos recursos ambientais e, por outro, o intercâmbio e difusão do saber, potencialização dos valores endógenos, valorização do passado e introdução de estratégias de inovação, tendo sempre o diálogo-comunicação e reflexão-ação entre os diferentes atores de desenvolvimento (Caride, 2005) [ Figura 7].

Na Figura 7 constam as tarefas para um bom desenvolvimento local-comunitário, regional e nacional com base em capital social.

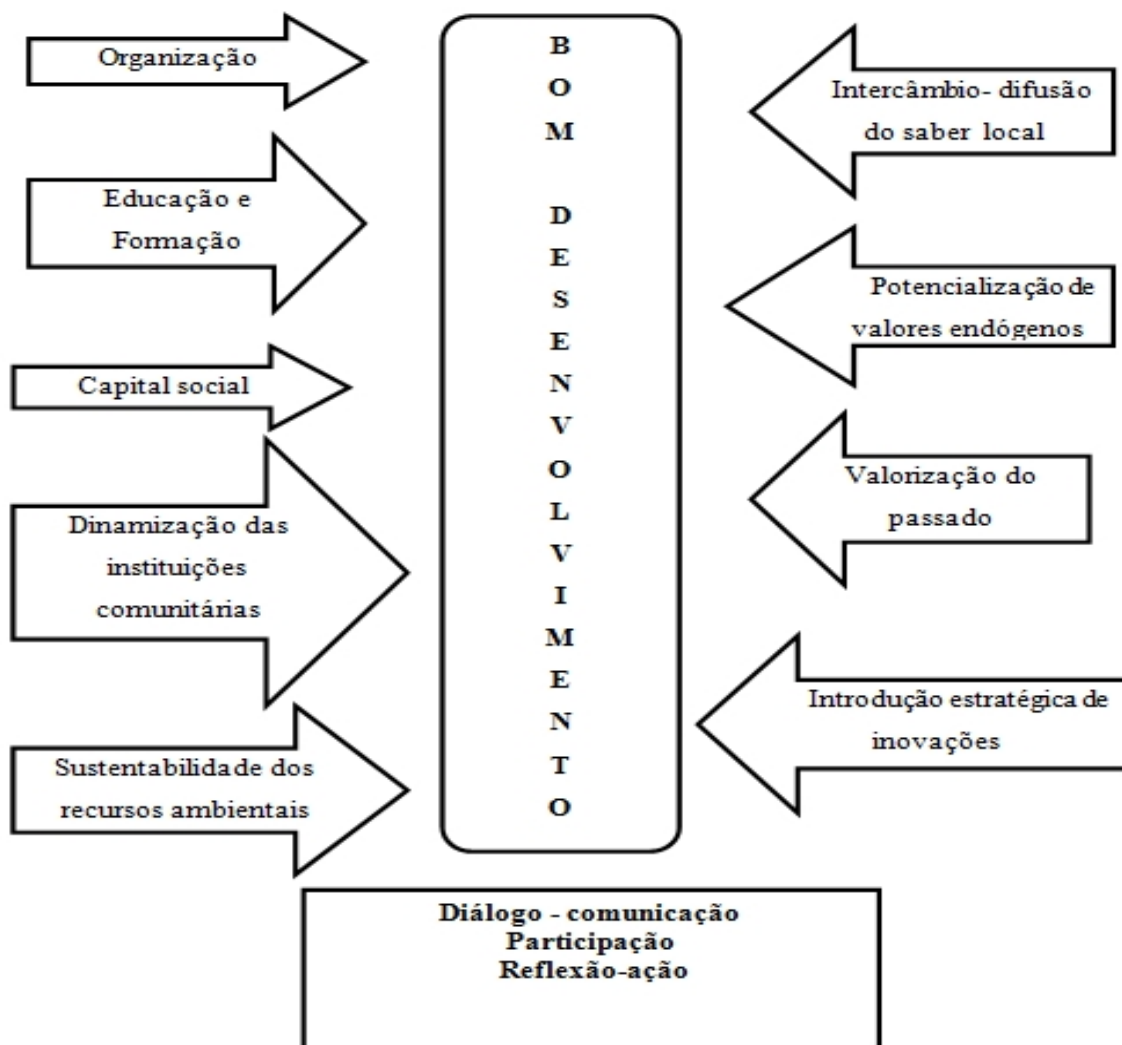


Figura 7: Tarefas para um bom desenvolvimento (Caride, 2005)

Com base no exposto a respeito do capital social e desenvolvimento a nível local-comunitário, regional e nacional, há que se calcular o Índice de Capital Social (ICS)<sup>5</sup> com base na fórmula sobre o Índice de Capital Social (Grootaert *et. al.*, 2003).

$$ICS = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[ \frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{\max i}} \right] \quad (1)$$

Em que:

<sup>5</sup> Essa fórmula é utilizada pelo Banco Mundial nos estudos sobre o capital social e desenvolvimento.

- ICS= índice de capital social;
- $E_{ij}$ = escore do  $i$  - ésimo indicador, alcançado pelo  $j$  - ésimo membro da comunidade;
- $E_{máx\ i}$  = escore máximo atingível pelo indicador  $i$ ;
- $i= 1, \dots, m$  número de indicadores;
- $j=1, \dots, n$  número de membros da comunidade; e

A Contribuição de cada Indicador (CI) no ICS é calculada com base na fórmula<sup>6</sup> que se encontra a seguir:

$$Ci = \frac{\sum_{i=1}^n Eij}{n \left( \sum_{i=1}^m Emáxi \right)} \quad (2)$$

Em que  $Ci$  é a contribuição do indicador  $i$  na formação **ICS**. Assim, tendo em consideração que o capital social é um componente superestrutural, o que associado aos outros capitais poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável a nível local-comunitário, regional e nacional, será aplicada a equação que se encontra a seguir sobre o desenvolvimento, utilizada pelo Banco Mundial (Grootaert *et. al.*, 2003), e se encontra a seguir.

$$D = f(Kn, Ke, Kh, Ks) \quad (3)$$

Em que:

- D= Desenvolvimento;
- Kn= Capital natural;
- Ke= Capital económico;
- Kh=Capital humano; e
- Ks= Capital social.

O nível de capital social a nível local, regional e nacional é medido através de um índice com o uso dos indicadores que calculam, nomeadamente o capital social estrutural, cognitivo, da ação voluntária, da solidariedade, da confiança e da sociabilidade.

---

<sup>6</sup> Essa fórmula é utilizada pelo Banco Mundial para avaliar a contribuição de cada indicador na composição do Índice do Capital Social (ICS).

### **3.7. Síntese do resultado do estudo**

Com base na metodologia aplicada, os objetivos traçados, as perguntas de partida, e após a realização da investigação, conseguiu-se apresentar uma síntese deste estudo, relativamente, de entre outros, aos seguintes aspetos:

- *os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças ao desenvolvimento de Cabo Verde*

A evolução económica e social, bem como o desenvolvimento de Cabo Verde estão condicionados a resolução de debilidades internas e intrínsecas. A gestão dos pequenos estados insulares, como é o caso de Cabo Verde, passa pelas respostas, de entre outras, as questões centrais como o isolamento, os transportes e comunicações entre as ilhas, a infra-estruturação de cada ilha, as assimetrias regionais, bem como os desequilíbrios demográficos e económicos, o crescimento urbano caótico e a protecção ambiental.

Os pontos fortes (*strengths*) e os pontos fracos (*weaknesses*), as oportunidades (*opportunities*) e as ameaças (*threats*) ao desenvolvimento em Cabo Verde, encontram-se descritos de forma sucinta nos parágrafos seguintes.

Os pontos fortes (*strengths*) são a estabilidade político-democrático e social, o clima propício para negócios e investimento externo, nomeadamente no turismo e setores conexos, o investimento em capital humano, a governação estável e o estabelecimento de relacionamento com a comunidade internacional e a diáspora, bem como os fatores geográficos e naturais.

Em relação aos pontos fracos (*weaknesses*) são de destacar o excesso de burocracia e regulamentações estatais, a centralização do poder, o aumento de despesas de funcionamento do governo central/autárquico, em detrimento das despesas de capital, o empobrecimento dos municípios e elevada dependência destes face às transferências da administração central, a escassez de recursos e economia débil, a dificuldade no acesso ao financiamento interno (nacional) e a fraca gestão do território nacional e das suas cidades, o incumprimento, em certa medida, na implementação dos instrumentos de ordenamento, de desenvolvimento e planeamento territorial.

No que tange as oportunidades (*opportunities*) evidenciam-se a possibilidade de uma

melhor exploração da posição geoestratégica de Cabo Verde, o que poderá potencializar a resiliência económica e diminuir as vulnerabilidades do país, as grandes oportunidades para a implementação do *cluster* do mar e da economia marítima e, sendo assim, o desenvolvimento de economia nacional, a inserção na economia internacional e a possibilidade de reforço da existência social.

Com relação às ameaças (*threats*) são de realçar a vulnerabilidade a choques externos, resultantes sobretudo das alterações climáticas desfavoráveis, o crescimento económico muito dependente do aumento do investimento externo crescimento, a redução das ajudas externas e a elevada dependência das ajudas externas para o financiamento do seu programa de investimento.

- *os modelos de desenvolvimento implementados em Cabo Verde após a independência nacional*

A grande preocupação dos países e, sendo assim, de Cabo Verde, sempre foi e continua a ser o crescimento económico e aplicação das riquezas geradas para a melhoria das condições de vida das populações.

Para se falar sobre os modelos de desenvolvimento implementados em Cabo Verde, torna-se também necessário entender e diferenciar os conceitos de crescimento e desenvolvimento, pois um país pode crescer economicamente e não se desenvolver. O crescimento económico é o aumento dos indicadores económicos, ou seja, é sobretudo quantitativo, enquanto o conceito de desenvolvimento económico está relacionado a melhoria do bem-estar da população, é medido através de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com realce para a educação, a saúde e o nível de pobreza/ bem-estar.

São de realçar as seguintes fases de desenvolvimento de Cabo Verde: i) a economia de subsistência, que prevaleceu na época colonial, altamente financiada pelos orçamentos da Metrópole portuguesa; ii) a economia rendeira de planificação centralizada alimentada pelas remessas dos emigrantes e pela ajuda pública de desenvolvimento, após a independência e até o ano 1991; iii) a era da economia de mercado iniciada em 1991, com profundas reformas económicas portadoras da liberalização do económica, prevalecendo uma visão estratégica de enquadramento da economia cabo-verdiana na economia global.

Durante a década de 90, o produto interno bruto (PIB) cresceu, em termos reais, a uma taxa média anual de 5,8%. O valor máximo foi atingido em 1999, ou seja, cerca de 11%, e o valor mínimo, em 1990, sendo notório o rápido crescimento obtido no período 1991 a 1993.

A economia de Cabo Verde registou um bom desempenho de 2002 a 2011, apesar das fragilidades e vulnerabilidades, registando um forte crescimento no PIB nominal de 620,974,807 USD em 2002 para 1,648,093,063 USD em 2010. A explicação para o crescimento advém de vários fatores como o forte investimento em educação e saúde na era pós-independência, o processo de abertura da economia que iniciou no final de década de 1980, as reformas de mercado e privatizações na década de 1990 e as reformas profundas que foram executadas na primeira década do século XXI. No entanto, a economia de Cabo Verde tem vindo a sofrer alterações ao longo do tempo, desde da época colonial, passando por uma economia rendeira até chegar ao patamar de país de desenvolvimento médio baixo, visando, em certa medida, um modelo de economia sustentável.

A ascensão, em 2008, de Cabo Verde a país de rendimento médio baixo, coloca desafios, pelo facto de, em decorrência da redução de determinadas ajudas, requer maior capacidade de mobilização de recursos financeiros para autofinanciar os projetos de desenvolvimento.

Volvidos 40 anos após a independência de Cabo verde, há um consenso de como as oportunidades externas, que resultam do advento de uma economia globalizada, conjugadas com a posição geográfica estratégica de Cabo Verde, poderão constituir uma “janela” para a inserção do país numa cadeia internacional de valores económicos, onde se possa ir buscar as acumulações para o seu rendimento nacional que deixará, definitivamente, para trás a economia de renda.

Cabo Verde conheceu progressos consideráveis, nomeadamente em matéria de crescimento do PIB e do rendimento *per capita*, melhoria a nível da saúde, esperança de vida e educação, sendo neste último caso, há que trabalhar, o aspecto qualidade. Estes resultados não devem contudo ocultar as vulnerabilidades que caracterizam o país, nomeadamente as assimetrias regionais crescentes, bem como os desequilíbrios demográficos e económicos, o crescimento urbano caótico, bem como as desigualdades em matéria de rendimento da população e de consumo.

### *Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução*

A gestão adequada do território nacional e das suas cidades, a exploração racional do mar e dos recursos marítimos, a governança pública e a criação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável das regiões, a exploração da posição geográfica estratégica, são elementos que podem ajudar a responder e minimizar as debilidades internas, a vulnerabilidade, aumentar a resiliência e sobretudo contribuir para um desenvolvimento de Cabo Verde com base em modelos alternativos e, sendo assim, do *cluster* do mar em implementação no país.

- *o nível de desenvolvimento alcançado por Cabo Verde, tendo em consideração os ODM*

O nível de desenvolvimento alcançado por Cabo Verde, tendo em consideração os ODM, é satisfatório, apesar de muitas das metas não terem sido atingidas. Cabo Verde ao aceitar o desafio lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para implementação das medidas dos ODM, deu um passo importante com vista a elevar o seu nível de desenvolvimento. Salienta-se que, boa parte dos ODM não foi alcançada como foram traçados, em decorrência da crise económico-financeira mundial de 2009, o que acabou por colocar em causa muitos dos progressos conseguidos. Contudo, foram obtidos ganhos significativos em algumas metas, nomeadamente nas áreas da saúde e da educação, e resultados positivos em outras áreas como as questões do género e da saúde materno-infantil. No entanto, continuam a ser observadas grandes disparidades entre o meio rural e o urbano, em todos os níveis, apesar de terem sido elaboradas novas políticas e estratégias e executados vários programas no sentido de diminuir as assimetrias entre esses meios.

Em Cabo Verde têm vindo a ser implementadas medidas de políticas estratégicas, sobretudo em atividades geradoras de rendimentos, como são os casos de agronegócios para a redução da pobreza extrema, principalmente no meio rural. Falta, porém, o desenvolvimento de estratégias que promovam um maior engajamento a nível local e regional, de modo a mitigar os efeitos da pobreza também no meio urbano, tendo em consideração a redução das ajudas externas devido, em certa medida, à ascensão de Cabo Verde a país de desenvolvimento médio baixo, e o conseqüente aumento dos empréstimos, ao mesmo tempo que se tenta manter estabilidade macroeconómica do país.

Destaca-se à meta que elege a insegurança alimentar como elemento estável e central das políticas públicas de desenvolvimento, tendo em conta que, a questão da fome já não se

encontra muito incipiente em Cabo Verde.

O setor da educação sofreu alguns avanços, num sistema onde o acesso ao ensino tem aumentado e, conseqüentemente, baixado drasticamente as taxas de analfabetismo, o que poderá permitir melhores condições de inclusão e equidade entre géneros. A qualificação e empoderamento das mulheres, ainda longe das metas objetivadas, é uma realidade em Cabo Verde.

O setor onde os ganhos são maiores é o da saúde, com redução da mortalidade infantil e adoção de estratégias que melhoraram a saúde materno-infantil e contribuíram, em certa medida, para a luta contra o VIH/Sida, combate à malária e tuberculose. Entretanto, continuam visíveis falhas no que tange ao saneamento básico, ao abastecimento de água potável e preservação do meio ambiente, e que influenciam negativamente as questões da saúde pública. Ainda, demanda-se por políticas públicas, no sentido de sanar essas debilidades e garantir o mínimo de qualidade de vida à população. Nesse sentido, é de fulcral importância promover, especialmente, no âmbito do ordenamento do território, medidas que alavanquem o desenvolvimento do nível local ao regional.

- *os entraves à internacionalização da economia cabo-verdiana*

A internacionalização da economia constitui um dos principais fatores para o desenvolvimento de qualquer país e, sendo assim, de Cabo Verde, visto que os benefícios advindos das práticas relacionais, permitem expandir o mercado e promover o reconhecimento a escala mundial, de modo a conseguir mais parcerias para alavancar a economia e garantir o desenvolvimento a todos os níveis.

O processo de internacionalização da economia cabo-verdiana tem como principais entraves questões relacionadas com o desemprego, a pobreza, a desigualdade sociais, a falta de estímulos ao sector privado, devidas as elevadas taxas tributárias, a fraca capacidade das instituições públicas, muito pelo défice de capital humano e social, as políticas pouco abrangentes na área do turismo, o fraco aproveitamento da posição geoestratégica e a deficiente exploração do setor primário.

Os entraves acima referidos acabam por conferir um fraco dinamismo à economia de Cabo Verde, fatores que representam barreiras a pressupostos da internacionalização da economia, a produtividade, a competitividade e a atratividade. Ainda, há falta de articulação

entre agentes locais, regionais e nacionais, já que não se verifica a devida exploração das características territoriais e da população cabo-verdiana. Apesar de alguns esforços levados a cabo, persiste a carência de políticas estratégicas para eliminar esses entraves. Assim, deve ser dado um foco especial na capacitação das instituições públicas e privadas, através da valorização dos recursos humanos, de forma a garantir a qualificação necessária, no momento de estabelecer parcerias económicas na sub-região e noutros continentes e saber tirar melhores vantagens das potencialidades do país no que concerne ao turismo, ao *cluster* do mar e a localização geográfica, de modo a estreitar laços comerciais, e não só, como forma de atrair o investimento estrangeiro.

- *modelo de cluster do mar para o desenvolvimento Cabo Verde assente no capital social*

O modelo de desenvolvimento alternativo para Cabo Verde, seria um modelo que projete os objetivos estratégicos de médio e longo prazo assentes na transformação do Estado, que tem por base a modernização da administração pública e o reforço da administração municipal, ganhos permanentes da democracia, como condição para a continuação de um crescimento sustentado, do aprofundamento da coesão social, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mais espaços de participação, afirmação da qualidade da nação global, economia moderna e competitiva, cujo objetivo primeiro e último deverá ser a redução da taxa de desemprego.

A sociedade do conhecimento para a inovação, qualificação e emprego, que signifique modernidade, saber e conhecimento tecnológico, mas, sobretudo, mais emprego durável, novas tecnologias de informação e comunicação que induzam para a qualificação do capital humano, numa óptica de combate à infoexclusão, cultura e desenvolvimento enquanto vetores fundamentais do desenvolvimento económico e da coesão social, solidariedade social ativa que contenha fortemente a responsabilidade social na redução da pobreza e inclusão contínua, assegurando-se, para isso, uma taxa de crescimento médio superior a 5%, com base em *cluster* do mar e capital social, bem como esforços na articulação e coordenação dos vários planos e programas sectoriais em curso no país por forma contribuir para a melhoria das condições de vida das populações.

A Figura 8 elucida o modelo integrado sobre *cluster* do mar que, caso venha a ser implementado com base em medidas de políticas públicas e estratégias adequadas, poderá constituir-se num modelo alternativo-complementar para o desenvolvimento de Cabo Verde.

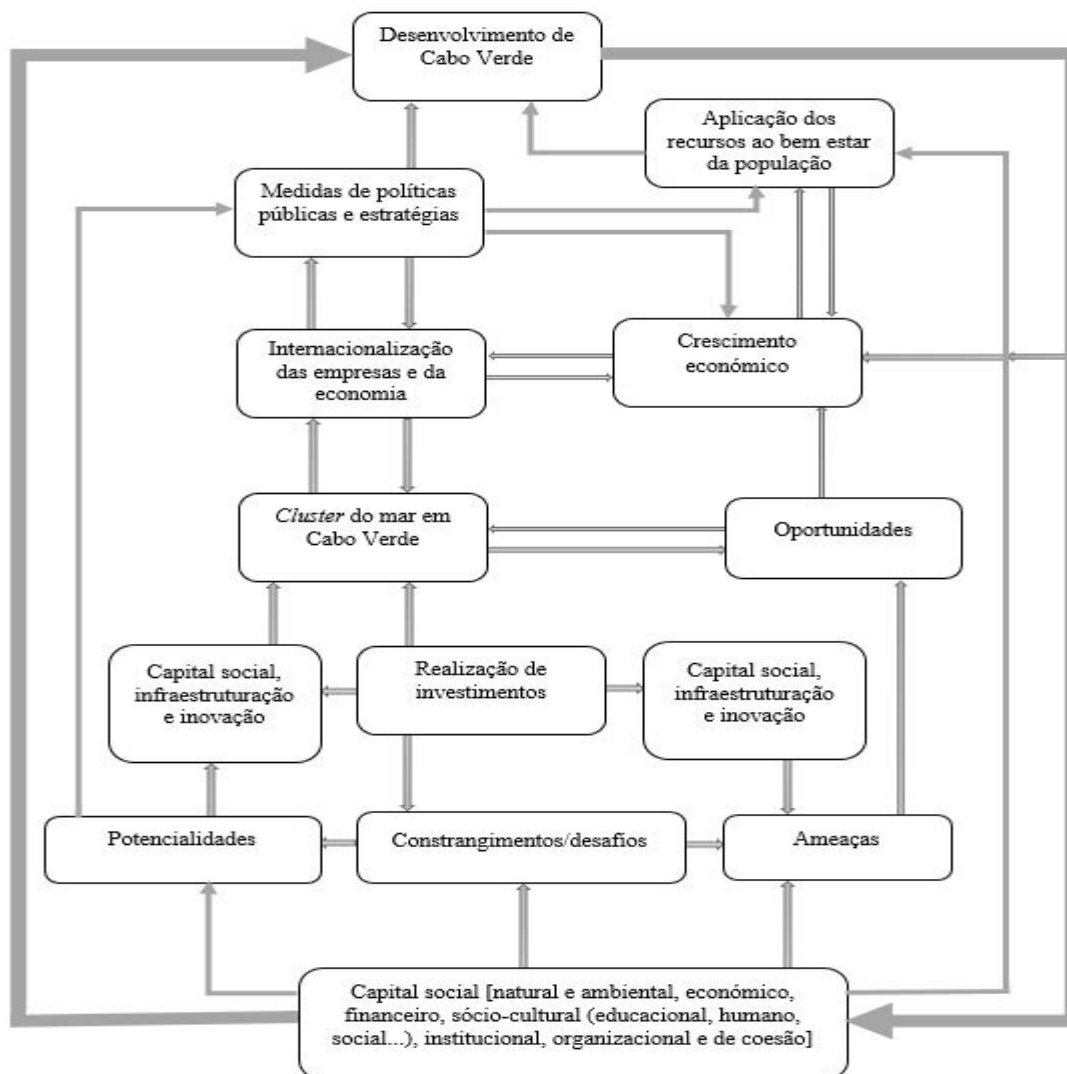


Figura 8: Modelo integrado sobre *cluster* do mar e desenvolvimento de Cabo Verde ( Varela, 2015)

Da análise da Figura 8, pode-se evidenciar que, para a implementação do modelo integrado sobre o *cluster* do mar e contribuir para o desenvolvimento de Cabo Verde, deve-se ter em consideração o capital social [natural e ambiental, económico, financeiro, sociocultural (educacional, humano...)], institucional, organizacional e de coesão social, económica e territorial, e entre os atores desse processo, com recursos aos investimentos público-privados, tanto nacionais como estrangeiros, transformar os constrangimentos/desafios em potencialidades, reforçar o capital social, a infraestruturção e a inovação, e aproveitar vantagens comparativas do país, as ameaças como oportunidades e, numa dinâmica recíproca

entre as várias componentes, implementar o *cluster* do mar, a internacionalização das empresas e da economia, a competitividade do país, o crescimento económico, executar as medidas de políticas públicas e estratégias assertivas, aplicar os recursos gerados ao bem-estar da população, reforçando mutuamente a interação entre os diversos componentes e processos intrínsecos à implementação do *cluster* que poderá vir a constituir-se numa das estratégias para a internacionalização das empresas, da economia, podendo assim constituir um modelo alternativo-complementar de desenvolvimento do país.

É de referir que, para além da apresentação de uma proposta de modelo integrado do *cluster* do mar para Cabo Verde, quanto a análise do desenvolvimento na ótica dos políticos locais, há que se ter em consideração a dimensão dos seus horizontes de decisão e de implementação de medidas de políticas públicas e estratégias assertivas para a implementação desse modelo de desenvolvimento.

Os países insulares, como é o caso de Cabo Verde, a aposta deve ser no desenvolvimento sustentável e, sendo assim, ter a garantia de que os recursos futuros não sejam comprometidos e que as gerações vindouras venham a beneficiar de melhores condições de vida a todos os níveis, o que pode ser considerado, em certa medida, uma utopia, ou pelo menos, difícil de se concretizar.

A relevância económico-financeira surge com uma particular premência, e não são de menos importância as dimensões ambiental e social em interação com as demais variáveis intrínsecas ao desenvolvimento. Ainda, deve-se levar em consideração a coesão social local-comunitário, regional e nacional, as sinergias, coesão institucional e organizacional, com base na cooperação e numa participação ativa e efetiva entre os atores do processo na mobilização dos recursos necessários, implementação de medidas de políticas e estratégias, realização de investimentos, infraestruturação e inovação, reforço do capital social, produção de conhecimentos para a implementação do *cluster* do mar, internacionalização das empresas e da economia e, sendo assim, o crescimento económico e desenvolvimento do país. No entanto esse processo está invertido, por não estar em conformidade com os fundamentos académicos e científicos, como é o caso do proposto na Figura 8, pelo que, mais uma vez, está-se a importar um modelo, cujos resultados não serão os esperados, caso não seja repensado cientificamente, tendo em consideração, de entre outros aspectos, a realidade do país, a globalização e a internacionalização das empresas e das economias e conjuntura económica e financeira mundial.

### *Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução*

Para além dos constrangimentos/desafios e das ameaças à implementação do *cluster* do mar já abordados, bem como dos *clusters* do aeronegócio, agronegócio, do turismo e das TICs em construção, é importante ter presente que o país tem de mobilizar avultados recursos internos, junto a comunidade internacional e através do Investimento Direto Estrangeiro (IDE), sobretudo os meios financeiros para a realização de investimentos a todos os níveis e setores, por forma a transformar as vantagens comparativas em vantagens competitivas, num ambiente económico desfavorável para Cabo Verde, ao comparar, por exemplo, com países como o Senegal, as ilhas Maurícias e Seychelles.

- *medidas de políticas e estratégias para a implementação de um modelo de gestão pública em Cabo Verde assente no cluster do mar*

Os setores de atividades, tanto públicos como privados, que tenham em conta, enormes desafios à sua capacidade de trabalhar, de inovar e de aceitar a modernidade e a excelência, a única via para nos próximos tempos é o domínio da ciência e da tecnologia, alcançar níveis de excelência do saber e do conhecimento, reduzir a pobreza e o desemprego, criar bases sustentadas de qualidade de vida, elevados índices de desenvolvimento humano. É esse o caminho a prosseguir para novos patamares de responsabilidade, produção e produtividade altamente competitivos, qualificação permanente da capacidade de pesquisa e gestão do desenvolvimento.

Cabo Verde, para prosseguir com sucesso os desafios de desenvolvimento, tem que procurar criar riquezas e a prosperidade partilhada através de vantagens da participação ativa no mercado global, ou seja, precisará de um sistema dinâmico de produção, capacidades humanas bem desenvolvidas, ênfase no desenvolvimento tecnológico e cultural e alinhar a solidariedade social ao crescimento económico, em permanência aprofundar a democracia, implementar o *cluster* do mar tendo por base o capital social, realizar investimento de forma adequada na infraestruturação económica do país (portos, aeroportos, estradas, energia, saneamento), enquanto suportes imprescindíveis ao desenvolvimento da competitividade visto que é determinante para a unificação do mercado interno. Assim, é necessário identificar e planear as atividades do *cluster* do mar e da economia marítima, do agronegócio, do turismo, do aeronegócio e das TICs.

Face aos resultados alcançados e aos novos desafios da dinâmica de desenvolvimento de Cabo Verde, serão ajustadas e implemetadas as medidas de políticas e estratégias a

respeito do *cluster* do mar assente no capital social, a globalização e a internacionalização da economia cabo-verdiana ancorada numa dinâmica de crescimento dominada pela transição de um paradigma de desenvolvimento assente em vantagens comparativas para um outro mais exigente baseado em vantagens competitivas.

É de acrescentar que é necessário o refoço da descentralização e o aprofundamento do poder local, o que pressupõe um conjunto de reformas globais e de ação e iniciativas públicas visando o desenvolvimento institucional dos municípios, a capacitação dos seus recursos humanos, a consolidação da autonomia municipal, a modernização da administração municipal, o fomento da solidariedade municipal e a consolidação da tutela de legalidade. Ainda, deve-se ter em consideração a necessidade de resolver os problemas do transporte marítimo interilhas de qualidade.

A implementação do *cluster* do mar enquanto modelo alternativo-complementar de desenvolvimento tem de ter por base o capital social, o ordenamento do espaço marítimo, a gestão integrada da orla costeira, a focagem na cartografia das atividades humanas existentes e potenciais, bem como nos outros instrumentos de ordenamento do espaço marítimo, das águas marinhas e da orla costeira, a gestão da interface terra/mar e gestão/exploração da economia marítima.

As parcerias estratégicas são indispensáveis para a implementação do *cluster* do mar e o desenvolvimento do país, por serem mecanismos importantes de divulgação do mercado e expansão das fronteiras comerciais, do reforço dos processos de globalização, mundialização e internacionalização das empresas e das economias e, sendo assim, o desenvolvimento dos setores diretos ou indiretamente ligados à economia marítima. Ainda, essas parcerias podem possibilitar o aproveitamento e enriquecimento das experiências bem-sucedidas em outras paragens, a produção de conhecimento local sobre os *clusters*, a inovação, a dinamização da economia, a criação da riqueza, o que com base em políticas públicas e estratégias assertivas poderão contribuir para o desenvolvimento do país, caso não for condicionado pela lógica dos investimentos estrangeiros e, sendo assim, das empresas transnacionais e dos países desenvolvidos.

## **4. ABORDAGEM METODOLÓGICA**

### **4.1. Definição do problema de investigação**

O problema de investigação consiste em formular de maneira explícita, clara, compreensível e operacional, a dificuldade com a qual se defronta e à qual se pretende dar a resposta (Sousa & Baptista, 2011 :18).

O problema de investigação pode ser definido com uma pergunta ou uma preposição. E, a escolha do problema deve ser feita de acordo com o interesse pessoal do investigador, e tem de ser algo inovador e ter um sentido de oportunidade e um valor académico e prático, de acordo com as capacidades do investigador, nomeadamente *background*, formação, recursos físicos, financeiros e tempo disponível, bem como acessibilidade aos dados (Sousa & Baptista *op. cit.* :20-21).

As fontes para a definição do problema devem ser do interesse e da experiência do investigador, a vontade de testar a aplicação de uma teoria a um problema real e a replicação de resultados e/ou conclusões contraditórias em estudos prévios (*ibid* :21).

Traduzir um problema sob a forma de uma questão de investigação, é um processo que deve ser feito com algum cuidado e de acordo com os critérios previamente definidos (*ibid* :25).

Os critérios a considerar na avaliação dos problemas de investigação são a exequibilidade (*feasibility*), a relevância, a clareza, as pistas para o tipo de investigação que se pretende realizar, referência à população ou amostra, bem como a explicitação das vantagens a investigar, num número moderado de especificidade (McMillan & Schumacher, 2001).

Com base nos fundamentos acima apresentados, é de frisar que a problemática do desenvolvimento das regiões e dos países, tendo em consideração os diferentes modelos a esse respeito, com realce para os *clusters* e, sendo assim, o cluster do mar, deve ser debatida nos meios académicos e científicos, o que é extensivo ao caso de Cabo Verde. Ainda, é necessário focar essa problemática e sugerir as possíveis medidas de políticas e estratégias que devem estar no centro das atenções dos dirigentes, e tida em consideração em termos de medidas de políticas públicas, refletindo sobre ela a nível nacional e regional, reforçar o capital, tanto social, humano, educacional, ambiental, tecnológico e financeiro, por forma a aumentar a criação de bens e serviços, garantir o bem-estar social, a qualidade do meio ambiente e, sendo assim, o cumprimento dos ODM pós 2015.

Com base no exposto, neste projeto, abordou-se as seguintes questões: Quais os pontos fortes e fracos, as ameaças e as oportunidades ao desenvolvimento de Cabo Verde? Que comentário se pode fazer sobre os modelos de desenvolvimento implementados em Cabo

Verde? Que apreciação se pode fazer sobre o nível de desenvolvimento alcançado por Cabo Verde, tendo em consideração os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio? Quais os entraves a internacionalização da economia cabo-verdiana? Que modelo de *cluster* do mar devem ser implementado para o desenvolvimento Cabo Verde? Que medidas de políticas públicas e estratégias devem ser levadas em consideração, e que poderão contribuir para a implementação de um modelo de gestão pública em Cabo Verde, com base em *cluster* do mar?. Para abordar as questões acima apresentadas, fez-se o desenho da investigação com base nos objetivos formulados e na revisão da literatura e os dados a esse respeito.

## **4.2.Desenho de investigação**

Tendo em consideração o tipo do problema a ser investigado, o processo metodológico adotado para a realização desta investigação sedimentou-se num proceder guiado por um enfoque qualitativo e de carácter exploratório na relação, organização e análise dos dados.

O estudo de caso é uma abordagem empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real, quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes, e no qual são utilizadas muitas fontes para a obtenção dos dados (Carmo & Ferreira, 1998 :216).

Para Caromo e Ferreira (Carmo & Ferreira *op. cit.* :216), põe em evidência que o estudo de caso constitui a estratégia preferida quando se quer responder às questões de ‘como’ ou ‘porquê’, pelo que o investigador não pode exercer controlo sobre os acontecimentos e o estudo focaliza-se na investigação de um fenómeno atual no seu próprio contexto.

A investigação descritiva implica estudar, compreender e explicar a situação atual do objeto de investigação. Ainda, inclui a recolha de dados para testar hipóteses ou responder às questões que lhe digam respeito (*ibid* :213). Ainda, esse tipo de pesquisa descreve de forma rigorosa e clara um dado objeto estudo na sua estrutura e funcionamento (Marshall & Rossman, 1999:40-41; Sousa & Baptista, 2011:57).

Os estudos exploratórios têm por objetivo proceder ao reconhecimento de uma dada realidade pouco ou deficientemente estudada e levantar hipóteses de entendimento dessa realidade (*op. cit.* : 40-41; *op. cit.* : 57).

É de realçar que, neste estudo, o desenho da investigação foi feito de forma a: i) adotar a metodologia e métodos apropriados ao problema; ii) formular as questões; iii) definir o objeto de estudo desta investigação; iv) clarificar e orientar a investigação; v) definir os objetivos de investigação; vi) formular o problema e as hipóteses de investigação; vii) selecionar a

bibliografia e a legislação a serem consultadas; viii) obter os dados e as informações por meios apropriados; ix) fazer a análise e a discussão dos dados e das informações; x) fazer a síntese do resultado de estudo e; xi) comunicar os resultados desta investigação.

#### **4.2.1. Modelo e organização de investigação**

O modelo de investigação toma a forma de estudo de caso e de carácter qualitativo, referente à realidade concreta de uma pequena economia aberta e tem como base os tradicionais modelos de desenvolvimento.

As provocações iniciam-se com o posicionamento do tema do estudo, com destaque para a contextualização, os objetivos propostos, bem como os aspetos relativos a revisão da literatura e uma síntese de metodologia de investigação constantes da *parte introdutória* deste trabalho. Ainda, apresentou-se na segunda parte do estudo o historial sobre o *cluster* do mar o desenvolvimento

Como forma de compreender e fazer uma abordagem sobre essa temática, na terceira parte do estudo incidu-se sobre o *cluster* do mar e desenvolvimento de Cabo Verde, evidenciando os constrangimentos e propostas de solução, as características demográficas e socioeconómicas de Cabo Verde a visão e as estratégias a esse respeito, as matrizes de convergências para o cumprimento dos ODM, bem como as de fixação das metas dos ODM e do investimento público por município, as políticas públicas e combate a pobreza, os modelos de desenvolvimento por Cabo Verde, com ênfase para o *cluster* do mar, tendo presente o enquadramento institucional a visão estratégica sobre esse modelo de desenvolvimento.

Em relação a quarta parte deste estudo referente à *abordagem metodológica*, definiu-se o problema e o desenho de investigação, os tipos de dados do estudo, bem como as técnicas de recolha e análise dos dados, por forma a fazer a discussão do resultado do estudo.

#### **4.2.2. Tipos de dados do estudo**

Após a definição da estratégia de investigação, fez-se a recolha dos dados, tendo em consideração a formulação de, entre outras, as seguintes questões: i) *como obter os dados/informações?*; ii) *qual a natureza desses dados/informações?*; iii) *onde procurar esses dados/informações?*

Com base nas questões acima referidas, ficou evidente que se pode realizar a pesquisa recorrendo às fontes primárias e secundárias.

Os dados primários são informações que se pode obter diretamente através da conceção e aplicação de inquéritos, planeamento e condução de entrevistas e em estudos baseados em observação (Sousa & Baptista, 2011 : 71).

É de frisar que os dados secundários resultam da análise documental, e o investigador tem acesso a informações trabalhadas por terceiros, com recurso aos livros, dicionários, enciclopédias, *internet*, revistas científicas, jornais, os quais formam o conjunto das principais fontes de informação (Sousa & Baptista *op. cit* : 71) e, sendo assim, a base fundamental para a realização deste trabalho, apesar de se ter realizado entrevistas informais aos investigadores e responsáveis em matéria do *cluster* do mar e desenvolvimento.

#### **4.2.3. Técnicas de recolha e análise de dados**

Ao considerar que as técnicas de recolha de dados é conjunto de processos operativos com o objetivo de recolher os dados empíricos enquanto parte fundamental da investigação (Sousa & Baptista, 2011: 71). Assim, foi importante o recurso à revisão da literatura e estudo documental de modo a que se possa fundamentar a respeito dos pressupostos formulados sobre um determinado problema, como é o caso deste estudo.

Nas abordagens sobre *cluster* do mar e desenvolvimento, referentes às dimensões empíricas estão patentes que este estudo norteia-se por pressupostos e conjeturas, pelo que essa temática foi analisada e discutida à luz dos resultados empíricos, tendo em consideração os objetivos, as perguntas de partida, o referencial teórico, bem como a metodologia previamente definida e a literatura a esse respeito.

## **CONCLUSÕES GERAIS E SUGESTÕES**

A presença de *clusters*, tanto no setor da economia marítima como em outros setores de prestações de serviços e da indústria de transformação assume, cada vez mais, importância para o desenvolvimento da região onde estão inseridos. O surgimento de aglomerações produtivas nas diversas regiões do país pode ser uma alternativa para a melhor distribuição da riqueza, a diminuição das assimetrias e o desenvolvimento regional.

É reconhecida a importância do mar para o desenvolvimento de Cabo Verde, enquanto pilar importante na internacionalização da economia, pelo que a utilização da sua posição estratégica e a ZEE na construção de uma economia marítima competitiva com base *cluster* é um elemento-chave para o desenvolvimento do país, com realce para o transbordo, a transformação, a conservação e a exportação do pescado, o turismo de valor acrescentado, a ciência e a tecnologia marítima e o comércio marítimo.

Para além das potencialidades de Cabo Verde e dos setores de atividade que possam vir a integrar o *cluster* do mar, os efeitos geográficos, nomeadamente a dimensão, a descontinuidade territorial e a insularidade, constituindo, assim, limitações específicas como o isolamento, problemas ambientais, a par da limitada capacidade institucional, bem como os constrangimentos no acesso ao capital externo, condicionando a realização de investimentos e o comércio internacional e a implementação do cluster do mar, a internacionalização da economia e o desenvolvimento do país.

Pode-se, ainda, concluir que a inexistência de um modelo uniforme de autoridade marítima, bem como o défice, sobretudo do capital financeiro, humano, social e organizacional, a par da ausência de uma massa crítica para se debater os modelos de desenvolvimento a nível académico e científico, evidenciam as falhas em termos de medidas estratégicas e de políticas públicas na implementação do *cluster* do mar em Cabo Verde.

É de referir que, em Cabo Verde, o *cluster* da economia marítima está em construção, e trata-se de um modelo de desenvolvimento que tem como denominador comum o que é considerado o maior recurso do país – o mar. No entanto, há muito trabalho a ser desenvolvido, sobretudo na arquitectura organizacional exigida, nos meios humanos e equipamentos necessários, no ordenamento do espaço marítimo e na gestão integrada e sustentável da orla costeira, na dinamização e organização dos setores e parceiros estratégicos envolvidos, na criação de sinergias e interação com o *know-how* de outros países com uma vasta experiência em matéria de *clusters*.

### *Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução*

O ordenamento do espaço marítimo e a gestão integrada da orla costeira como instrumentos essenciais e complementares, devem focar-se na cartografia das atividades humanas, existentes e potenciais, de modo a preparar planos de ordenamento do espaço marítimo, das águas marinhas e da orla costeira, o que permitirá uma maior gestão da interface terra/mar e a gestão/exploração de forma racional e programada as atividades marítimas e costeiras.

Em Cabo Verde, o mar é um vetor estratégico, não só para a prosperidade económica, como também para o abastecimento e a segurança alimentar, e que requer o estabelecimento de sinergias entre as diversas políticas setoriais, de forma a obter um equilíbrio propulsor entre as várias dimensões do desenvolvimento marítimo, e que garantem, ao mesmo tempo, a preservação dos respetivos recursos. Assim, há necessidade de fomentar políticas de desenvolvimento económico, através de uma abordagem múltipla, que abranja aspetos tão variados como a marinha e os portos, os transportes, as pescas, o turismo, a tecnologia, as ciências do mar, bem como os serviços internacionais ligados ao mar.

Tendo consideração a crescente globalização, mundialização e internacionalização das economias, os países em desenvolvimento, e em decorrência do défice do capital, sobretudo do capital social entre os responsáveis das unidades administrativas, e entre estes e os outros agentes de desenvolvimento, podem constituir-se em constrangimentos à implementação dos *clusters* e, sendo assim, do *cluster* do mar em Cabo Verde, e que requerem políticas e estratégias integradas, abrangendo as diversas áreas de competências numa estrutura de coordenação, dinamização e operacionalização, assente na articulação e na participação dos agentes público-privado envolvidos, de forma a aproveitar as sinergias resultantes da atuação inter e multidisciplinar e complementar, num quadro de co-responsabilização das diferentes políticas setoriais, e assim construir uma economia marítima forte, aproveitando as vantagens comparativas em vantagens competitivas e, sendo assim, para o fortalecimento de negócios geradores de crescimento e emprego e que contribuam para o reforço do setor empresarial privado e do desenvolvimento a nível nacional, regional e, sendo assim, local e comunitário.

Para atingir o objectivo de reforçar o papel do mar, enquanto pilar fundamental para a viabilidade futura do país os assuntos relacionados com o mar devem, de igual modo, ser objeto de um reforço de coordenação e integração num grande *cluster*, com o objetivo de construir uma economia marítima forte e competitiva voltada para o desenvolvimento de negócios geradores de crescimento e emprego e que contribuam para o reforço do setor privado e empresarial.

### *Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução*

Dever-se-á virar as atividades para o mar e direcionar políticas governamentais para a sua efetivação. A aposta nos recursos humanos nacionais, na sua capacitação, no desenvolvimento da investigação científica, capacitar, organizar e dinamizar os armadores de pesca, a marinha mercante, dotar o país de equipamentos e tecnologia sofisticada para o controlo e domínio da Zona Económica Exclusiva.

Novos desafios são colocados ao país, relacionados com o mar e a sua economia, a marinha mercante, a fiscalização e monitorização das águas, na melhoria do aspecto visual e paisagístico da nossa orla costeira, a segurança dos navios, as operações marítimas, a na prevenção de situações de calamidades e naufrágios e na oferta de espaços públicos de lazer de qualidade.

As parcerias estratégicas são de capital importância para o desenvolvimento do país, na medida em que constituem importantes mecanismos de divulgação do mercado e expansão das fronteiras comerciais e a internacionalização da economia.

A implementação do *cluster* do mar enquanto um dos modelos alternativo-complementar para o desenvolvimento de Cabo Verde requer, de entre outras medidas de políticas e estratégias, o reforço do capital financeiro, humano e social/organizacional, a adequação do quadro jurídico e institucional, a promoção a iniciativa privada nacional e a atração dos investidores externos, a uniformização do modelo de autoridade marítima, a segurança marítima, bem como a investigação científica sobre *clusters* e desenvolvimento e, sendo assim, transformar as vantagens comparativas em vantagens competitivas.

Os vetores e os limites do investimento Direto Estrangeiro, as lógicas das empresas transnacionais protagonistas de acumulação assimétrica do capital internacional e as políticas das regiões centrais com o poder sobre as redes de troca, os *clusters* e os excedentes, a custa das regiões e dos países menos desenvolvidos podem condicionar, em certa medida, o modelo do *cluster* do mar a ser implementado em Cabo Verde e, sendo assim, os objetivos preconizados para o país em termos de desenvolvimento.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **1. Livros e artigos científicos**

- Addison, T., Mavrotas, G. & McGillivray, M. (2005). United Nations in aid, debt relief and new sources of finance for meeting the millennium development goals. *In Journal of International Affairs*, 58(2), pp. 113-127.
- Ahmed, A., & Cleeve, E. (2004). Tracking the millennium development goals in Sub-Saharan Africa. *In International Journal of Social Economics*, 31(1), pp. 9-29.
- Alston, P. (2005). Ships passing in the night: the current state of the human rights and development debate seen through the lens of the millennium development goals. *In Human Rights Quarterly*, 27(3), pp. 755-829.
- Amin, S. (2006). The millennium development goals: a critique from the South. *In Monthly Review*, 57(10), pp. 1-15.
- Appadural, A. (2001). *Après le colonialisme: les conséquences culturelles de la globalisation*. Paris: Payot.
- Associação Nacional dos Municípios Cabo-verdianos (2010). *Matriz de convergência dos municípios cabo-verdianos para os ODM*. Praia: ANMCV.
- Beck, U. (2003). *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation*. Paris: Aubier.
- Berhring, E. R. & Boschetti, I. (2008). *Política social: fundamentos e história*. Vol. 2, 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Blanchard, O. & Gali, J. (2005). Real wage rigidities and the new keynesian model. *Working Paper, number 05-14*, Federal Reserve Bank of Boston.
- Boix, C. & Posner, D. N. (1998). Social capital: explaining its origins and effects on government performance. *In British Journal of Political Science*, pp. 686-693.
- Bourdieu, P. (2002). The forms of capital. In Halsey A.H. Lauder, Haugh, Brown, Phillip e Weels, Amy Stuart (eds). *Education, culture, economy and society*. Oxford: Oxford University Press, pp.80-95.
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social: notes provisoires. *In Actes de la Recherché en Sciences Sociales*, n.º 31.
- Bourdieu, P. (1979). Les trois états du capital culturel. *In Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 31, pp. 3-6.
- Brito, J. (2011). *Cluster do mar e as suas potencialidades*. Apresentado ao Fórum sobre o Cluster do Mar em Cabo Verde. Praia: GCV.

- Brito, J. S. & Szymaniak, W. J. (2012). Memória esquecida de experiências oceanográficas em Cabo Verde: expedições de Jacques-Yves Cousteau, Théodore Monod e Auguste Piccard. In Contacto. In *Revista da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde*, n.º 1, pp. 69-76.
- Cândido, G. A. (2002). *A formação de redes interorganizacionais como mecanismo para geração de vantagem competitiva e para promoção do desenvolvimento regional: o papel do estado e das políticas públicas neste cenário*. (Programa de Pós-graduação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: Brasil
- Cândido, G. A. (2001). *Fatores críticos de sucesso no processo de formação, desenvolvimento e manutenção de redes interempresariais do tipo agrupamento industrial entre pequenas e médias empresas: um estudo comparativo de experiências brasileiras*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Brasil.
- Caride, J. A. & Gradille, R. (2006). Educación en el desarrollo comunitário, perspectivas pedagógico y sociais da sustentabilidade. In *compilação das matérias no âmbito do Programa de Doutorado em EDH em Cabo Verde*. Santiago de Compostela: Faculdade de Ciências da Educación da Universidade de Santiago de Compostela.
- Caride, J. A. (2005). *Las fronteras de la pedagogía social: perspectivas científica e histórica*. Barcelona: Editorial Gedisa, S.A.
- Carmo, H. & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Casarotto, R. M. (2002). *Redes de empresas na indústria da construção civil: definição de funções e atividades de cooperação*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Brasil.
- Casarotto, N. & Pires, L. H. (1999). *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana*. São Paulo: Atlas.
- Clemens, M. A. et. al. (2007). The trouble with the MDGs: confronting expectations of aid and development Success. In *World Development*, 35(5), pp. 735-751.
- Coleman, J. S. (1988). The social capital in the creation of human capital. In *American Journal of Sociology*, vol. 94, Supplement.

- Coleman, J. S. (1987). Norms as social capital. In Radnitzky & Bernholz. *Economic imperialism: the economic method applied outside the field of economics*. New York: Paragon House Publishers.
- Correia, S. (2007). *Capital social e comunidade cívica, o círculo vicioso da cidadania: aplicação do modelo de Putnam aos residentes do bairro de Caselas*. Lisboa: Edições Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade Técnica de Lisboa.
- Direcção-Geral das Alfândegas de Cabo Verde (DGA-CV) (2013). *Relatório sobre a importação e exportação de Cabo Verde em 2012*. Praia: DGA-CV.
- Durkheim, É. (1995). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- Empresa Nacional dos Portos de Cabo Verde (2014). *Relatório de atividades*. Praia: ENAPOR.
- Falk, R. (2001). *Globalização predatória: uma crítica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Florida, R. (2004). *The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community, and everyday life*. New York: Basic Books.
- Fonseca, M. (2011). *@vós.tic: o aumento do capital sociocultural nos seniores mediante a alfabetização e uso das tic*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Salamanca. Salamanca: Espanha
- Food and Agriculture Organization (FAO) (1997). *A investigação haliêutica em Cabo Verde*. Praia: FAO.
- Fukuyama, F. (1996). *Confiança: as virtudes sociais e a criação da propriedade*. Rio de Janeiro: Editorial Rocco.
- Fukuda-Parr, S. & Hulme, D. (2011). International norm dynamics and the end of poverty: understanding the millennium development goals. *In Global Governance*, 17 (1), 17-36.
- Governo de Cabo Verde (2014). O cluster do mar. *In Comunicar Administração Pública*, n.º 26, pp. 2-5.
- Governo de Cabo Verde (GCV) (2011). A implementação do cluster do mar em Cabo Verde. *Comunicação apresentada ao Fórum sobre o Cluster do Mar em Cabo Verde*. Praia: GCV.

- Grootaert, C. et. al.(2003). *Questionário integrado para medir capital social*. Washington: Banco Mundial.
- Hammick, A. (2014). *Îles de l' Atlantique: Açores, Madère, Canaries et Cap Vert*. 3<sup>re</sup> édition.Paris: Éditions Vagnon-Fleurus.
- Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (INDP-CV) (2007). *Libéralisation du commerce et gestion durable des secteurs halieutiques en Afrique de l'Ouest: étude de cas du Cap Vert*. Dakar: Enda Éditions.
- Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (INDP-CV) (1999). *Diagnóstico do sector da pesca na ilha de Santiago*. Praia:INDP.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) (2010).*Recenseamento geral de população e habitação de 2010*.Praia:INE.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) (2008).*Classificação das actividades económicas de Cabo Verde* .Praia:INE.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) (2000).*Recenseamento geral de população e habitação de 2010*.Praia:INE.
- Jary, D. & Jary; J.(1995).*Dictionary of sociology*. 2<sup>nd</sup> edition.Glasgow: HarperCollins Publishers.
- Komatsu, R. et al. (2007). Global fund-supported programmes' contribution to international targets and the millennium development goals: an initial analysis. *In World Health Organization.Bulletin of the World Health Organization*, 85(10), 805-811.
- Latouche, S. (2007). *Que ética e economia mundiais: justiça sem limites*. Lisboa:Instituto Piaget.
- Latouche, S. (1999).*Os perigos do mercado planetário*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lemaire, J. (1999).*Desenvolvimento internacional da empresa: estratégias de internacionalização*.Lisboa: Instituto Piaget.
- Lewis, Ó. (1964). *Los hijos de sánchez*. México: s/Ed.
- Livramento, J. L. (2013). *Cabo Verde: de uma economia de renda para um modelo de economia sustentável*.Coimbra:Edições Almedina, S.A.
- López Martín, R. (2000). *Fundamentos políticos de la educación social*. Madrid:Síntesis.
- Mander, J. & Goldsmith, E. (1997). *Economia global e economia local: a controvérsia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Marshall, C.&Rossman, G. B. (1999).*Designing qualitative research*. 3<sup>rd</sup> Ed. California: Sage Publications.

*Cluster do Mar e Desenvolvimento de Cabo Verde: Constrangimentos e Propostas de Solução*

- Matos, C. A. (2011). *O sistema de segurança marítima e o cluster do mar*. Apresentado ao 1.º Fórum sobre o Cluster do Mar em Cabo Verde. Praia: MIEM.
- McMillan, J.H.& Schumacher, S. (2001). *Research in education: a conceptual introduction*. New York:Harper Collins.
- Minc, A. (1997). *O triunfo da mundialização*.Lisboa: Instituto Piaget.
- Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca de Cabo Verde (MAAP-CV) (2003).*Plano de gestão dos recursos da pesca 2004-2014*. Praia: MAAP-CV.
- Ministério do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos de Cabo Verde (2010).*Estratégia do programa de Cabo Verde de 2009 a 2012*.Praia: MADRM.
- Ministério das Finanças de Cabo Verde (MF-CV) (2010). *Relatório de progresso de execução dos ODM*. Praia: MF-CV.
- Ministério das Finanças de Cabo Verde (MF-CV) (2009). *Relatório de progresso de execução dos objectivos de desenvolvimento do milénio*.Praia:MF-CV.
- Norel, P. (2006). *A invenção do mercado: uma história económica da mundialização*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Omona, J. (2010). Meeting the millennium development goals' targets: proposed UN global governance framework to confront challenges of the 21st century.*In Journal of Social Development in Africa*, 25(1), pp. 129-159.
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2010).*Boosting innovation: the cluster approach*. Paris: OECD.
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2010). *Relatório sobre os objectivos de desenvolvimento do milénio 2010*. Nova Iorque: ONU.
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2005). *Investimento no desenvolvimento: um plano prático para atingir os objectivos de desenvolvimento do milénio*.Nova Iorque: Millennium Project.
- Orssatto, C. (2002) *A formulação das estratégias da empresa de um ambiente de aglomeração industrial*. (Tese Doutoramento). Universidade Federal de Santa Catarina.Florianópolis: Brasil.
- Otieno, A.(2004).Studying the millennium development goals.*In UN Chronicle*, 41(4), p.53.
- Pastor, O. T. & Martins, A. (2011).Recomendações de gestão das pescarias de Cabo Verde: biénio 2009-2010 (pp.136-142). *In Nascimento, J. M, A. & Medina, A. (Coord.)*. Mindelo, SIRPD &DIHA.

- Porter, A. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *In Sociologia, Problemas e Práticas*, pp.133-158.
- Porter, M. (1998). *Clusters and the new economics of competition*. Harvard Review.
- Porter, M. (1990). *The competitive advantage of nations*. New York: Free Press.
- Proença, C. S. (2009). A exclusão social em Cabo Verde: uma abordagem preliminar. *In Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa*, n.º 76.
- Putnam, R. D. (2001). *Bowling alone*. New York: Touchstone.
- Reis, V. (2010). *Desenvolvimento em Cabo Verde: as opções estratégicas e o investimento estrangeiro (contributo português)*. S/I: Mimographus.
- Rosa, V. M. P. & Couton P. (2007). *Migrations, mondialisation et rapports Nord-Sud*. *In Cabral, A. & Charef, M. (orgs), coletânea Portugal-Marrocos: Diálogos Culturais* (pp 87-91). Porto: Edições Afrontamento.
- Santos Rego, M. A. & Lorenzo Moledo, M. M. (2006). *Educación e construción da sociedade civil* (doc. mimeografiado extraído de Santos Rego, M. A. e Lorenzo Moledo, M. M., Universidade e construción da sociedade civil en Galicia, Vigo, Xerais).
- Sousa, M. J. & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. 3ª ed. Lisboa: Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.
- Touraine, A. (2003). *La globalisation: réalités, idéologies et déclin*. Montréal: École des Hautes Études Commerciales
- Van-Dúnem, B. (2010). *Globalização e integração regional em África*. Luanda: EAL-Edições de Angola Lda.
- Varela, S. P. R. (2014). *Educação e capital social para o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias da ilha de Santiago (Cabo Verde)*. (Tese de Doutoramento). Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela: Espanha.
- Varela, S. P. R. (2008). *Educação e capital social para o desenvolvimento sustentável das comunidades piscatórias em Cabo Verde*. (Tese de Mestrado). Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela: Espanha.
- Wai-Poi, M. (2005). Financing the millennium development goals: the millennium project report. *In Journal of International Affairs*, 58(2), pp. 285-290.

## **2. Legislação cabo-verdiana**

Cabo Verde. *Constituição da República de Cabo Verde*. 4ª Edição. Praia, Cabo Verde, 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução n.º 101/2014, de 16 de dezembro, *que cria o Conselho Estratégico do Cluster do Aeronegócio*. Praia, 2014.

\_\_\_\_\_. Resolução n.º 49/2014, de 13 de junho, que altera a Resolução n.º 14/2013, de 11 de fevereiro, *que cria o Conselho Estratégico do Cluster do Mar (CECM)*. Praia, 2014.

\_\_\_\_\_. Resolução n.º 14/2013, de 11 de fevereiro, *que cria o Conselho Estratégico do Cluster do Mar (CECM)*. Praia, 2013.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 28/VIII/2013, de 10 de abril de 2013, *que aprova a Diretiva Nacional do Ordenamento do Território*. Praia, 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto-Legislativo n.º 6/2010, de 21 de junho de 2010, *que altera o Decreto-Legislativo n.º 1/2006, de 13 de fevereiro, que estabelece as Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, bem como os artigos 81º e 82º do estatuto dos Municípios, aprovado pela Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho*. Praia, 2010.

## **3. Documentos eletrónicos**

Baptista, A. J. *et al.* (2008). *Capital social e desenvolvimento das comunidades piscatórias de Cabo Verde: estudo de caso da ilha de Santiago*. [em linha]. Disponível em <<http://www.ideas.repec.org/p/ags/sbrfsr/118710.html>> [consultado em 20 de janeiro de 2013].

Belfiore, P. P. *et al.* (2006). *Análise de cluster e indicadores económico financeiros*. [em linha]. Disponível em <<http://scribd.com/doc/247139335>> [consultado em 11 de dezembro de 2014].

Casimiro, P. (2009). *O hipercluster da economia do mar*. [em linha]. Disponível em <<http://scribd.com/doc/58842649>> [consultado em 9 de outubro de 2014].

Centro de Estudos sobre África, Ásia e América (CESA) (2015). *Dicionário da cooperação*. [em linha]. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/dicionario-da-cooperacao/glossary-1/c/cad-ocde-comit%C3%A9>> [consultado em 23 de julho de 2015].

Crocco, M. A. *et al.* (2003). *Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais potenciais* [em linha]. Disponível em: <[consultado em 10 de outubro de 2014].

ES Research-Research Sectorial. *O sector da pesca em Cabo Verde em 2012: desenvolvimento e sustentabilidade*. [em linha]. Disponível em

<<http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=4185647a-df47-4ea3-a84c-3b5d363c652d>>[consultado em 11 de fevereiro de 2013].

Governo de Cabo Verde (GCV) (2014). II *Forum Nacional de Transformação - Cabo Verde 2030*. [em linha]. Disponível em < <http://www.caboverde2030.com> > [consultado em 30 de julho de 2014].

Governo de Cabo Verde (GCV) (2012). *Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável: relatório a conferência Rio+20*. [em linha]. Disponível em <<http://www.sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035capeverde.pdf>> [consultado em 10 de maio de 2013].

Governo de Cabo Verde (GCV) (2011). *Programa do Governo de Cabo Verde para VIII Legislatura 2011-2016*. [em linha]. Disponível em <<https://www.google.cv/search?q=programa+do+governo+de+cabo+verde+para+a+8%C2%AA+legislatura&ie=utf-8&oe=utf-8&rls> > [consultado em 10 de dezembro de 2014].

Hulme, D. (2009). *The Millennium Development Goals (MDGs): a short history of the world's biggest promise*. [em linha]. Disponível em < [http://www.bwpi.manchester.ac.uk/medialibrary/publications/working\\_papers/bwpi-wp-10009.pdf](http://www.bwpi.manchester.ac.uk/medialibrary/publications/working_papers/bwpi-wp-10009.pdf) > [consultado em 11 de dezembro de 2014].

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE) (2014). *Evolução da taxa de inflação nacional por ano de 1990 a 2014*. [em linha]. Disponível em < <http://www.ine.cv/actualise/dadostat/files/8122741112442015taxa%20de%20infla%C3%A7%C3%A3o%201990%20a%202014.pdf> > [consultado em 23 de julho de 2015].

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE) (2010). *Recenseamento geral da população e habitação*. [em linha]. Disponível em < <http://www.ine.cv/> > [consultado em 10 de fevereiro de 2014].

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2000). *Recenseamento geral da população e habitação*. [em linha]. Disponível em <<http://www.ine.cv/>> [consultado em 10 de maio de 2012].

Justinchen18.(2010). *Cluster analysis: tutorial with R Oksanen Jari*. [em linha]. Disponível em < <http://scribd.com/doc/58723072> > [consultado em 9 de abril de 2014].

Kharas, H. (2010). *The emerging middle class in developing countries*. [em linha]. Disponível em <http://www.oecd.org/dev/44457738.pdf> [consultado em 23 de julho de 2015].

- Marujo, L. G. (2007). *Rioclusterlogmar\_Mckinsey*. [em linha]. Disponível em <<http://scribd.com/doc/68062627>> [consultado em 10 de setembro de 2014].
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (1999). *Boosting innovation: the cluster approach*. [em linha]. Disponível em <[http://www.dps.tesoro.it/cd\\_cooperazione\\_bilaterale/docs/6.Toolbox/13.Supporting\\_documents/1.Cluster\\_methodologies\\_casoni/4.Learning\\_materials\\_2/1.pdf](http://www.dps.tesoro.it/cd_cooperazione_bilaterale/docs/6.Toolbox/13.Supporting_documents/1.Cluster_methodologies_casoni/4.Learning_materials_2/1.pdf)> [consultado em 24 de julho de 2015].
- Pereira, P. (2013). *Estratégia nacional para o mar*. [em linha]. Disponível em <em <http://scribd.com/doc/202014944>> [consultado em 13 de fevereiro de 2015].
- Salvador, R. (2010). *Os clusters marítimos*. [em linha]. Disponível em <[http://www.revistademarinha.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1497:clusters-maritimos&catid=106:marinha-mercante&Itemid=390](http://www.revistademarinha.com/index.php?option=com_content&view=article&id=1497:clusters-maritimos&catid=106:marinha-mercante&Itemid=390)> [consultado em 20 de março de 2014].
- Sekhon, R. S. (2014). *Clustering analysis*. [em linha]. Disponível em <<http://scribd.com/doc/244340969>> [consultado em 12 de fevereiro de 2015].
- Sociedade Turística e Imobiliária, S.A de Cabo Verde (2013). *Mapa de Cabo Verde*. [em linha]. Disponível em <<http://www.turim.cv/>> [consultado em 14 de fevereiro de 2015].